
DIAGNÓSTICO SOCIAL DO CONCELHO DE PAMPILHOSA DA SERRA

2014

Título

Diagnóstico Social do Concelho de Pampilhosa da Serra | 2014

Promotor

Núcleo Executivo

Conselho Local de Ação Social de Pampilhosa da Serra | CLASPPS

Abril 2014

Redação

Gabinete de Ação Social

Divisão Sociocultural e Educativa do Município de Pampilhosa da Serra



**CONSELHO LOCAL
DE AÇÃO SOCIAL**
Pampilhosa da Serra



Índice Geral

Índice Quadros	7
Índice Gráficos e figuras.....	10
Siglas	12

CAPÍTULO I

Notas Introdutórias.....	15
1. Portugal 2020 – Programa Nacional de Reformas.....	16
1.1. <i>Crescimento Inclusivo</i>	18
2. Domínio Operacionais para o Período 2014 – 2020.....	25
3. Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE) e Programa Operacional Capital Humano (POCH) – Prioridades de Investimento e Medidas.....	34
4. Região Centro 2020 – Comunidade Intermunicipal Coimbra – Diagnóstico e Estratégias.....	48
5. O programa “Rede Social” enquanto instrumento privilegiado de operacionalização dos objetivos nacionais integrados na Estratégia Europa 2020	54
5.1 - O Programa da Rede Social como Metodologia de Planeamento.....	54
6. Dez Anos de Rede Social no Concelho de Pampilhosa da Serra	56
6.1. Diagnóstico Social, Plano de Desenvolvimento Social 2014-2016 e Planos de Ação enquanto componentes do processo de planeamento: âmbito, natureza e objetivos.....	56

CAPÍTULO II

Metodologia de Trabalho.....	57
------------------------------	----

CAPÍTULO III

Diagnóstico Territorial	60
1. Enquadramento Supramunicipal.....	61

1.1 – Contexto Administrativo e dinâmicas Institucionais	61
1.2 – Localização e Acessibilidade Nacional e Regional.....	65
2. Enquadramento Municipal: Estrutura Administrativa e Principais Características	
Físicas do Concelho	67
2.1 – Programa Estratégico Pampilhosa da Serra 2020	71
3. Ambiente, Lazer e Turismo.....	74
4. Indicadores Demográficos	79
4.1 – População Residente.....	79
4.2 – Envelhecimento e Dependência.....	81
4.3 – Tipologia dos Agregados Familiares.....	82
4.4. Fatores geradores da dinâmica demográfica: crescimento natural e saldo migratório.....	85
4.5. Volume e características da população nos próximos anos.....	86
5. Indicadores Socio- económicos.....	92
5.1. Indicadores Económicos.....	92
5.1. 1. Base económica local/ setores de atividade	92
5.1.2. Nível de vida/ poder de compra.....	93
5.1.3. Emprego/Desemprego.....	95
5.1.4. Pensionistas e beneficiários de prestações sociais.....	99
5.1.5. Condições de habitação.....	100
5.2. Educação.....	103
5.2.1. Grau de instrução da população.....	105
5.2.2. Oferta e procura da rede de ensino e formação.....	106
5.2.3. Recursos Educativos.....	110
5.3. Saúde /Caracterização do ACES PIN- Organização, Funcionamento e Recursos	115
5.3.1 – População Inscrita.....	115
5.3.2 – Estrutura orgânica e Funcional do ACES.....	116

5.3.3 – Mapa Recursos Humanos.....	117
5.3.4 – Equipamentos de Saúde	117
5.3.4.1 - Equipamentos de saúde no âmbito do SNS	118
5.3.5 – Movimento Glocal do Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra	119
5.3.5.1 – Consultas/Visitas domiciliárias	120
5.3.5.2 – Consultas Doença Aguda	121
5.3.5.3 – Consultas de ambulatório	122
5.4 – Indicadores de Atividade.....	122
5.4.1 – IndiCadores Programas ACES PIN.....	126
5.4.1.1 - Saúde Escolar	126
5.5 – Indicadores de Impacto e Resultado.....	127
	136
6. Indicadores de Ação Social (Equipamentos/ Respostas).....	
6.1 Infância e Juventude.....	139
6.2. População Adulta.....	140
6.2.1. Pessoas Idosas.....	141
6.2.2 Pessoas Adultas com Deficiência.....	145
6.2.3 Pessoas em Situação de Dependência	146
6.2.4 Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico.....	147
	148
7. Indicadores de Pobreza e Exclusão Social	
7.1. Rendimento Social de Inserção.....	148
7.2. Ação Social.....	151
7.3. Dependências.....	161
7.4 . Ação Social Escolar.....	162
7.5. Fundo Europeu Auxílio a Carenciados.....	163
7.6. Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	165
7.7. Complemento Solidário Idosos.....	169

CAPÍTULO IV

Resultados das Sessões de Grupo	171
---------------------------------------	-----

CAPÍTULO V

Matriz de Enquadramento Lógico.....	180
Plano de Desenvolvimento Social.....	181

BIBLIOGRAFIA	187
---------------------------	-----

Índice de Quadros

Quadro nº1 – Europa 2020 – Uma Panorâmica.....	17
Quadro nº2 – Quadro Síntese Objetivo Emprego.....	20
Quadro nº3 – Quadro Síntese Objetivo Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais.....	22
Quadro nº4 – Indicadores de Enquadramento da CIM.....	49
Quadro nº5 – Técnicos que colaboraram na elaboração dos instrumentos de planeamento.....	58
Quadro nº6 – Distâncias entre Pampilhosa da Serra e Sedes de Concelhos Limítrofes.....	65
Quadro nº7 – Distribuição de apoios no âmbito agrícola por Freguesia.....	70
Quadro nº8 – Distribuição da população por grupos etários.....	79
Quadro nº9 – Total da população nos anos 2001, 2006, 2009, 2011.....	80
Quadro nº10 – Índices de dependência, Envelhecimento e Longevidade, 2001-2011.....	81
Quadro nº11 – Taxas de Natalidade, Mortalidade e saldo natural.....	82
Quadro nº12 – Famílias e Núcleos Familiares Residentes.....	82
Quadro nº13 – Famílias Clássicas segundo o Tipo de Família.....	83
Quadro nº14 – Famílias Clássicas segundo a Dimensão.....	84
Quadro nº15 – Famílias Constituídas por Pessoas com 65 e + Anos e Idosos a Viverem em Famílias Constituídas apenas por Pessoas com 65 e + Anos.....	84
Quadro nº16 – População residente por migrações	85
Quadro nº17 – População Residente de Nacionalidade Estrangeira.....	85
Quadro nº18 – Projeção Exponencial da População segundo os grupos etários de 2011 para 2021.....	88
Quadro nº19 – População Residente Inativa em 2011.....	92
Quadro nº20 – Desemprego Registado no Concelho de Pampilhosa da Serra segundo Género, o Tempo de Inscrição e a Situação Face à Procura de Emprego em janeiro de 2014.....	95
Quadro nº21 – Verba atribuída pelo Município de Pampilhosa da Serra, diretamente para apoio habitacional no ano 2013.....	103
Quadro nº22 – Analfabetismo e Taxa da Analfabetismo no Concelho.....	105
Quadro nº23 – Níveis de Instrução da População Residente, por Freguesia.....	106
Quadro nº24 – Estrutura desagregada do CS Pampilhosa da Serra.....	116

Quadro nº25 – Número total de profissionais, por categoria profissional, do CS Pampilhosa da Serra.....	117
Quadro nº26 – Farmácias e postos farmacêuticos móveis, no ano de 2012.....	118
Quadro nº27 – Equipamentos de Saúde/concelho de Pampilhosa da Serra no âmbito do SNS..	118
Quadro nº28 – Frequência semanal do funcionamento das Extensões de Saúde do Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra, no ano de 2012.....	119
Quadro nº29 – Distribuição das Consultas médicas domiciliárias por 1000 inscritos, no ano de 2012.....	121
Quadro nº30 – Distribuição das Consultas domiciliárias de enfermagem por 1000 inscritos, no ano de 2012.....	121
Quadro nº31 – Distribuição das consultas de doença aguda por motivo, no ano de 2012, no Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra.....	122
Quadro nº32 – Indicadores do Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra – Eixo Nacional.....	123
Quadro nº33 – Indicadores do Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra – Eixo Regional.....	123
Quadro nº34 – Indicadores do CS Pampilhosa da Serra – Eixo Local.....	124
Quadro nº35 – Indicadores do CS Pampilhosa da Serra.....	124
Quadro nº36 – Indicadores do CS Pampilhosa da Serra (Financeiros).....	125
Quadro nº37 – Indicadores Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra (CCS).....	125
Quadro nº38 – Óbitos totais e taxa de mortalidade geral por quinquênios (2006-2010).....	128
Quadro nº39 – Taxa de mortalidade padronizada pela idade para ambos os sexos, em 2011....	128
Quadro nº40 – Óbitos com menos de 1 ano e taxa de mortalidade infantil, por quinquênios (2006-2010).....	129
Quadro nº41 – Taxa bruta de mortalidade por doenças do aparelho circulatório e tumores malignos.....	129
Quadro nº42 – Mortalidade por algumas causas, ACES PIN (2006-2009)% ₀₀₀	130
Quadro nº43 – Óbitos de residentes no ACES PIN e Região Centro, por algumas causas de morte, no ano de 2011.....	131
Quadro nº44 – Anos potenciais de vida perdidos até aos 70 anos, em 2011 (todas as causas e morte)% ₀₀₀	132
Quadro nº45 – Incidência de algumas patologias e internamento.....	133
Quadro nº46 – Proporção de inscritos com diagnóstico de ICPC-2 (doença e determinantes de saúde).....	134
Quadro nº47 – Número de equipamentos sociais para a Infância e Juventude por instituição, capacidade/ocupação.....	139

Quadro nº48 – Número de equipamentos sociais para pessoas idosas por instituição, valência, capacidade/ocupação, número de utentes com e sem acordos.....	141
Quadro nº49 – Número de respostas sociais a criar no futuro no Concelho.....	145
Quadro nº50 – Distribuição de processos por escalão etário em acompanhamento pela ARCIL em 2013, de acordo com tipologia de resposta e deficiência.....	146
Quadro nº51 – Número de alunos no agrupamento de Escolas Escalada integrados no DL nº3/2008 de 7 de janeiro.....	147
Quadro nº52 – Distribuição dos Beneficiários de RSI segundo o sexo.....	148
Quadro nº53 – Distribuição dos Beneficiários de RSI segundo grupo etário.....	149
Quadro nº54 – Distribuição dos beneficiários titulares e não titulares da prestação, segundo o nível de escolaridade.....	149
Quadro nº55 – Distribuição dos Beneficiários segundo por grupos etários.....	153
Quadro nº56 – Distribuição dos Beneficiários de Ação Social, segundo o nível de escolaridade.....	153
Quadro nº57 – Número de pedido de apoio escolar por tipo de apoio e escalão.....	162
Quadro nº 58 – Calendário de Sessões de Trabalho.....	172

Índice de Figuras /Mapas /Gráficos

Figura nº1 – Enquadramento Territorial.....	61
Figura nº2 – Mapa da Região.....	66
Figura nº3 – Mapa das Freguesias.....	67
Figura nº4 – Pirâmide Etária Quinzenal dos utentes inscritos no Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra a 31 de dezembro de 2012.....	116
Mapa nº1 – Delimitação Territorial da Região de Coimbra.....	48
Gráfico nº1 – Projeção Exponencial da População de 2011 para 2021.....	86
Gráfico nº2 – Projeção Exponencial da População segundo os grupos etários de 2011 para 2021.....	87
Gráfico nº3 – Projeção Exponencial da População por Freguesia no Grupo Etário dos 0-24 anos.....	89
Gráfico nº4 – Projeção Exponencial da População por Freguesia no Grupo Etário dos 25-64 anos.....	90
Gráfico nº5 – Projeção Exponencial da População por Freguesia no Grupo Etário dos 65 ou mais anos.....	91
Gráfico nº6 – Distribuição da população por setores de atividade (em %).....	92
Gráfico nº7 – Poder de compra per capita e ganho médio mensal em euros em 2011.....	94
Gráfico nº8 – Desemprego Registado segundo o Grupo Etário em janeiro de 2014.....	96
Gráfico nº9 – Desemprego Registado segundo os Níveis de Escolaridade em janeiro 2014....	96
Gráfico nº10 – Desempregados inscritos por ofertas recebidas e colocações efetuadas em janeiro de 2014.....	97
Gráfico nº11 – Distribuição das Medidas de Apoio ao Emprego por Entidade Local em setembro 2013.....	98
Gráfico nº12 – Total de pensionistas por tipo de pensão segundo os censos de 2001 e 2011	99
Gráfico nº13 – Caracterização dos agregados referentes aos pedidos de apoio registados em outubro 2013.....	101
Gráfico nº14 – Caracterização dos problemas habitacionais que motivaram o pedido de apoio.....	101
Gráfico nº15 – Distribuição dos pedidos e níveis de execução por tipologia de apoio em outubro de 2013.....	102
Gráfico nº16 – Número de Alunos matriculados no ano letivo 2013/2014, por níveis de ensino.....	107
Gráfico nº17 – Evolução do número de alunos nos últimos seis anos escolares.....	108
Gráfico nº18 – Evolução do número de alunos matriculados do Agrupamento de Escolas nos últimos seis anos letivos, por ciclo de escolaridade.....	109
Gráfico nº19 – Número de alunos matriculados nos últimos seis anos escolares considerando o Pré-Escolar Rede Particular e Rede Pública.....	110
Gráfico nº20 – Número de alunos oriundos do Concelho de Pampilhosa da Serra que entraram no ensino superior nos últimos cinco anos.....	110
Gráfico nº21 – Distribuição das consultas realizadas no Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra, no ano de 2012, por programa.....	120

Gráfico nº22 – Óbitos de residentes no ACES PIN, por algumas causas de morte, no ano de 2011.....	132
Gráfico nº23 – Proporção de inscritos com diagnóstico de ICPC – 2.....	135
Gráfico nº24 – Caraterização da ASSDZ.....	137
Gráfico nº25 – Caraterização da Cáritas Diocesana de Coimbra.....	137
Gráfico nº26 – Caraterização da Santa Casa da Misericórdia de Pampilhosa da Serra.....	138
Gráfico nº27 – Número de equipamentos sociais para pessoas idosas por valência, capacidade/ocupação dinamizados pela ASSDZ.....	142
Gráfico nº28 – Número de equipamentos sociais para pessoas idosas por valência, capacidade/ocupação dinamizados pela Cáritas Diocesana de Coimbra.....	143
Gráfico nº29 – Número de equipamentos sociais para pessoas idosas por valência, capacidade/ocupação dinamizados pela SCMPs.....	144
Gráfico nº 30 – Distribuição dos beneficiários por domínios de intervenção.....	150
Gráfico n.º 31 - Distribuição dos titulares da medida por freguesia.....	151
Gráfico nº 32 – Distribuição mensal do número de pessoas que recorreram à Loja Solidária em 2013.....	151
Gráfico nº33 – Distribuição dos beneficiários por freguesia.....	152
Gráfico nº34 – Distribuição beneficiários de acordo com área problema.....	154
Gráfico nº35 – Distribuição dos beneficiários na área problemática problemas familiares.....	154
Gráfico nº36 – Distribuição dos beneficiários na área problemática problemas sociais.....	155
Gráfico nº37 – Área problemas económicos.....	155
Gráfico nº38 – Distribuição dos beneficiários na área problemática problemas económicos.....	156
Gráfico nº39 – Área problemas habitacionais.....	157
Gráfico nº40 – Área problemas de emprego.....	157
Gráfico nº41 – Área problemas saúde.....	158
Gráfico nº42 – Área problemas educacionais.....	158
Gráfico n.º 43 - Distribuição do apoio por número de famílias e beneficiários, número de processo instruído, média por família e média por beneficiários.....	158
Gráfico nº44 – Distribuição do Número de Titulares e Beneficiários do FEAC em 2013.....	160
Gráfico nº45 – Distribuição por Freguesias do Número de Titulares do FEAC em 2013.....	164
Gráfico nº 46 – Caraterização processual.....	164
Gráfico n.º 47 - Processos ativos por problemática sinalizada.....	165
Gráfico n.º 48 - Caraterização das crianças/jovens acompanhadas.....	166
Gráfico n.º 49 - Número e tipo de acordos de promoção e Proteção.....	167
Gráfico n.º 50 - Distribuição dos Processos Arquivados/Cessados – 2013.....	167
Gráfico n.º 51- Calendário de Sessões de Trabalho.....	168

Lista de Siglas

- ACES:** Agrupamento de Centros de Saúde
- ACES PIN:** Agrupamentos de Centros de Saúde Pinhal Interior Norte
- ACES PIN I:** Agrupamento de Centros de Saúde do Pinhal Interior Norte I
- ARCIL:** Associação para a Reabilitação do Cidadão Inadaptado da Lousã
- ARS:** Administração Regional de Saúde
- ASSDZ:** Associação de Solidariedade Social de Dornelas do Zêzere
- ATL:** Atividades de Tempos Livres
- CA:** Consulta Alargada
- CAC:** Consulta de Atendimento Complementar
- CAO:** Centro de Atividades Ocupacionais
- CCDRC:** Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
- CDC:** Cáritas Diocesana de Coimbra
- CDSSC:** Centro Distrital de Segurança Social de Coimbra
- CEI:** Contrato Emprego e Inserção
- CHUC:** Centro Hospital Universitário de Coimbra
- CLAS:** Conselho Local de Ação Social
- CLASPPS:** Conselho Local de Ação Social de Pampilhosa da Serra
- CPCJ:** Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco
- CSI:** Complemento Social de Idosos
- CS:** Centro de Saúde
- DGS:** Direção Geral de Saúde
- DL:** Decreto-Lei
- DRAPC:** Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro
- ECL:** Equipa de Coordenação Local
- ECR:** Equipa de Coordenação Regional

EFA: Educação Formação de Adultos

EN: Estrada Nacional

ha: Hectares

Hab: Habitantes

HUC: Hospitais da Universidade de Coimbra

IDT: Instituto da Droga e da Toxicodependência

IEFP: Instituto de Emprego e Formação Profissional

IHRU: Instituto de Habitação e de Reabilitação Urbana

INE: Instituto Nacional de Estatística

INH: Instituto Nacional de Habitação

IP: Itinerário Principal

IPSS: Instituição Particular de Solidariedade Social

ISDR: Índice Social de Desenvolvimento Regional

MCDT: Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica

MTSS: Ministério do Trabalho da Segurança Social

N.º : Número

NCP: Núcleo de Planeamento e Estatística

PCAAC: Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados

PDS: Plano Desenvolvimento Social

PIIP: Projeto Integrado de Intervenção Precoce

PLCP: Projeto Luta Contra a Pobreza

PNAI: Plano Nacional de Ação para a Inclusão

PNSE: Programa Nacional de Saúde Escolar

PNSO: Programa Nacional de Saúde Oral

PORI: Plano Operacional de Respostas Integradas

PRI: Programa de Respostas Integradas

QREN: Quadro de Referência Estratégica Nacional

RNCCI: Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados

RSI: Rendimento Social de Inserção

RVCC: Reconhecimento e Validação e Certificação de Competências

SAD: Serviço de Apoio Domiciliário

SAP: Serviço Atendimento Permanente

SCMPS: Santa Casa da Misericórdia de Pampilhosa da Serra

SOLARH: Programa de Apoio Financeiro Especial para a Realização de Obras de Conservação e de Beneficiação em Habitação Própria e Permanente

TAC: Tomografia Axial Computorizada

UAG: Unidade de Apoio à Gestão

UCC: Unidade de Cuidados na Comunidade

UCSP: Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados

ULDM: Unidade de Longa Duração e Manutenção

UMDR: Unidade de Média Duração e Reabilitação

CAPÍTULO I

Notas Introdutórias

1. Portugal 2020 – Programa Nacional de Reformas

Combater a pobreza e a exclusão e reduzir as desigualdades sociais são objetivos que têm assumido um papel central na definição de toda a estratégia de Proteção e Inclusão Social de Portugal nos últimos anos.

Num quadro global de proteção, o último PNAI 2008-2010¹ assumiu-se como estratégia multidimensional assente em três prioridades fundamentais (Combater e reverter situações de pobreza persistente, nomeadamente a das crianças e dos idosos; Corrigir as desvantagens ao nível da educação e da formação, prevenindo a exclusão e contribuindo para a interrupção dos ciclos de pobreza e Reforçar a integração de grupos específicos e promover um desenvolvimento económico sustentado e inclusivo).

Atualmente, com a Europa a atravessar um período de transformação em que a crise anulou anos de progresso económico e social e expôs as fragilidades estruturais da economia europeia apresentando-se como desafios para o futuro, a globalização, a pressão sobre os recursos e o envelhecimento da população, foi sentida a necessidade de criar-se uma estratégia comum a todos os países da União Europeia que transforme este território numa economia inteligente, sustentável e inclusiva – ESTRATÉGIA EUROPA 2020.

Segue no quadro abaixo uma panorâmica dos grandes objetivos para a Europa e das diferentes metas para cada tipo de crescimento.

¹ Plano Nacional de Ação para a Inclusão

Quadro n.º 1 - Europa 2020 – Uma Panorâmica

GRANDES OBJETIVOS		
<ul style="list-style-type: none"> - Aumentar a taxa de emprego da população com idade entre 20 e 64 anos do nível atual de 69 % para, pelo menos, 75 %. - Atingir o objetivo de investir 3 % do PIB em I&D, em especial melhorando as condições do investimento em I&D pelo setor privado, e desenvolver um novo indicador para acompanhar a inovação. - Reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em, pelo menos, 20 % relativamente aos níveis de 1990 ou em 30 %, se as condições o permitirem, aumentar para 20 % a parte das energias renováveis no nosso consumo final de energia e aumentar em 20 % a eficiência energética. - Reduzir a percentagem de jovens que abandonam prematuramente a escola para 10 %, relativamente aos atuais 15 %, e aumentar a percentagem da população com idade entre 30 e 34 anos que completou estudos superiores de 31% para, pelo menos, 40 %. - Reduzir em 25 % o número de europeus que vivem abaixo dos limiares de pobreza nacionais, o que permitirá tirar da situação de pobreza 20 milhões de pessoas. 		
CRESCIMENTO INTELIGENTE <i>INOVAÇÃO</i>	CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL <i>CLIMA, ENERGIA E MOBILIDADE</i>	CRESCIMENTO INCLUSIVO <i>EMPREGO E QUALIFICAÇÕES</i>
<p>Iniciativa emblemática da UE «Uma União da inovação» para melhorar as condições gerais e o acesso ao financiamento para a investigação e inovação, para reforçar a cadeia de inovação e acelerar os níveis de investimento em toda a União.</p>	<p>Iniciativa emblemática da UE «Uma Europa eficiente em termos de recursos» destinada a contribuir para dissociar crescimento económico da utilização dos recursos, através da descarbonização da economia, do aumento da utilização das fontes de energia renováveis, da modernização do setor dos transportes e da promoção da eficiência energética.</p>	<p>Iniciativa emblemática da UE «Agenda para novas qualificações e novos empregos» para modernizar os mercados de trabalho, facilitando a mobilidade da mão de obra e o desenvolvimento das qualificações ao longo da vida, com vista a aumentar a participação no mercado de trabalho e a estabelecer uma melhor correspondência entre a oferta e a procura.</p>
<p><i>EDUCAÇÃO</i></p> <p>Iniciativa emblemática da UE «Juventude em movimento» para melhorar os resultados dos sistemas de ensino e reforçar a capacidade de atração internacional do ensino superior da Europa.</p>		
<i>SOCIEDADE DIGITAL</i>	<i>COMPETITIVIDADE</i>	<i>LUTA CONTRA A POBREZA</i>
<p>Iniciativa emblemática da UE «Agenda digital para a Europa» para acelerar a implantação da Internet de alta velocidade e para que as famílias e empresas possam tirar partido de um mercado único digital.</p>	<p>Iniciativa emblemática da UE «Uma política industrial para a era da globalização» para melhorar o ambiente empresarial, especialmente para as PME, e para apoiar o desenvolvimento de uma base industrial sólida e sustentável, suscetível de enfrentar a concorrência mundial.</p>	<p>Iniciativa emblemática da UE «Plataforma europeia contra a pobreza» para que a coesão social e territorial permita assegurar uma ampla distribuição dos benefícios do crescimento e do emprego e para que as pessoas em situação de pobreza e de exclusão social possam viver dignamente e participar ativamente na sociedade.</p>

Neste âmbito, foi proposto a cada País a apresentação de um Programa Nacional de Reformas (PNR) que deverá ser elaborado em articulação com o Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC).

O PORTUGAL 2020, concretiza e aprofunda as Linhas de Orientação para o PNR, estabelecendo um conjunto de compromissos e metas para Portugal, destacando-se as seguintes:

- Redução do défice público para 4,6% do PIB em 2011, 3% em 2012 e 2% em 2013.
- Redução de 10% da taxa de saída precoce do sistema de ensino em 2020 (15% em 2014) e aumento de 40% dos diplomados entre os 30 e os 34 anos em 2020 (30% em 2014).
- Taxa de emprego de 75% para a população entre os 20 e os 64 anos em 2020 (71% em 2014).
- Redução do nível de pobreza em menos de 200 000 pessoas em 2020 (menos de 50 000 em 2014).

1.1. Crescimento Inclusivo

Sob pretensão de fomentar uma economia com níveis elevados de emprego que assegure a coesão social e territorial, a prioridade definida pela estratégia Europa - **Crescimento Inclusivo** - pressupõe um conjunto de medidas que visem *capacitar as pessoas, investir nas qualificações, lutar contra a pobreza e modernizar os mercados de trabalho e os sistemas de formação e proteção social, para ajudar as pessoas a antecipar e a gerir a mudança e construir uma sociedade coesa*. Pressupõe ainda que se garanta que os benefícios do crescimento económico beneficiem todas as regiões da União, reforçando a coesão territorial. Impõe-se a necessidade de definir políticas que promovam a igualdade de género, a fim de melhorar as taxas de participação no mercado trabalho, reforçando assim o crescimento e a coesão social.

A Europa terá de atuar nas seguintes áreas:

- **EMPREGO:** a Europa enfrenta o problema da diminuição da população ativa sendo que apenas dois terços da população ativa estão empregados. As taxas de emprego entre as mulheres e idosos são baixas. A crise atingiu fortemente a população jovem que regista uma taxa de desemprego superior a 21%. Existe risco das pessoas afastadas ou mal integradas no mundo do trabalho percam a ligação ao mercado de trabalho.

- **QUALIFICAÇÕES:** a procura de trabalhadores com qualificações baixas tende a diminuir aumentando o número de postos de trabalho que exigem elevadas qualificações. Face ao prolongamento da vida ativa, será necessário a aquisição desenvolvimento de competências ao longo da vida
- **LUTA CONTRA A POBREZA:** Antes da crise, 80 milhões de pessoas na Europa (das quais 19 milhões eram crianças) viviam em risco de pobreza sendo que 8% da população com um emprego não ganham o suficiente para ultrapassar o limiar da pobreza sendo a população desempregada a mais vulnerável.

A ação neste âmbito exigirá ***modernização e reforço das políticas de emprego, educação e formação e dos sistemas de proteção social***, mediante a subida das taxas de participação no mercado de trabalho e da redução do desemprego estrutural, bem como do aumento da responsabilidade social das empresas. Importa facultar às pessoas a aquisição de novas qualificações para que possam adaptar-se às novas condições e eventuais mudanças de carreira. ***O combate á pobreza e á exclusão social e a redução das desigualdades em matéria de saúde, exigirá um esforço significativo sendo também importante promover um envelhecimento saudável e ativo da população.***

A este nível, a Comissão apresenta um conjunto de iniciativas emblemáticas que visam estimular os progressos no âmbito de cada território.

Para a prioridade CRECIMENTO INCLUSIVO, foram definidas as seguintes iniciativas emblemáticas:

- **Agenda para as novas qualificações e novos empregos** – para modernizar os mercados de trabalho e capacitar as pessoas desenvolvendo as suas qualificações ao longo da vida com vista a aumentar a sua participação no mercado de trabalho e a estabelecer uma melhor correspondência entre a oferta e a procura de mão de obra através de maior mobilidade dos trabalhadores.
- **Plataforma europeia contra a pobreza -** para que a coesão social e territorial permita assegurar uma ampla distribuição dos benefícios do crescimento e do emprego e para as pessoas em situação de pobreza e de exclusão social possam viver dignamente e participar ativamente na sociedade.

Ao nível do Programa Nacional de Reformas Português para a prioridade **Crescimento Inclusivo**, foram definidos como objetivos **Aumentar emprego** e **Combater a pobreza e as Desigualdades Sociais**.

Em relação ao objetivo **Aumentar emprego** foram definidas as seguintes linhas de ação:

Quadro n.º 2 - Quadro Síntese Objetivo Emprego

Linha de Ação	Descrição/objetivos	Medidas principais	Horizonte temporal e Indicadores de execução	Impacto Orçamental
Qualificar para a competitividade e a coesão social	<ul style="list-style-type: none"> - Reforço da dupla qualificação dos jovens; - Reforço da formação escolar e de dupla qualificação para a população adulta; - Sistema de certificação profissional ligado às qualificações, incluindo o reconhecimento, validação e certificação de competências 	Iniciativa Novas oportunidades	2013/2014: Elevar o número médio de anos de escolaridade para 9,89 ou seja, que aumente em 2 anos a escolaridade média face ao ano de 2009/2010.	Até 2013 com base no QREN
			2013/2014: assegurar uma taxa de escolarização de 87,5% dos jovens até aos 18 anos.	
			2013/2014: Mais 16.000 alunos a frequentar os cursos profissionais ou outros vocacionais do que em 2009/2010.	
			2013/2014: Aumentar em 8% o número de alunos a frequentar os cursos de dupla certificação (base é o ano 2009/2010).	
			2013/2014: Redução do abandono escolar precoce para 15%.	
	Reforçar a intervenção no domínio da formação dos ativos das empresas associada a processos de modernização e desenvolvimento organizacional	Programa de formação para a inovação, modernização e reconversão empresarial	2013/2014: taxa de empregabilidade dos jovens após 6 meses da conclusão do curso de dupla certificação de nível secundário para 70%.	
			2013/2014: certificar mais 760.000 portugueses face a 2009/2010	
			2013/2014: 175 horas ou mais em formação certificada por formando	
			2015: Taxa de participação de aprendizagem ao longo da vida igual à média europeia	
			- Programação 2007-2013: 40.470 (média anual de abrangidos para as regiões em processo de convergência, o Algarve e Lisboa) - Proposta 2014-2020: 49.970 (média anual de abrangidos para as regiões em processo de convergência, o Algarve e Lisboa)	
	Reforçar a melhoria dos processos de gestão das	Programa "Formação-Ação" para	- Programação 2007-2013: 4.670 (média anual de abrangidos para as regiões em processo de convergência e o Algarve)	

	empresas e das competências dos seus dirigentes, quadros e trabalhadores	PME	- Proposta 2014-2020 – 6.200 (média anual de abrangidos para as regiões em processo de convergência e o Algarve)	
		Iniciativa Formação para Empresários	4.000 empresários/ano	
Assegurar mais emprego sustentável de qualidade	Promover a inserção de jovens no mercado de trabalho	Estágios profissionais e estágios INOV	2011: 50.000, dos quais 40.000 provenientes do ensino superior.	170M€/ano (120M€ fundos estruturais)
		Programa de requalificação de licenciados	Requalificação de 5.000 jovens licenciados desempregados, através de um programa de parceria entre o SPE, as instituições de ensino superior e as empresas	
	Alinhamento do sistema de formação profissional para as necessidades de requalificação e de reconversão dos desempregados	Identificação das profissões de futuro para os setores estratégicos	Número de profissões a identificar: 100	20M €
		Reconversão de desempregados para as profissões estratégicas	Reconversão profissional de 20.000 desempregados, orientados para 100 profissões estratégicas, incluídas no Catálogo Nacional de Qualificações	
		Melhoria do interface com o sistema de educação e formação, empregadores e pessoas à procura de emprego	Celebração de protocolos com as associações empresariais e sindicais nos setores onde se verifica uma maior desadequação entre a oferta e a procura de emprego	9,5M€
		Qualificar os desempregados com baixas e muito baixas qualificações	Programa de competências básicas para 10.000 beneficiários do RSI	13M€
	Promover a criação de emprego e o empreendedorismo	Apoios à contratação e à criação de emprego	Abranger 11.500 pessoas/ano	57M€ (40M€ fundos estruturais)
	Promover a empregabilidade dos grupos desfavorecidos	Contratos Emprego-Inserção (CEI e CEI+)	Abranger 50.000 beneficiários de prestações de desemprego e 12.000 beneficiários de RSI	

Quanto ao objetivo **Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais**, foram definidas as seguintes linhas de ação:

Quadro n.º 3 - Quadro Síntese Objetivo Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais

Linha de Ação	Descrição/ objetivos	Medidas principais	Horizonte temporal e indicadores de execução	Impacto orçamental
Combater as desigualdades e promover a justiça social	Promover a inclusão e a redução da pobreza e das desigualdades sociais por ação ao nível de processos de qualificação e promoção da empregabilidade.	Promover uma política de rendimentos, que contribua para a redução das desigualdades, através do reforço da negociação coletiva;		n.a.
		Promover medidas que tenham impacto na redução dos níveis de pobreza dos trabalhadores, e dos níveis de pobreza infantil	>2013 Abranger cerca de 34.600 famílias	66,6 M€
		Prevenir e reduzir a pobreza dos grupos especialmente vulneráveis, nomeadamente, das pessoas com deficiência	>2013 Abranger cerca de 78.000 famílias	136 M€
		Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS)	57 novos Contratos em 2011	25,3 M€
		Acordos de Inserção dos Beneficiários do Rendimento Social de Inserção	100% dos beneficiários abrangidos por Acordos	
		Programa Conforto Habitacional para Idosos (PCHI)	2011-2013 500 novas intervenções	2M€
		Serviços de Informação e Mediação para Pessoas com Deficiência (SIM-PD)	50% de aumento do nº de SIM-PD, até 2013	
		Expansão da rede de CPCJ a todo o território nacional	100% de cobertura do território nacional, até 2013	
Promover um novo contrato intergeracional	Prevenir e reduzir a	Reforçar os abonos de família monoparentais, concentrando recursos nestes segmentos, onde se manifestam mais riscos de pobreza infantil;		n.a.
		Manter as majorações das prestações de abono de família e de apoio pré-natal		n.a.
		Prosseguir as medidas direcionadas ao combate do abandono escolar e do insucesso escolar;		n.a.

	pobreza dos grupos especialmente vulneráveis, nomeadamente:	Complemento Solidário para Idosos		n.a.
		Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais	2011-2014 Conclusão PARES e POPH Novos Lugares: Lar 10.213 CDIa 6.910 SAD 8.091 Conclusão da cobertura nacional da rede (com a criação de 23.027 lugares)	198,1 M€
		Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados		Investimento de cerca de 860 milhões de euros
		Prosseguir com o desenvolvimento do Projeto Nascer Cidadão	Alargamento aos estabelecimentos privados da rede nacional de prestação de cuidados de saúde	n.a.
		Consolidar a proteção social dos estagiários	50.000	36 M€
		Alargamento da rede de creches e da sensibilização dos Parceiros Sociais e das Empresas para a adoção de medidas de flexibilização dos tempos de trabalho.	2011-2013 Conclusão PARES 18.414 novos lugares 34,9% de taxa de cobertura	125,7 M€
		Aprofundar as medidas de combate à fraude e evasão contributivas		
Garantir uma rede coerente de mínimos sociais, promovendo a inclusão ativa		Aprofundar as medidas de eficiência da despesa social		
		Pessoas com deficiência	Ações de formação a 7.000 pessoas por ano, colocação de 700 pessoas por ano em estágios de emprego inserção, 170 ações de adaptação de postos de trabalho e de eliminação de barreiras arquitetónicas, por ano	Investimento anual de cerca de 55M€
		Desempregados não subsidiados	Envolver 150.000 desempregados não subsidiados em medidas ativas de emprego	
		Beneficiários do RSI	Cerca de 115.000 beneficiários	
		Melhor adequação da procura à oferta existente no mercado de trabalho	Requalificação de 20.000 desempregados (dos quais 5.000 são jovens licenciados)	
		Reinserção dos sem-abrigo		

Promover a Igualdade de Oportunidades e combater as Discriminações	Conciliação entre trabalho, vida familiar e privada	Adoção de medidas promotoras de uma distribuição mais equilibrada na organização dos tempos de trabalho Adequação dos horários dos equipamentos sociais e dos horários laborais Incentivo, por via de maior informação, ao gozo dos direitos relativos à parentalidade (maternidade e paternidade) Aprofundamento dos apoios sociais em situações de monoparentalidade.		
	Envelhecimento ativo e solidariedade intergeracional	Medidas de aprendizagem ao longo da vida, nomeadamente as incluídas na Iniciativa Novas Oportunidades Prolongamento da atividade profissional com incentivos à contratação de trabalhadores mais velhos Desincentivo à saída precoce do mercado de trabalho Promoção da passagem gradual para a inatividade		
	Pessoas com Deficiência e Incapacidades	Implementar a ENDEF – Estratégia Nacional para a Deficiência, 2011-2013	2011-2013	n.a.
	Integração de Imigrantes	Prosseguir a implementação do Plano para a Integração dos Imigrantes 2010-2013	2010-2013	

2. Domínios Operacionais Temáticos para o período 2014 – 2020

No contexto do Acordo de Parceria 2014 – 2020, encontram-se definidos quatro grandes domínios operacionais temáticos:

- 1 Competitividade e Internacionalização**
- 2 Inclusão Social e Emprego**
- 3 Capital Humano**
- 4 Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos**

Segue-se uma breve apresentação de cada um dos programas:

1 - Programa Operacional Temático _Competitividade e Internacionalização (POCI)

Construído em linha com as grandes orientações estratégicas nacionais e europeias, o Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) mobiliza os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento para o período 2014-20 no âmbito do domínio “Competitividade e Internacionalização” do Portugal 2020.

O PO CI aposta de forma muito significativa no crescimento inteligente e no desenvolvimento de uma economia baseada no conhecimento e na inovação, designadamente nos domínios da Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente.

O PO CI mobiliza seis Objetivos Temáticos (OT), estruturados em torno dos seguintes Eixos:

- Eixo I: Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação (OT1).
- Eixo II: Reforço da competitividade das PME incluindo a redução de custos públicos de contexto (OT3 e OT2).
- Eixo III: Promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego (OT8).
- Eixo IV: Promoção de transportes sustentáveis e eliminação dos estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas (OT7).
- Eixo V: Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e da eficiência da administração pública (OT11).
- Eixo VI: Assistência Técnica.

2 - Programa Operacional Temático_ Inclusão Social e Emprego (POISE)

O Programa Operacional Temático Inclusão Social e Emprego (PO ISE) visa o *“reforço da integração das pessoas em risco de pobreza e o combate à exclusão social, assegurando a dinamização de medidas inovadoras de intervenção social e os apoios diretos aos grupos populacionais mais desfavorecidos, as políticas ativas de emprego e outros instrumentos de salvaguarda da coesão social”*, a prosseguir através dos seus Objetivos Temático (OT).

No que se refere ao OT 9, *Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação*, será reforçada a intervenção das políticas públicas em prol da inclusão social e do emprego, em particular de pessoas com dificuldades de (re)integração profissional e em risco ou em situação de pobreza ou exclusão social, num contexto económico e social reconhecidamente difícil, incidindo em duas grandes vertentes de intervenção: i) na capacitação ou apoio direto a essas pessoas, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade; ii) e na promoção da melhoria sustentável de serviços (públicos, privados/associativos ou sem fins lucrativos) de qualidade, particularmente na área social e de saúde. Para concretização desta estratégia será mobilizado um conjunto de prioridades de investimento em torno dos seguintes eixos que estruturam a intervenção do PO ISE:

- Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego;
- Iniciativa Emprego Jovem;
- Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação;

3- Programa Operacional Temático_ Capital Humano (POCH)

Portugal tem realizado um enorme esforço no sentido de melhorar os resultados e aumentar a qualidade e a eficiência do seu sistema educativo e de formação, o que tem permitido acelerar a convergência com a média europeia. Contudo, nos principais indicadores, o caminho a percorrer é ainda significativo.

O investimento no capital humano é pois o motor mais sustentável do desenvolvimento e da promoção da convergência económica e social, para que o Programa Operacional Capital Humano mobiliza o Objetivo Temático 10, *Investir na educação, na formação e na formação profissional*

para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida, estruturando-se nos seguintes Eixos Prioritários:

- O Eixo 1, *Promoção do sucesso educativo, do combate ao abandono escolar e reforço da qualificação dos jovens para a empregabilidade*, permitirá apoiar iniciativas dirigidas à promoção do sucesso educativo e da qualidade, a redução do abandono e reforço do ensino profissionalizante e da sua interligação com o tecido empresarial e com as necessidades do mercado de trabalho, garantindo a diversificação das vias de ensino de nível secundário, através do reforço das vias vocacionais e profissionalizantes com um forte pendor da formação em contexto de trabalho.
- O Eixo 2, *Reforço do ensino superior e da formação avançada*, permitirá alargar a base social dos estudantes no ensino superior, e aumentar o número de diplomados. Será apoiada a criação duma formação de ensino superior de curta duração, nível ISCED 5, em ambiente politécnico e em ligação com “*stakeholders* regionais” que dê continuidade às formações profissionalizantes do secundário e com aproximação às necessidades do mercado. Serão também apoiados Programas Doutorais inovadores de grande qualidade, promovidos em parceria entre Universidades, Centros de I&D e Empresas, alinhados com as estratégias de especialização inteligente e promovendo a transição dos doutorados e pós doutorados para o mercado de trabalho.
- O Eixo 3, *Aprendizagem, qualificação ao longo da vida e reforço da empregabilidade*, concorre diretamente para melhorar a qualificação da população adulta, apoia o segmento dos jovens e adultos sem ensino secundário completo, a par dos adultos sem ensino básico ou secundário completos, promovendo a qualificação da população adulta com baixas qualificações e o aumento da sua empregabilidade, centrando-se na formação certificada e nos processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.
- O Eixo 4, *Qualidade e inovação do sistema de educação e formação*, mobiliza as intervenções dirigidas à autonomia das escolas. Apoia ainda a formação contínua dos professores e gestores escolares, a formação de formadores e de outros agentes da formação, e o desenvolvimento do sistema de informação para o acompanhamento dos alunos ao longo do seu percurso escolar e a sua empregabilidade bem como o reforço do sistema de regulação e estruturação da oferta formativa e intervenções inovadoras que permitam melhorar a qualidade, a atratividade e a relevância para o mercado de trabalho do ensino e da formação profissional.

4 - Programa Operacional _Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR)

Portugal está profundamente empenhado na transformação estrutural do seu modelo de desenvolvimento, tornando-o mais competitivo e resiliente, promovendo uma trajetória de crescimento sustentável assente no menor consumo de recursos naturais e energéticos e que, ao mesmo tempo, gere novas oportunidades de emprego, de criação de riqueza e de reforço do conhecimento, numa perspetiva dinâmica que relaciona competitividade e sustentabilidade, e na promoção de maior resistência face aos riscos climáticos e às catástrofes, procurando desta forma criar condições para uma maior coesão e convergência no contexto europeu.

Neste quadro, volta a ser criado um Programa Nacional Temático dedicado ao Ambiente – o Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR) – que pretende contribuir para a afirmação da Estratégia Europa 2020, especialmente na prioridade de crescimento sustentável, respondendo aos desafios de transição para uma economia de baixo carbono, assente numa utilização mais eficiente de recursos.

A estratégia preconizada para o POSEUR alude, assim, a uma perspetiva multidimensional da sustentabilidade, que mobiliza os seguintes objetos temáticos, traduzidos operacionalmente em três eixos:

- Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores;
- Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos;
- Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos.

Refira-se também o programa operacional de Desenvolvimento Rural para o Continente (PDR 2020) que tem por princípio a visão da estratégia nacional de crescimento sustentável do setor agroflorestal em todo o território nacional.

Tem como objetivos o aumento do valor acrescentado do setor agroflorestal, contribuir para o equilíbrio da balança comercial, assegurar condições que permitam melhorar a gestão sustentável dos recursos nomeadamente através de uma utilização mais eficiente dos mesmos, assegurando a sua proteção, e a dinamização económica e social do espaço rural. Paralelamente, visa aumentar a capacidade de inovação e transferência de conhecimento para o setor agroflorestal, a melhoria do nível de capacitação e de aconselhamento dos produtores agrícolas e florestais, o aumento da concentração da oferta e a promoção da gestão de riscos a que o setor é vulnerável.

A nível regional, encontra-se definido um **Programa Operacional** para cada região. No caso da Região Centro o Programa Operacional - **CRER 2020** -tem como base uma estratégia de desenvolvimento regional partilhada e construída através de uma forte mobilização de todos os parceiros regionais.

O novo Programa Operacional da Região Centro mobiliza 9 objetivos temáticos e 27 prioridades de investimento, estruturando-se em 9 eixos prioritários:

- 1 - Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDEIAS)
- 2- Competitividade e Internacionalização da Economia Regional (COMPETIR)
- 3- Desenvolver o Potencial Humano (APRENDER)
- 4- Promover e Dinamizar a Empregabilidade (EMPREGAR e CONVERGIR)
- 5- Fortalecer a Coesão Social e Territorial (APROXIMAR e CONVERGIR)**
- 6- Afirmar a sustentabilidade dos recursos (SUSTENTAR)
- 7- Afirmar a sustentabilidade dos territórios (CONSERVAR)
- 8- Reforçar a capacitação institucional das entidades regionais (CAPACITAR)
- 9- Reforçar a rede urbana (CIDADES)

Considerando que o EIXO 5 – Fortalecer a Coesão Social e Territorial (APROXIMAR e CONVERGIR),

EIXO 5 – Fortalecer a Coesão Social e Territorial (APROXIMAR e CONVERGIR)		
PI 9.1 - Inclusão ativa, com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade	Objetivo específico 1: Promover o desenvolvimento e o reconhecimento de competências pessoais, sociais e profissionais de grupos potencialmente mais vulneráveis, potenciando a sua empregabilidade e o reforço das oportunidades para a sua integração socioprofissional.	<ul style="list-style-type: none"> • Ações de apoio à inserção <ul style="list-style-type: none"> • Apoios à celebração de contratos Emprego-Inserção; • Ações integradas (inovadoras e/ou experimentais) de promoção local da inclusão ativa; • Reconversão profissional de desempregados e jovens desempregados, em estreita colaboração com o tecido económico local, sub-regional e regional; • Qualificação das pessoas direcionada para a empregabilidade e contribuição para reduzir a dimensão do desemprego, e em particular do desemprego jovem, na Região Centro; • Redução das situações de risco de pobreza e de exclusão social associando medidas de empregabilidade e de formação profissional com a progressiva melhoria das condições de vida e de acesso a bens, equipamentos e mercado de trabalho, geridos a nível local; • Criação de condições para promover a inexistência de qualquer pessoa “sem abrigo” na Região Centro. • Medidas a apoiar (Beneficiários: Entidades públicas e entidades privadas sem fins lucrativos) Beneficiários: Entidades públicas e entidades privadas sem fins lucrativos); • Ações de apoio ao envelhecimento saudável <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de abordagens
	Objetivo específico 2: Promover iniciativas para a inovação e a experimentação social que facilitem a dinamização de estratégias de inclusão ativa.	

		<p>integradas direcionadas para o envelhecimento ativo e saudável das populações;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mobilização da população sénior, mas ainda capacitada, para novos desafios que lhe permitam estar ativa e ser socialmente útil; • Promoção da criação de hábitos e estilos de vida saudáveis e aposta na medicina preventiva; • Dinamização de encontros intergeracionais (coaching intergerações) e promover ações de transmissão de conhecimento e memória; • Realização de atividades desportivas (colocar o “Desporto ao Centro”), socioculturais e de voluntariado para a população idosa; • Aproveitamento do conhecimento e capacidades dos idosos, relacionadas com atividades produtivas tradicionais, para valorizar recursos e promover as economias locais; • Utilização das TICE no apoio ao envelhecimento ativo e otimização das respostas sociais; • Apoio ao envelhecimento ativo enquanto oportunidade potencialmente geradora de atividade económica e social em territórios da coesão. <p>Beneficiários: Entidades públicas e entidades privadas sem fins lucrativos)</p>
<p>PI 9.6 e 9.10 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária</p>	<p>Objetivo específico 3: Aumentar o desenvolvimento socioeconómico de base local</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Medidas a apoiar • Diversificação das economias rurais e em zonas pesqueiras através de abordagens bottom-up de desenvolvimento local; • Desenvolvimento de redes de serviços de proximidade junto das comunidades locais; • Ensaio de soluções de inovação social no setor primário, reforçando a sua vocação inclusiva e solidária; • Aposta na qualificação de jovens para os habilitar a concretizar bons

		<p>projetos nas fileiras da agricultura e floresta;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Iniciativas de aconselhamento técnico local – agrícola e não agrícola – relacionados com circuitos curtos de comercialização; • Iniciativas de capacitação de micro-empresas; • Planos de formação/qualificação de acordo com as tipologias nacionais/catálogo nacional de qualificações; • Implementação de modalidades inovadoras de formação/qualificação; • Apoio à criação do próprio emprego por parte dos desempregados e dos jovens à procura do primeiro emprego. <p>Beneficiários: Entidades públicas, entidades privadas sem fins lucrativos e empresas, ADL):</p> <ul style="list-style-type: none"> •
<p>PI 9.7 - Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária.</p>	<p>Objetivo específico 4: Reforçar a rede de infraestruturas sociais e de saúde</p>	<p>Medidas a apoiar</p> <ul style="list-style-type: none"> • Melhoria e readaptação de infraestruturas de saúde (aos vários níveis de cuidados de saúde), desde que devidamente fundamentadas num contexto intermunicipal e setorial; • Apoio a cuidados de saúde primários e de proximidade; • Apoio ao reforço das unidades móveis de saúde para zonas de baixa densidade; • Apoio a ações de reforço tecnológico de diagnóstico e tratamento para unidades altamente especializadas; • Requalificação de infraestruturas sociais, de modo a melhorar as respostas sociais existentes ou a criar respostas inovadoras; • Apoio à aquisição de tecnologias em áreas terapêuticas e de prevenção no âmbito da promoção da qualidade de vida das pessoas com deficiência; • Apoio a sistemas de informação que promovam o funcionamento das instituições em rede e mais próximo dos cidadãos;

		<ul style="list-style-type: none"> Exploração do potencial e promoção da sustentabilidade da rede de equipamentos existentes, reforçando o papel das entidades do Terceiro Setor na dinamização da economia social e da oferta de respostas sociais de qualidade, inclusivas, acessíveis a utentes com mobilidade reduzida. <p>Beneficiários: Entidades públicas e entidades sem fins lucrativos do terceiro setor que trabalham na área social e da saúde);</p>
<p>PI 9.8 - A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais.</p>	<p>Objetivo específico 5: Apoio à regeneração física, económica e social das comunidades e zonas urbanas e rurais desfavorecidas</p>	<p>Medidas a apoiar</p> <ul style="list-style-type: none"> No âmbito do desenvolvimento urbano sustentável, apoio a ações relacionadas com a promoção da coesão social e da atratividade das áreas urbanas, com a promoção de estratégias de baixa emissão de carbono; Requalificação sociourbanística de áreas urbanas críticas; Requalificação do espaço e do edificado público, equipamentos e ambiente urbano, incluindo espaços verdes e mobiliário urbano; Promoção da sustentabilidade das infraestruturas já existentes, abarcando centros históricos, mas igualmente periferias degradadas e bairros problemáticos. <p>Beneficiários: Entidades, públicas ou privadas, coletivas ou singulares, que promovam projetos urbanos no âmbito de planos integrados de desenvolvimento urbano sustentável.</p>

3. Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE) e Programa Operacional Capital Humano (POCH) – Prioridades de Investimento e Medidas

Programa Operacional Inclusão Social e Emprego



Eixo 1 – Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores

PI 8.1 - Acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo os desempregados de longa duração e as pessoas afastadas do mercado de trabalho, e através de iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores

Objetivo específico 1: Integrar, de forma sustentada, desempregados e inativos no mercado de trabalho.

Objetivo específico 2: Integrar, de forma sustentada, desempregados nos serviços da administração central do Estado no âmbito do programa de renovação

Medidas a apoiar:

- **ESTÁGIOS (OE1)** – Beneficiários: Pessoas singulares ou coletivas, de direito privado, com ou sem fins lucrativos; Pessoas coletivas de direito público, pertencentes à administração central, incluindo Institutos Públicos.
- **APOIOS À CONTRATAÇÃO (OE1)** – Beneficiários: Pessoas singulares ou coletivas, de direito privado, com ou sem fins lucrativos.
- **PROGRAMA DE RENOVAÇÃO SELETIVA DE QUADROS (OE2)** – Beneficiários: Serviços integrados na

<p>PI 8.4 - Igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios, nomeadamente nos domínios do acesso ao emprego, da progressão na carreira, da conciliação da vida profissional e privada e da promoção da igualdade de remuneração para trabalho igual</p>	seletiva de quadros.	administração central do Estado.
	<p>Objetivo específico 3: Melhorar a integração da dimensão da igualdade de género na organização, funcionamento e atividade das entidades empregadoras, visando nomeadamente reforçar as condições de conciliação entre a vida familiar e a vida profissional para mulheres e homens, promovendo simultaneamente a natalidade e novas formas de integração no mercado de trabalho.</p> <p>Objetivo específico 4: Aumentar o número de mulheres com independência económica através da criação do próprio emprego.</p>	<p>Medidas a apoiar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PLANOS PARA A IGUALDADE (OE3) – Beneficiários: Pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos; Pessoas coletivas de direito público, pertencentes à administração central e local e empresas do setor empresarial do Estado; Empresas cotadas em Bolsa; Entidades do setor cooperativo. • PROGRAMA DE INCENTIVO À NATALIDADE E EMPREGABILIDADE PARCIAL (OE3) – Beneficiários: Pessoas coletivas de direito privado, com ou sem fins lucrativos. • EMPREENDEADORISMO FEMININO (OE4) – Beneficiários: Associações de Mulheres Empresárias, bem como outras Associações Empresariais, Comerciais e ou Industriais, Agências e Sociedades de Desenvolvimento Regional sem fins lucrativos, Cooperativas e outras entidades de economia social, desde que desenvolvam projetos relacionados com as respetivas áreas de atividade.
	<p>Objetivo específico 5: Melhorar a empregabilidade da população ativa (empregados, empregados em risco de desemprego e desempregados), através do desenvolvimento de competências para o mercado de trabalho.</p>	<p>Medidas a apoiar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • FORMAÇÃO MODULAR CERTIFICADA (OE5) – Beneficiários: Pessoas coletivas de direito público pertencentes à administração central e local, incluindo Institutos Públicos; Pessoas coletivas de direito privado, com ou sem fins lucrativos. <ul style="list-style-type: none"> • Cheque formação • Qualificação de trabalhadores de setores afetados por sazonalidade e alterações conjunturais • Vida ativa
<p>PI 8.6 - Envelhecimento ativo e saudável</p>	<p>Objetivo específico 6: Aumentar a permanência na vida ativa de adultos seniores (i.e. de níveis etários mais elevados).</p>	<p>Medidas a apoiar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • INCENTIVO AO ENVELHECIMENTO ATIVO (OU À CONVERSÃO DE CONTRATOS) (OE6) • INCENTIVO À CONTRATAÇÃO (OE6) • “COACHING” INTER-GERAÇÕES (OE6) <p>Beneficiários: Pessoas singulares ou coletivas, de direito privado, com ou sem fins</p>

<p>PI 8.7 - Modernização do mercado de trabalho, nomeadamente através da criação de serviços de emprego públicos e privados e da melhoria da adequação às necessidades do mercado de trabalho, incluindo medidas destinadas a aumentar a mobilidade transnacional dos trabalhadores, inclusive através de regimes de mobilidade e melhor cooperação entre as instituições e as partes relevantes</p>	<p>Objetivo específico 7: Aumentar a eficiência e a eficácia das instituições e estruturas de apoio ao mercado de trabalho, incluindo através da construção, remodelação ou adaptação de espaços físicos e/ou da aquisição de equipamentos.</p> <p>Objetivo específico 8: Melhorar a capacitação institucional dos Parceiros Sociais com assento na CPCS.</p>	<p>lucrativos.</p> <p>Medidas a apoiar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES (OE7) – Beneficiários: Pessoas coletivas de direito público pertencentes à administração central e local, incluindo Institutos Públicos. • INVESTIMENTO NA INFRAESTRUTURA DO SERVIÇO PÚBLICO DE EMPREGO (OE7) – Beneficiários: Rede de centros do Serviço Público de Emprego. • DESENVOLVIMENTO DE ESTRUTURAS DE APOIO AO EMPREGO (OE7) – Beneficiários: Entidades, públicas ou privadas, sem fins lucrativos. • MOBILIDADE LABORAL NO ESPAÇO EUROPEU (OE7) – Beneficiários: Pessoas à procura de primeiro ou novo emprego; Pessoas singulares ou coletivas, de direito privado, com ou sem fins lucrativos; Pessoas coletivas de direito público pertencentes à administração central e local, incluindo Institutos Públicos. • REFORÇO DA CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL DOS PARCEIROS SOCIAIS COM ASSENTO NA CPCS (OE8) – Beneficiários: Parceiros Sociais com assento na CPCS.
---	---	--

Eixo 2 – Iniciativa Emprego Jovem (jovens até aos 29 anos inclusivé)

<p>PI 8.2 - A integração sustentável dos jovens no mercado de trabalho, em especial os que não trabalham, não estudam, nem se encontram em formação, incluindo os jovens em risco de exclusão social e os jovens de comunidades marginalizadas, inclusive através da execução da Garantia Jovem</p>	<p>Objetivo específico 1: Aumentar a empregabilidade e integrar no mercado de trabalho, de forma sustentada, os jovens, em especial os que não estão em situação de emprego, ensino ou formação, através do desenvolvimento de competências para o mercado de trabalho.</p>	<p>Medidas a apoiar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • QUALIFICAÇÃO/EDUCAÇÃO <ul style="list-style-type: none"> • VIDA ATIVA (OE1) • PROGRAMA RETOMAR (OE1) • PROGRAMA DE RECONVERSÃO PROFISSIONAL – AGIR (OE1 - RAA) • ESTÁGIOS E EMPREGO <ul style="list-style-type: none"> • ESTÁGIOS EMPREGO (OE1) • INOV CONTACTO (OE1) • ESTÁGIOS PEPAC DESENVOLVIDOS EM MISSÕES PORTUGUESAS (OE1) • ESTAGIAR T (OE1 - RAA)
--	--	--

		<ul style="list-style-type: none"> • EMPREGO JOVEM ATIVO (OE1) • APOIOS À CONTRATAÇÃO E À CRIAÇÃO DO PRÓPRIO EMPREGO (OE1) <p>Beneficiários: Pessoas singulares ou coletivas, de direito privado, com ou sem fins lucrativos; Pessoas coletivas de direito público, pertencentes à administração central e local, incluindo assim institutos públicos, autarquias locais, comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas; Entidades que integram o setor empresarial do Estado ou o setor empresarial local; Estabelecimentos de ensino superior.</p>
--	--	--

Eixo 3 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação

<p>PI 9.1 - Inclusão ativa, com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade</p>	<p>Objetivo específico 1: Promover o desenvolvimento e o reconhecimento de competências pessoais, sociais e profissionais de grupos potencialmente mais vulneráveis, potenciando a sua empregabilidade e o reforço das oportunidades para a sua integração socioprofissional e cultural.</p> <p>Objetivo específico 2: Aumentar o número de territórios vulneráveis abrangidos e reforçar a coesão social.</p> <p>Objetivo específico 3: Reforçar a abordagem da intervenção social com base no</p>	<p>Medidas a apoiar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • AQUISIÇÃO DE COMPETÊNCIAS BÁSICAS (OE1) – Beneficiários: Pessoas coletivas de direito público, pertencentes à administração central e local; Pessoas coletivas de direito privado, com ou sem fins lucrativos. • APOIO À QUALIFICAÇÃO E EMPREGO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E/OU INCAPACIDADE (OE1) – Beneficiários: Pessoas coletivas de direito público, pertencentes à administração central e local; Pessoas coletivas de direito público, que não administração direta do Estado; Pessoas coletivas de direito privado, com ou sem fins lucrativos (nomeadamente as credenciadas como Centros de Recursos - estruturas de suporte e apoio aos serviços de emprego, para a realização de intervenções técnicas no âmbito da reabilitação profissional); Pessoas singulares. • PORTUGUÊS PARA TODOS (OE1) – Beneficiários: Pessoas coletivas de direito público, pertencentes à administração central; Associações públicas; Entidades da
---	--	--

	<p>voluntariado.</p> <p>Objetivo específico 4: Promover iniciativas para a inovação e a experimentação social que facilitem a dinamização de estratégias de inclusão ativa.</p>	<p>administração indireta do Estado com responsabilidades nesta área; Pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos.</p> <ul style="list-style-type: none"> • CAPACITAÇÃO PARA A INCLUSÃO (OE1) Beneficiários: Pessoas coletivas de direito privado, sem fins lucrativos, designadamente, instituições particulares de solidariedade social e equiparadas, misericórdias, associações de desenvolvimento local ou outras, cujo objeto social preveja atividades no âmbito da ação social. • INSERÇÃO SÓCIO PROFISSIONAL DA COMUNIDADE CIGANA (OE1) – Beneficiários: Entidades, públicas e privadas, sem fins lucrativos. • CULTURA PARA TODOS – INCLUSÃO SOCIAL ATRAVÉS DA CULTURA (OE1) – Beneficiários: Pessoas coletivas de direito público, pertencentes à administração central e local; Pessoas coletivas de direito privado, com e sem fins lucrativos. • CONTRATOS LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (OE2) – Beneficiários: Pessoas coletivas de direito público, pertencentes à administração local; Pessoas coletivas de direito privado, sem fins lucrativos, incluindo associações empresariais, comerciais ou industriais; Pessoas coletivas de direito privado, com fins lucrativos, desde que integrem os Conselhos Locais de Ação Social. • PROJETO DE MEDIADORES MUNICIPAIS E MEDIADORES INTERCULTURAIS EM SERVIÇOS PÚBLICOS (OE2) – Beneficiários: Pessoas coletivas de direito público, pertencentes à administração local; Pessoas coletivas de direito privado, sem fins lucrativos; Entidades da administração indireta do Estado com responsabilidades nesta área. • PROGRAMA ESCOLHAS (OE2) – Beneficiários: Pessoas coletivas de direito público, pertencentes à administração central e local; Pessoas coletivas de direito privado, sem fins lucrativos; Pessoas coletivas de direito privado, com fins lucrativos, no âmbito da concretização da responsabilidade social das organizações, desde que da parceria nenhum lucro ou proveito advinha para as empresas candidatas.
--	--	--

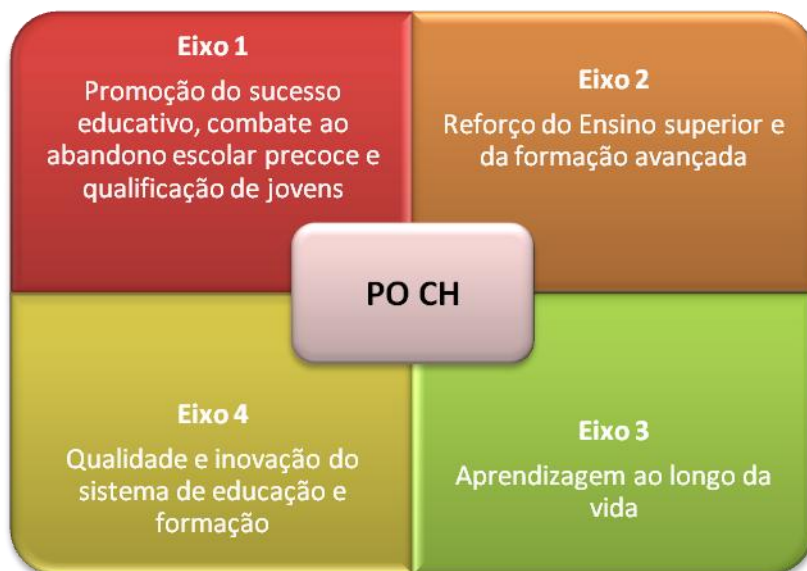
<p>PI 9.3 - Luta contra todas as formas de discriminação e promoção da igualdade de oportunidades</p>		<ul style="list-style-type: none"> • BOLSA ESPECIALIZADA DE VOLUNTARIADO (OE3) Beneficiários: Pessoas coletivas de direito público, pertencentes à administração central e local; Pessoas coletivas de direito privado, com ou sem fins lucrativos. • FORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO PARA UM VOLUNTARIADO DE CONTINUIDADE (OE3) Beneficiários: Pessoas coletivas de direito privado, sem fins lucrativos. • PROJETOS PARA A SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E EXPERIMENTAÇÃO SOCIAL (OE4) Beneficiários: Pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos; Pessoas coletivas de direito público, da administração central; Pessoas coletivas de direito privado com fins lucrativos, licenciadas pela Segurança Social.
	<p>Objetivo específico 5: Sensibilizar a população, as instituições e formar os seus quadros para o combate à discriminação, a desconstrução de preconceitos e estereótipos, o combate à violência de género, doméstica e ao tráfico de seres humanos, a promoção da igualdade de género, a promoção da educação, o diálogo intercultural, e inter-religioso, a igualdade de oportunidades e a inclusão de comunidades marginalizadas.</p> <p>Objetivo específico 6: Reforçar a capacidade de intervenção das entidades públicas e privadas na execução das políticas públicas na área da igualdade de género e da prevenção e combate à violência doméstica e de género e ao tráfico de seres</p>	<p>Medidas a apoiar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO E CAMPANHAS (OE5) – Beneficiários: Pessoas coletivas de direito público, pertencentes à administração central. • FORMAÇÃO DE PÚBLICOS ESTRATÉGICOS (OE5) – Beneficiários: Pessoas coletivas de direito público; Pessoas coletivas de direito privado, habilitadas para a promoção da formação neste domínio, nos termos da regulamentação aplicável. • APOIO FINANCEIRO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA A ENTIDADES QUE PROMOVAM A IGUALDADE DE GÉNERO, O COMBATE A VIOLÊNCIA DE GÉNERO, DOMÉSTICA, O TRÁFICO DE SERES HUMANOS E MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA (OE6) Beneficiários: Organizações não-governamentais e outras entidades da sociedade civil sem fins lucrativos, em cujos objetivos estatutários esteja prevista a promoção da igualdade entre homens e mulheres e que apresentem um plano de ação concreto a desenvolver neste domínio. • INSTRUMENTOS ESPECÍFICOS DE PROTEÇÃO DAS VÍTIMAS (OE6) – Beneficiários: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género; Outras entidades públicas e privadas, quando pretendam desenvolver ações no âmbito das suas

<p>PI 9.4 - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral</p>	<p>humanos, bem como reforçar a capacidade de resposta ao nível da proteção das vítimas de violência de género, doméstica e de tráfico de seres humanos.</p>	<p>atribuições e articuladas com os Planos Nacionais Contra a Violência Doméstica e Contra o Tráfico de Seres Humanos.</p>
	<p>Objetivo específico 7: Diversificar a oferta de serviços sociais e de saúde e aumentar a qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis.</p>	<p>Medidas a apoiar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>DIVERSIFICAR A OFERTA DE SERVIÇOS DE INTERVENÇÃO SOCIAL E DE SAÚDE</u> • MODELOS DE APOIO À VIDA INDEPENDENTE (MAVI) (OE7) – Beneficiários: Pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos; Pessoas coletivas de direito público, pertencentes à administração central e local. • Rede de Cuidadores de Proximidade (OE7) Beneficiários: Pessoas coletivas de direito privado, sem fins lucrativos. • Idade + (OE7) Beneficiários: Pessoas coletivas de direito público, pertencentes à administração local; Pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos. • Suporte ao doente em casa / na comunidade através do uso de tecnologias (OE7) Beneficiários: Pessoas coletivas de direito público pertencentes à administração central e local, incluindo Institutos Públicos, instituições de saúde públicas; Pessoas coletivas de direito privado, com ou sem fins lucrativos. • CUIDADOS ESPECIALIZADOS (Prematuros) (OE7) Beneficiários: Pessoas coletivas de direito público, pertencentes à administração central e local. • CUIDADOS ESPECIALIZADOS (Demências) (OE7) Beneficiários: Pessoas coletivas de direito privado, sem fins lucrativos; Pessoas coletivas de direito público, pertencentes à administração central e local. • Rede Local de Intervenção Social (RLIS) (OE7) Beneficiários: Pessoas coletivas de direito privado, sem fins lucrativos; Pessoas coletivas de direito público, pertencentes à administração local.

		<ul style="list-style-type: none"> • <u>PROMOÇÃO DA QUALIFICAÇÃO DAS RESPOSTAS SOCIAIS E DE SAÚDE</u> • QUALIFICAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE INTERVENÇÃO PRECOCE NA INFÂNCIA (SNIPI) (OE7) <u>Beneficiários:</u> Pessoas coletivas de direito privado, sem fins lucrativos; Pessoas coletivas de direito público, pertencentes à administração central e local. • APOIO À PARENTALIDADE POSITIVA (OE7) <u>Beneficiários:</u> Pessoas coletivas de direito privado, sem fins lucrativos; Pessoas coletivas de direito público, pertencentes à administração central e local, incluindo Institutos Públicos. • QUALIFICAÇÃO DO APOIO INSTITUCIONAL A CRIANÇAS E JOVENS (OE7) <u>Beneficiários:</u> Pessoas coletivas de direito privado, com ou sem fins lucrativos; Pessoas coletivas de direito público pertencentes à administração central, incluindo Institutos Públicos. • CENTROS NACIONAIS DE APOIO AO IMIGRANTE (OE7) <u>Beneficiários:</u> Pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos; Entidades da administração indireta do Estado com responsabilidades nesta área.. • FORMAÇÃO DE TÉCNICOS ESPECIALIZADOS E AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO/(IN)FORMAÇÃO NO ÂMBITO DAS REFORMAS NOS SERVIÇOS SOCIAIS E DE SAÚDE (OE7) – <u>Beneficiários:</u> Pessoas coletivas de direito privado, com ou sem fins lucrativos; Pessoas coletivas de direito público pertencentes à administração central e local, incluindo Institutos Públicos.
PI 9.5 Promoção do empreendedorismo social e da integração profissional nas empresas sociais e da economia social e solidária para facilitar o acesso ao emprego	Objetivo específico 8: Melhorar a capacidade de resposta das Organizações da Economia Social (OES) e a sua sustentabilidade. Inclui a melhoria da capacitação institucional dos Parceiros do Conselho Nacional para a Economia Social (CNES).	Medidas a apoiar: <ul style="list-style-type: none"> • Formação, qualificação e apoio à modernização das organizações da economia social (OE8) – <u>Beneficiários:</u> Pessoas singulares ou coletivas que integrem o âmbito das OES. • Estudos/investigação-ação no âmbito da economia social (OE8) – <u>Beneficiários:</u> Pessoas singulares ou coletivas que integrem o âmbito das Organizações da Economia Social. • Reforço da capacitação institucional dos Parceiros do Conselho Nacional Para a Economia Social (OE8) – <u>Beneficiários:</u>

		<p>Organizações da Economia Social com assento no CNES.</p> <ul style="list-style-type: none">• Reforço da sustentabilidade das organizações da economia social (OE8) <u>Beneficiários:</u> Pessoas coletivas que integrem o âmbito das Organizações da Economia Social
--	--	---

Programa Operacional Capital Humano



Eixo 1 – Promoção do sucesso educativo, combate ao abandono escolar precoce e qualificação de jovens

PI 10.1 - Intervenções específicas dirigidas à prevenção e redução do abandono escolar precoce e a promoção da igualdade de acesso, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais, para a reintegração no ensino e formação

Objetivo específico 1:
Aumentar o sucesso escolar e reduzir o abandono.

Medidas a apoiar:

- **CURSOS VOCACIONAIS DE NÍVEL SECUNDÁRIO (OE1)** –
Beneficiários: Escolas públicas e privadas que organizem esta oferta formativa de nível secundário.
- **APOIOS ESPECÍFICOS DE AÇÃO SOCIAL ESCOLAR (OE1)**
Beneficiários: Instituições e organismos públicos da administração central do Estado.

PI 10.4 – Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos

Objetivo específico 2:
Aumentar o número de jovens diplomados em modalidades de ensino e formação profissional, com reforço da formação em contexto de trabalho.

Medidas a apoiar:

- **ENSINO PROFISSIONAL (OE2)**
Beneficiários: Pessoas coletivas de direito público da administração central e local, incluindo Institutos Públicos e pessoas coletivas de direito privado, com ou sem fins lucrativos.
- **CURSOS DE APRENDIZAGEM DUAL (OE2)**
Beneficiários: Centros de formação profissional do IEFP e

currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, incluindo sistemas de ensino dual e de aprendizagem		<p>outras entidades formadoras, públicas e privadas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • ENSINO ARTÍSTICO ESPECIALIZADO (OE2) – Beneficiários: Entidades que tutelam as escolas de ensino artístico, desde que o respetivo funcionamento esteja autorizado pelo Ministério da Educação.
--	--	---

Eixo 2 – Reforço do Ensino superior e da formação avançada

<p>PI 10.2 - Melhoria da qualidade, da eficiência do ensino superior e equivalente e do acesso ao mesmo, a fim de aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para grupos desfavorecidos</p> <p>Objetivos específicos e resultados esperados</p>	<p>Objetivo específico 3: Aumentar o número de diplomados do ensino superior.</p> <p>Objetivo específico 4: Apoiar novos doutoramentos visando o reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação.</p>	<p>Medidas a apoiar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • APOIOS A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR, NOMEADAMENTE BOLSAS DE ENSINO SUPERIOR PARA ALUNOS CARENCIADOS (OE3) Beneficiários: Instituições de ensino superior públicas e privadas; estudantes inscritos em instituições de ensino superior públicas e privadas. • CURSOS TÉCNICOS SUPERIORES PROFISSIONAIS (TeSP) (OE3) Beneficiários: Instituições de Ensino Superior públicas ou privadas. • PROGRAMAS DE DOUTORAMENTO E PÓS-DOUTORAMENTO (OE4) – Beneficiários: Centros de I&D e/ou Universidades em parceria e/ou com Empresas (Programas Doutorais); Pessoas Individuais portadoras do grau de Mestre (Bolsas de Doutoramento individuais); Investigadores doutorados inseridos em Centros de I&D (Bolsas pós-doc.).
---	---	--

Eixo 3 – Aprendizagem ao longo da vida

<p>PI 10.3 - Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida, para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas.</p>	<p>Objetivo específico 5: Elevar o nível de qualificação da população adulta</p>	<p>Medidas a apoiar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • CURSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS (EFA) (OE5) – Beneficiários: Pessoas coletivas de direito público da administração central e local; pessoas coletivas de direito privado com ou sem fins lucrativos. • ENSINO RECORRENTE (OE5) Beneficiários: Jovens adultos entre os 18 e os 30 anos e adultos entre os 30 e os 55 anos sem ensino secundário completo. • CQEP E PROCESSOS DE RECONHECIMENTO, VALIDAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS (RVCC) (OE5) Beneficiários: Pessoas coletivas de direito público da administração central e local; pessoas coletivas de direito privado com ou sem fins lucrativos; entidades promotoras de CQEP.
---	---	---

Eixo 4 – Qualidade e inovação do sistema de educação e formação

<p>PI 10.1 - Intervenções específicas dirigidas à prevenção e redução do abandono escolar precoce e a promoção da igualdade de acesso, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais, para a reintegração no ensino e formação.</p>	<p>Objetivo específico 6: Melhorar a qualidade e eficiência do sistema de educação e de formação e das condições de aprendizagem ao nível da educação pré-escolar, ensino básico e secundário.</p>	<p>Medidas a apoiar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTÍNUA DE PROFESSORES E GESTORES ESCOLARES (OE6) Beneficiários: Pessoas coletivas de direito público da administração central e local; pessoas coletivas de direito privados com ou sem fins lucrativos. • QUALIFICAÇÃO DA INTERVENÇÃO PRECOCE NA INFÂNCIA E NA EDUCAÇÃO ESPECIAL (OE6) Beneficiários: Pessoas coletivas de direito público da administração central e local; pessoas coletivas de direito privado com ou sem fins lucrativos.
---	---	---

		<ul style="list-style-type: none"> • PROGRAMA DE PROMOÇÃO DA AUTONOMIA DAS ESCOLAS (OE6) – Beneficiários: Pessoas coletivas de direito público da administração central, nomeadamente escolas e agrupamentos de escolas do ensino básico e secundário. • SERVIÇOS DE PSICOLOGIA E ORIENTAÇÃO (SPO) (OE6) – Beneficiários: Pessoas coletivas de direito público da administração central e local, nomeadamente escolas e agrupamentos de escolas do ensino básico e secundário.
<p>PI 10.2 - Melhoria da qualidade, da eficiência do ensino superior e equivalente e do acesso ao mesmo, a fim de aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para grupos desfavorecidos.</p>	<p>Objetivo específico 7: Melhorar a qualidade e eficiência do sistema de educação e das condições de aprendizagem ao nível do ensino superior.</p>	<p>Medidas a apoiar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • SISTEMA CENTRALIZADO DE INFORMAÇÃO E INDICADORES PARA O ENSINO SUPERIOR (OE7) Beneficiários: Pessoas coletivas de direito público da administração central e local. • FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DE DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR (OE7) Beneficiários: Pessoas coletivas de direito público da administração central e local.
<p>PI 10.3 - Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida, para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas.</p>	<p>Objetivo específico 8: Melhorar a qualidade e eficiência do sistema de educação e de formação e das condições de aprendizagem ao longo da vida.</p>	<p>Medidas a apoiar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE FORMADORES E OUTROS AGENTES DE FORMAÇÃO (OE8) Beneficiários: IEFP, estabelecimentos de ensino superior ou outras entidades formadoras certificadas que estabeleçam protocolos com o IEFP.
<p>PI 10.4 - Aumento da pertinência do ensino e da formação para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho, e reforço dos</p>	<p>Objetivo específico 9: Melhorar a qualidade e eficiência do sistema de educação e de formação e das condições de</p>	<p>Medidas a apoiar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • INTERVENÇÕES ESPECÍFICAS E INOVADORAS DIRIGIDAS À MELHORIA DA QUALIDADE E DA EFICIÊNCIA DO SISTEMA DE

sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, da adaptação dos currícula e da criação e desenvolvimento de sistemas de aprendizagem baseados no trabalho, incluindo sistemas de ensino duais e programas de aprendizagem.	aprendizagem.	EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO DE JOVENS COM VISTA À PROMOÇÃO DO SUCESSO ESCOLAR (OE9) <u>Beneficiários:</u> Pessoas coletivas de direito público da administração central e local; pessoas coletivas de direito privados com ou sem fins lucrativos.
---	---------------	---

4. Região Centro 2020 – Comunidade Intermunicipal Coimbra – Diagnóstico e Estratégias

Perante um novo enquadramento comunitário, a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra reconheceu a necessidade de construir uma estratégia de ação coletiva – o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região de Coimbra 2014 – 2020.

Mapa nº 1 - Delimitação Territorial da Região de Coimbra



O ordenamento administrativo da recém criada Comunidade Intermunicipal colocou um desafio no que diz respeito à análise das dinâmicas regionais de Coimbra, considerando que esta nova comunidade integra realidades da NUTS III do Baixo Mondego, do Pinhal Interior Norte, do Dão Lafões e Baixo Vouga.

Quadro n.º 4 - Indicadores de Enquadramento da CIM.

População	Baixo Mondego	Pinhal Interior Norte	Centro
Taxa crescimento populacional 2001-2011	-2,3%	-5,1%	-0,9%
Taxa crescimento populacional natural 2001-2011	2,3%	-6,4%	-2,6%
Índice dependência jovens 2011	53,5%	63,9%	56,6%
Índice dependência idosos 2011	19,6%	21,1%	21,5%
Índice dependência total, 2011	33,9%	42,9%	35,1%
Índice envelhecimento	174	204	164
Taxa bruta natalidade (2012)	7,5‰	6,3‰	7,5‰

Fonte: Plano estratégico de Desenvolvimento da região de Coimbra 2014-2020

Realizando uma análise dos principais dados de diagnóstico desta região, regista-se ao nível populacional o seguinte:

- Perda de população na região de Coimbra como resultado da **redução da população evidenciada quer pelo Baixo Mondego, quer pelo Pinhal Interior Norte e ainda pelos concelhos de Mealhada e Mortágua**, nomeadamente os concelhos de interior pela sua incapacidade de repor população pela via natural;
- Reduzida população com menos de 15 anos de idade e aumento da população com 65 ou mais anos;
- Elevado **índice de dependência de idosos** em que o Pinhal Interior Norte se apresenta com uma maior percentagem (42,9%), assim como o **índice de envelhecimento** (204). A **taxa bruta de natalidade** apresenta um valor abaixo da região Centro (6,3‰).

A dimensão territorial, populacional e económica da nova região de Coimbra posiciona o futuro da região nos referenciais de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, reforçando o papel que a comunidade intermunicipal terá na concretização da estratégia de desenvolvimento.

Foi assim definido como visão estratégica para a região de Coimbra:

Região exemplar
Na gestão eficiente dos recursos e do património, orientada para a redução de custos energéticos suportados pelas organizações e famílias e para a sustentabilidade dos valores ambientais e culturais.
Região pioneira e líder
Na construção de um sistema educativo, científico e tecnológico de referência orientado para o aumento da capacidade inovadora, produtiva e exportadora do tecido empresarial regional.
Região comprometida
Com a diversidade das identidades e modos de vida locais, através da valorização do potencial endógeno, da facilitação da mobilidade e da garantia da equidade nas condições de acesso ao emprego, saúde, educação e proteção social.

Fonte: Plano estratégico de Desenvolvimento da região de Coimbra 2014-2020

A estratégia da região de Coimbra fundamenta-se em três áreas de intervenção prioritárias e duas áreas transversais:

Áreas prioritárias
1 – Valorização e gestão dos recursos endógenos
2 – Inovação e capital humano
3 – Coesão e inclusão social
Áreas transversais:
1 – Rede urbana e estruturação do território
2 – Rede de governação e eficiência da administração

1- Valorização e gestão dos recursos endógenos – Pertinência e Objetivos

Elementos do diagnóstico que justificam a pertinência da área de intervenção prioritária
✓ Extenso coberto florestal com potencial para a valorização económica de um conjunto alargado de atividades e a presença de empresas fortemente competitivas no mercado nacional e internacional no setor da pasta e papel
✓ Condições de excelência para a produção hortofrutícola
✓ Aumento significativo da produção de energia renovável, com diversificação das fontes (energia térmica, eólica e hídrica)

- ✓ Recursos turísticos com uma área de influência territorial e uma capacidade de captação de fluxos de procura ainda relativamente limitada mas com um forte potencial de valorização por explorar

Objetivos

- ✓ Conservar e valorizar o espaço florestal e rural
- ✓ Conservar e valorizar o património construído e imaterial
- ✓ Diversificar a atividade económica dos territórios rurais, tendo em vista o aumento do valor acrescentado, exportações e emprego qualificado
- ✓ Reduzir custos de ineficiências na produção, abastecimento e o consumo de água e energia
- ✓ Assumir o rio Mondego, a mancha florestal, a costa litoral e o património cultural e construído de Coimbra como os principais integradores das várias intervenções de valorização e gestão dos recursos endógenos

2 - Inovação e capital humano

Elementos do diagnóstico que justificam a pertinência da área de intervenção prioritária

- ✓ O stock acumulado de conhecimento, capital físico e humano qualificado para atividades I&DT, com uma área de influência nacional e internacional, e a intensidade de investimento no atual quadro de programação comunitária em infraestruturas científicas e tecnológicas e parques de ciência e tecnologia e incubadoras de empresas de base tecnológica
- ✓ Persistência de estrangulamentos na transferência de conhecimento e na interligação entre o Sistema Científico e Tecnológico (SCT) e as empresas
- ✓ Fraca capacidade e reduzida dimensão do setor empresarial e com pouca expressão em posições de maior criação de valor nas respetivas fileiras produtivas

Objetivos

- ✓ Reforçar a especialização produtiva da região em atividades intensivas em tecnologia e conhecimento
- ✓ Melhorar a capacidade exportadora regional
- ✓ Aumentar a capacidade de absorção do tecido empresarial regional dos recursos humanos qualificados

3 - Coesão e inclusão social – Pertinência e Objetivos

Elementos do diagnóstico que justificam a pertinência da área de intervenção prioritária
✓ Envelhecimento populacional, agravamento do desemprego, duplicações e ineficiências na oferta de serviços do setor público e do “terceiro setor”, dificuldades de mobilidade na região dos utentes dos serviços sociais mais carenciados
✓ Dificuldades de mobilidade e acesso às respostas sociais das populações de comunidades rurais e do interior;
✓ As IPSS constituem-se como importantes bolsas de emprego em comunidades rurais, estando menos vulneráveis a tendências de deslocalização dos seus meios operacionais, e dando frequentemente prioridade à contratação de trabalhadores das comunidades locais e de grupos com maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho
Objetivos
✓ Aumentar a capacidade instalada em respostas sociais e corrigir as desigualdades de acesso aos equipamentos e serviços sociais
✓ Eliminar custos de ineficiências na oferta de equipamentos e serviços sociais

A visão e estratégia para a região de Coimbra adotam **os princípios de programação da estratégia Europa 2020 e as orientações expressas no acordo de parceria que Portugal propõem à Comissão Europeia.**

	Áreas de Intervenção Prioritária Região de Coimbra 2020				
	Inovação e capital humano	Valorização e gestão dos recursos	Coesão e inclusão social	Rede urbana e estruturação do território	Governança e eficiência na administração
1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	✓✓✓				
2. Melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade					✓✓✓
3. Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas e dos setores agrícola, das pescas e da aquicultura	✓✓✓				
4. Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores		✓✓✓		✓✓	
5. Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos		✓✓✓			

6. Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos		✓✓✓		✓✓✓	
7. Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas				✓✓✓	
8. Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral		✓✓	✓✓		
9. Promover a inclusão social e combater a pobreza		✓✓✓	✓✓✓		
10. Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida	✓✓✓		✓✓		
11. Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública					

✓✓✓: Contributo forte; ✓✓: Contributo relevante

As intervenções na estruturação **da rede urbano e do território e na rede de governação** são transversais à estratégia de desenvolvimento, na medida em que permitem colmatar lacunas nas condições de base de atratividade territorial, contribuindo para a concretização de todos os objetivos descritos. Uma abordagem integrada de base territorial, contribuindo exige, desde logo, a superação das carências no ciclo urbano da água, nas infraestruturas rodoviárias e transportes e nas condições de mobilidade, domínios de intervenção particularmente desafiantes numa região que apresenta zonas de baixa densidade populacional a par de zonas de maior densidade e com um efeito de polarização em torno da cidade de Coimbra.

A prioridade dada à **rede de governação e eficiência da administração**, consubstancia-se na continuação dos investimentos na modernização administrativa levados a cabo no atual período de programação e, principalmente, na capacitação da estrutura técnica e organizacional da CIM, para que seja possível que uma efetiva aplicação do princípio da seletividade dos projetos, a implementação dos projetos, a implementação de um plano global de monitorização das realizações e dos resultados dos investimentos da região.

5. O Programa Rede Social enquanto instrumento privilegiado de operacionalização dos objetivos nacionais integrados na estratégia EUROPA 2020.

5.1 -O Programa da Rede Social como Metodologia de Planeamento

A introdução do planeamento estratégico enquanto metodologia de funcionamento da Rede Social foi um dos traços mais fortes desde da sua implementação aquando da Resolução de Conselhos de Ministros n.º197/97 de 18 de novembro de 1997 e declaração de Retificação n.º 10-O/98, posteriormente retificada pelo Despacho Normativo n.º 8/2002 de 12 de fevereiro e com as alterações introduzidas pelo decreto-lei n.º 115/2006 de 14 de junho. A sua abrangência concelhia e a generalização nacional proposta constituiu uma inovação no que diz respeito ao trabalho da ação social até aí desenvolvido.

Estas metodologias pretendiam criar condições para superar os riscos inerentes à persistência de uma política social sectorizada e ao espartilhamento das intervenções locais, provocando alterações significativas na própria prática da intervenção social. O planeamento nas redes locais teve e tem como propósito funcionar como um ***mecanismo de animação territorial, estimulando a conceção e a execução de projetos e ações definidas em parceria e promovendo a rentabilização dos recursos e respostas locais numa articulação com os Planos definidos a nível nacional.***

A Rede Social contribuiu, assim, para tornar efetiva a complementaridade das várias medidas de política e para a integração de ações e projetos de diferentes parceiros locais, numa ação concertada e coerente de desenvolvimento local e nacional.

Sendo um processo contínuo e flexível, permeável às mudanças que ocorrem no território, o planeamento deverá ser realizado por uma parceria preocupada em gerir os interesses e as necessidades dos territórios e traçar estratégias que beneficiem o conjunto das partes envolvidas.

Os CLAS, enquanto parceria ativa e multidisciplinar, constituem-se como instâncias privilegiadas quer para a implementação destes processos e para a construção dos instrumentos de planeamento (Diagnóstico Social, Plano de Desenvolvimento Social e Plano de Ação), quer para a operacionalização dos projetos, ações e atividades neles inscritos.

Nesta perspetiva, **o Programa Rede Social apresenta-se enquanto instrumento privilegiado de operacionalização do Programa Europa 2020, na medida em que cria um canal de comunicação entre as prioridades definidas no âmbito Europeu e Nacional e as prioridades definidas no âmbito local garantindo a territorialização das medidas propostas.**

6. Dez anos de Rede Social no Concelho de Pampilhosa da Serra.

6.1 - Diagnóstico Social, Plano de Desenvolvimento Social 2014 – 2016 e Planos de Ação enquanto componentes do processo de planeamento: âmbito, natureza e objetivos.

O processo de implementação da Rede Social no concelho de Pampilhosa da Serra teve lugar em setembro de 2003 com a constituição do Conselho Local de Ação Social. Em 2005 são aprovados os primeiros instrumentos de planeamento: Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social 2005 – 2008 seguindo-se a aprovação dos Planos de Ação referentes aos anos de 2006, 2007 e 2008 e respetivos relatórios de execução.

Em dezembro de 2010, é aprovada pelo CLASPPS, a primeira atualização do Diagnóstico Social cuja visão integrada considera diferentes indicadores relevantes para análise da dimensão social dos problemas, constrangimentos e potencialidades locais. Foi definido um novo Plano de Desenvolvimento Social 2011 – 2014 que obedeceu à metodologia de planeamento – MATRIZ DE PLANEAMENTO LÓGICO (MEL) - e que apontou para os seguintes 4 Eixos Prioritários numa estreita articulação as prioridades definidas nos diferentes Planos Nacionais e com os eixos dos CLDS – Contratos Locais de Desenvolvimento Social: Emprego, Formação e Qualificação, Intervenção Familiar e Parental; capacitação da comunidade e Instituições e Informação e Acessibilidades.

Em 2014 é realizada uma nova atualização do Diagnóstico Social e elaborado novo Plano de Desenvolvimento Social 2014-2016, mantendo-se a metodologia de planeamento MEL, tendo sido definidas com base na atualização do Diagnóstico e Análise SWOT (Fraquezas, Forças, Oportunidades e Ameaças) as seguintes áreas de Intervenção:

- AREA DA INTERVENÇÃO I: Família (Habitação e Educação)
- AREA DE INTERVENÇÃO II: Envelhecimento Ativo
- AREA DE INTERVENÇÃO III: Saúde e Qualidade de Vida
- AREA DE INTERVENÇÃO IV: Emprego (Formação e Educação)
- AREA DE INTERVENÇÃO V: Associativo
- AREA DE INTERVENÇÃO VI: Gestão do Plano de Desenvolvimento Social

*CAPÍTULO II***Metodologia de Trabalho**

Considerando que o presente documento reporta-se a instrumentos de planeamento relevantes no que diz respeito à análise e intervenção social local, o Diagnóstico ***Social do Concelho de Pampilhosa da Serra*** e o **Plano de Desenvolvimento Social** devem ser entendidos como ***ferramentas de trabalho*** numa dialética teórico-prática em que o conhecimento de uma determinada realidade é associado a uma finalidade prática.

Com base nestes pressupostos, a metodologia de trabalho para a elaboração dos referidos instrumentos de planeamento, obedeceu a três fases:

Fase UM – Recolha de dados do INE (Censos 2011), junto de entidades locais e regionais e análise interpretativa dos mesmos.

Fase DOIS – Dinamização de Sessões de Trabalho para reflexão e identificação dos principais problemas Concelhios, utilizando a metodologia da SWOT.

Fase TRÊS - Elaboração do Plano de Desenvolvimento Social utilizando a Matriz de Enquadramento Lógico, tendo sido realizadas duas sessões presenciais que tiveram lugar nos dias 17 de dezembro de 2013 e 6 de março de 2014.

A exequibilidade destas fases foi garantida através do trabalho desenvolvido pelo Núcleo Executivo com a colaboração de técnicos convidados.

Quadro n.º 5 - Técnicos que colaboraram na elaboração dos instrumentos de planeamento

Técnicos /Outros	Instituição
4 Técnicos de Serviço Social 1 Técnico de Turismo 1 Técnicos de Relações Públicas e Comunicação 1 Técnico de Geografia e Ordenamento do Território 1 Técnico de Engenharia Civil 1 Chefe de Divisão 1 Técnico da Educação 1 Técnico de Engenharia Produção	Município de Pampilhosa da Serra

3 Técnicos de Serviço Social	Santa Casa da Misericórdia de Pampilhosa da Serra
1 Técnico de Saúde	Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra
1 Técnico de Educação	Agrupamento de Escolas de Pampilhosa da Serra

Fonte: Núcleo Executivo

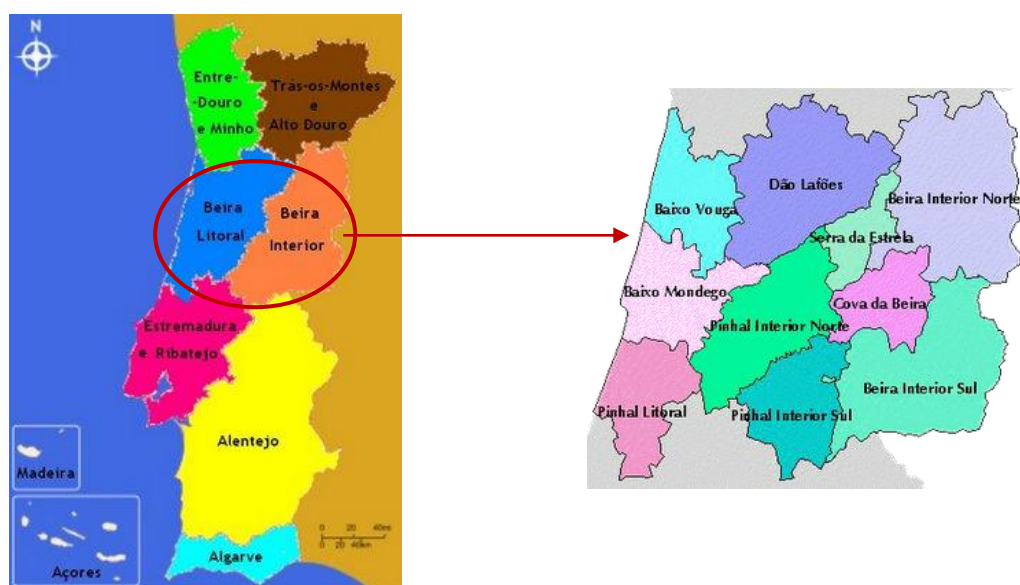
*CAPÍTULO III***Diagnóstico Territorial**

1 – Enquadramento Supramunicipal

1.1 – Contexto Administrativo e Dinâmicas Institucionais

Em termos administrativos e estatísticos, o Concelho de Pampilhosa da Serra situa-se na Região Centro (NUT II), na Sub-Região do Pinhal Interior Norte, na zona de fronteira com as sub-regiões do Pinhal Interior Sul e Cova da Beira (NUT III), (Fig.1)

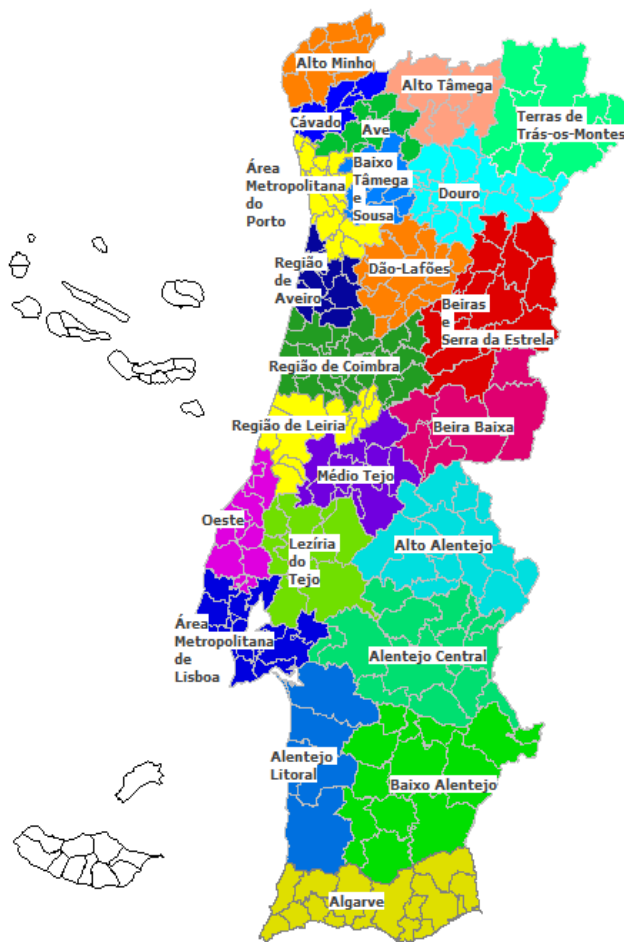
Fig. 1 - Enquadramento Territorial



No que diz respeito à administração pública descentralizada destacam-se a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) e a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAPC), enquanto entidades envolvidas na gestão dos apoios do período de programação financeira.

A nível sub-regional, como atores chave para o desenvolvimento concelhio e regional, destacam-se as seguintes entidades:

- A recentemente criada **Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra** que reúne os dez municípios que formavam a Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego (Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Mealhada, Mira, Montemor-o-Velho, Mortágua, Penacova e Soure) e as nove autarquias da Comunidade do Pinhal Interior Norte (Arganil, Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penela, Tábua e Vila Nova de Poiares), que era constituída por 14 concelhos.



- São comunidades intermunicipais limítrofes à comunidade da região de Coimbra, a **Comunidade da Região de Aveiro** (Águeda, Albergaria a velha, Anadia, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga, vagos); **Comunidade Região de Leiria** (Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Pedrogão Grande, Batalha, Leiria, Marinha Grande, Pombal e Porto de Mós); **Comunidade Intermunicipal de Viseu e Dão Lafões** (Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Mangualde, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela); **Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela** (Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda, Manteigas, Meda, Pinhel, Sabugal, Trancoso, Belmonte, Covilhã, Fundão, Fornos de Algodres, Gouveia, Seia); **Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa** (Castelo Branco, Idanha a Nova, Penamacor, Vila Velha de Ródão, Oliveira do Hospital, Proença a Nova); **Comunidade Intermunicipal Médio Tejo** (Abrantes, Alcanena, Constança, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Ourém, Sardoal, Tomar, Torres Novas, Vila Nova da Barquinha, Mação, Sertã e Vila de Rei).

- Pinhais do Zêzere, Associação para o Desenvolvimento: Constituída em 1994, tem como missão a promoção do desenvolvimento socioeconómico e cultural de forma integrada nos concelhos de Pampilhosa da Serra, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande;
- ELOZ, Entre Lousã e Zêzere: Decorrente de um acordo de cooperação entre a Dueceira - Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça e a Pinhais do Zêzere - Associação para o Desenvolvimento, foi constituída a ELOZ, visando a organização conjunta de uma candidatura à Iniciativa Comunitária LEADER+, a qual integra, para além de outras metodologias, a conceção de um Plano Estratégico e Integrado de Desenvolvimento e um Plano de Desenvolvimento Local para a prossecução desta Iniciativa Comunitária para a totalidade da Zona de Intervenção.
- Parque NaTural da Serra da Estrela: Inserido na zona de montanha da Serra da Estrela, o Parque abrange 6 concelhos (Manteigas, Covilhã (um dos concelhos limítrofes da Pampilhosa da Serra), Celorico da Beira, Guarda, Seia e Gouveia) e tem como objetivos promover a conservação dos valores naturais, o repouso e o recreio ao ar livre, o desenvolvimento rural, a salvaguarda do património edificado e o apoio da animação sociocultural.
- ADXTUR – Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto. A Associação tem a sua sede no Centro Dinamizador das Aldeias de Xisto, na Casa Grande, e possui também um núcleo dinamizador das praias fluviais, podendo criar delegações ou núcleos, desde que aprovados em Conselho das Aldeias de Xisto.

A Agência é uma entidade privada sem fins lucrativos e tem como objeto promover o Desenvolvimento Turístico da rede das aldeias de xisto como marca agregadora do potencial turístico do Pinhal Interior.

A Agência tem ainda como objeto promover o desenvolvimento regional do território do Pinhal Interior duma forma sustentável e integrada. A sua área de atuação é o território do Pinhal Interior, podendo desenvolver ações em todo o território nacional e estrangeiro.

- Turismo Centro de Portugal: Abrangendo um território de 24 concelhos, entre os quais Pampilhosa da Serra, a Região de Turismo do Centro é um agente crucial na dinamização da vertente turística da região.

- Rude – Associação de Desenvolvimento Rural: Constituída em 1991 pelos concelhos de Belmonte, Covilhã e Fundão, coincide com o território da Cova da Beira (NUT III). A Rude celebrou protocolos de cooperação para o desenvolvimento de diversas áreas que vão desde o desporto à cultura, realizações conjuntas no âmbito do Programa Leader +.

- Adesa - Associação Desenvolvimento Regional da Serra do Açor - Trata-se de uma Associação de direito privado criada em 1995 sendo constituída por seis municípios da região da Serra do Açôr - Alto Distrito de Coimbra – (Arganil, Oliveira do Hospital, Góis, Pampilhosa da Serra, Tábua e Penacova) e por instituições regionais e locais representativas dos órgãos da Administração e da sociedade civil.

Das atividades desenvolvidas pela Associação, destaca-se a criação do Parque de Máquinas para Prevenção e Combate a incêndios Florestais, com o objetivo de apoiar as autarquias com equipamento destinado à realização de trabalhos de prevenção da floresta, combate direto a incêndios, limpeza de matos em bermas, taludes e perímetros dos aglomerados integrados em espaços de floresta e ainda no apoio a operações de combate a incêndios e de rescaldo pós-extinção.

1.2- Localização e acessibilidade nacional e regional.

No que respeita às acessibilidades rodoviárias, a EN112 é um elemento de distribuição determinante para o Concelho de Pampilhosa da Serra. Este eixo estabelece a ligação à EN2 e à EN344 que ligam ao sudoeste da NUT III Pinhal Interior Norte, e ao IP2 (Portelo – Faro), que permite a ligação interior entre o IP5 (A25) e o IP6, sendo que estes últimos constituindo a rede principal de ligação do litoral nacional a Espanha.

Estas acessibilidades representam um quadro rede de mobilidade regional e nacional pouco vantajoso para o Concelho, uma vez que as características morfológicas do terreno determinam uma estrutura viária muito sinuosa e de difícil circulação.

No contexto regional, a Vila de Pampilhosa da Serra tem a particularidade de possuir na sua proximidade 7 concelhos com os quais mantém as seguintes distâncias: A 28Km Oleiros, a 41Km Pedrógão Grande, a 38Km Góis e a 55Km Arganil e Sertã, sendo os concelhos de Fundão (62 km) e de Covilhã (70Km) os mais distantes.

Quadro n.º 6 - Distâncias entre Pampilhosa da Serra e Sedes de Concelhos Limítrofes.

Origem - Destino	Distância (Km)
Pampilhosa da Serra – Arganil	55
Pampilhosa da Serra – Covilhã	70
Pampilhosa da Serra - Fundão	62
Pampilhosa da Serra Oleiros	28
Pampilhosa da Serra – Sertã	55
Pampilhosa da Serra – Pedrógão Grande	41
Pampilhosa da Serra - Góis	38

Fonte: Núcleo Executivo - CLASPPS

Fig. 2 - Mapa da Região



Fonte: Viajar.clix

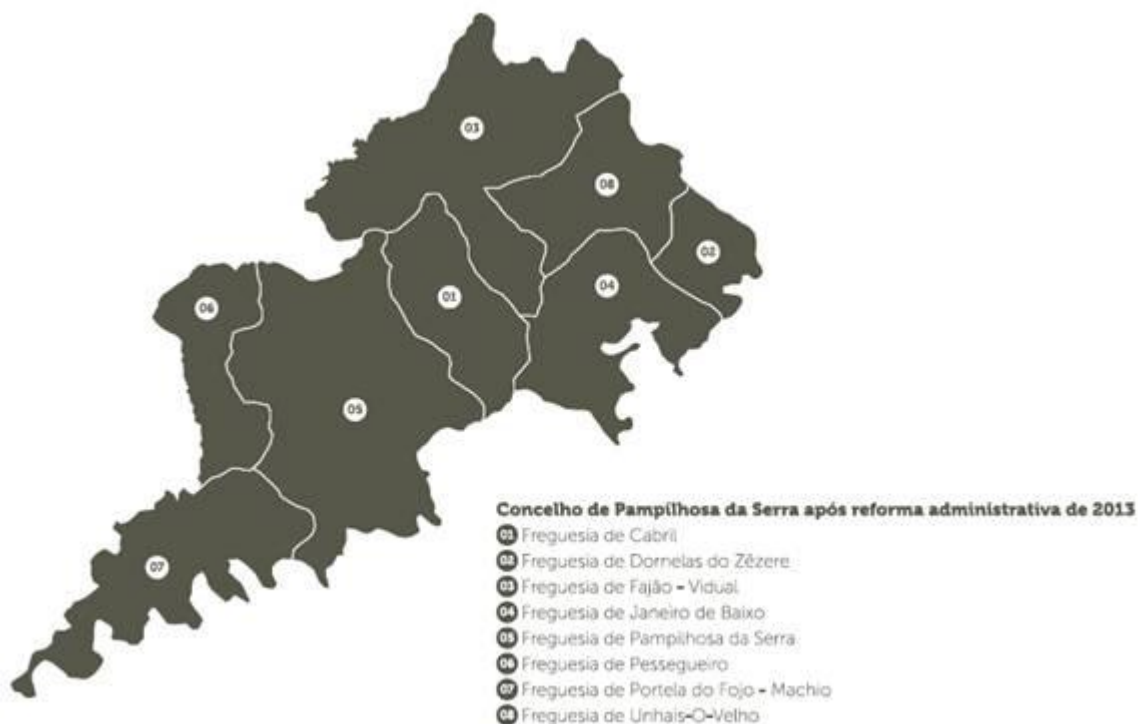
Distando apenas 77 km do centro de Coimbra, são necessários cerca de 90 minutos para percorrer este percurso.

Importa que este facto seja colmatado a médio prazo, favorecendo a consolidação de um território mais coeso, preparado para assumir novos desígnios na captação de investimento e de funções produtivas de alto valor acrescentado.

2 - Enquadramento Municipal: Estrutura Administrativa e Principais Características Físicas do Concelho.

O Concelho de Pampilhosa da Serra ocupa uma área de 396 km², distribuídos por oito freguesias: Cabril, Dornelas do Zêzere, Fajão - Vidual, Janeiro de Baixo, Pampilhosa da Serra, Pessegueiro, Portela do Fojo – Machio e Unhais-o-Velho.

Fig 3- Mapa das freguesias



Localizado na Cordilheira Central, a Pampilhosa da Serra é um concelho de montanha, no qual se destaca a forte presença das serras do Açor e Lousã e dos cursos de água do Ceira, Unhais e Zêzere.

Os cenários resultantes desta diversidade geomorfológica e hidrográfica são uma constante no território, com destaque para os vales abruptos e rochosos, para os Penedos do Fajão, para as Varandas do Zêzere, ou para as barragens hidroelétricas do Alto da Ceira (rio Ceira), de Santa Luzia (rio Unhais) e do Cabril (rio Zêzere).

A nível orográfico, a região onde se enquadra o concelho oferece cenários magníficos e de grandes contrastes. Os vales profundos rasgados alternam com os grandes picos, umas vezes abruptos e rochosos, outras vezes suaves e cobertos de um manto rasteiro de vegetação. Este contraste de paisagem permite dividir o concelho em duas áreas geográficas distintas:

- O **Alto Concelho**, com uma altitude média de 982 metros, abrangendo as freguesias de **Cabril, Fajão - Vidual, Unhais-o-Velho**. Apresenta afloramentos rochosos, na sua maioria quartizicos, com grandes cristas, destacando-se o comprido afloramento de Fajão a Sardanas e os afloramentos de Unhais-o-Velho à Região de Castelo Branco.
- O **Baixo Concelho**, com uma altitude média de 700 metros, abrange as freguesias de **Dornelas do Zêzere, Janeiro de Baixo, Pampilhosa da Serra, Pessegueiro e Portela do Fojo - Machio**. É constituído por xistos argilosos que formam as serras e os cumes arredondados, sem cristas nem picos.

No que diz respeito ao enquadramento das freguesias consideradas no denominado **Alto Concelho**, a freguesia de:

- **Cabril** é a que se apresenta geograficamente mais próxima da sede de concelho da qual dista 13 km, possuindo uma área total de 14.33 Km² sendo constituída por 11 povoações.
- **Fajão - Vidual**, apresenta-se como a freguesia mais extensa possuindo uma área total de 80.03 Km² e é constituída por 16 povoações, distando da sede de concelho 20 Km. Geograficamente, Fajão, posiciona-se com relativa proximidade do concelho de Arganil. Vidual está separado da sede de concelho de 20 Km.

- **Unhais-o-Velho**, possui uma área total de 40.06 Km² e é constituída por 7 povoações distando da sede de concelho, 27 Km.

Quanto ao enquadramento das freguesias consideradas no denominado **Baixo Concelho**, a freguesia de:

- **Dornelas do Zêzere**, apresenta-se como a segunda freguesia geograficamente mais pequena possuindo uma área total de 16.40 Km², sendo constituída por 6 povoações. No que diz respeito à distância que a separa da sede de concelho, dista cerca de 35 Km, sendo portanto a freguesia mais distante da sede. No entanto, possui uma situação privilegiada no que diz respeito à distância relativa que a separa do concelho de Fundão.
- **Janeiro de Baixo**, possui uma área total de 40.54 Km² sendo constituída por 9 povoações, distando da sede de concelho 19 Km.
- **Pessegueiro**, possui uma área total de 31.91 Km² e é constituída por 9 povoações, distando da sede de concelho 13 Km.
- **Portela do Fojo - Machio** possui uma área total de 51.87 Km² e é constituída por 15 povoações. Portela do Fojo dista da sede de concelho 20 Km apresentando uma situação favorável no que diz respeito à distância que a separa do concelho de Pedrógão Grande.
- **Pampilhosa da Serra**, apresenta-se enquanto sede de concelho e possui uma área total de 100.23 Km² sendo constituída por 29 povoações. Dado a sua extensa área geográfica, as distâncias entre a sede e as diferentes povoações são em alguns casos grandes, sendo a distância maior de 27 Km.

Relativamente à estrutura fundiária, verifica-se que cerca de 72% das explorações têm menos de 2 ha (Hectares) e ocupam 20% da área total, enquanto que as explorações com mais de 20 ha correspondem apenas a 1,1% da área total. Esta forte fragmentação da

propriedade agroflorestal condiciona as medidas de planeamento com vista à redução do risco de incêndio florestal.

O concelho apresenta uma área ocupada maioritariamente por Floresta (21207 ha, constituídos essencialmente por pinheiros, eucaliptos, castanheiros e vegetação rasteira), bem como por Terrenos Incultos (15695 ha). Apenas uma pequena parte está reservada à Agricultura (1084 ha), ocupando o Social (parte habitada) apenas 269 hectares.

Ao nível de Superfície agrícola útil (SAU) - 1400 ha – registam-se como principais atividades: o Olival – 250 ha; Hortícolas + Batata – 100 ha; Culturas Anuais de sequeiro – 70 ha; Culturas anuais de regadio – 50 ha ; Pastagens e pousios com pastoreio – 250 ha; Culturas permanentes sem olival – 50 ha; Vinha (em bordadura) – 80 ha e Incultos – 730 ha.

A este nível registam-se um total de 519 agricultores que beneficiam de apoio sendo a freguesia de Pampilhosa da Serra seguida da freguesia de janeiro de Baixo que regista maior número de agricultores apoiados.

Quadro n.º 7 - Distribuição de apoios no âmbito agrícola por Freguesia.

	Cabril	Dornelas do Zêzere	Fajão	Janeiro de Baixo	Machio	Pampilhosa da Serra	Pessegueiro	Portela do Fojo	Unhais -o- Velho	Vidual	TOTAL
RPU ²	22	18	13	57	17	57	4	38	37	6	269
Apicultura	10	2	21	13	4	45	4	8	16	2	115
Gasóleo	6	8	3	50	13	25	1	17	21	1	135
Total	38	28	37	120	34	127	9	63	74	9	519

Fonte: Gabinete Florestal do Município de Pampilhosa da Serra (dados 2012)

De referir ainda que o Concelho regista uma superfície ordenada para o exercício da caça sendo que 34531 ha são reservadas a Zona de Caça Municipal, gerida por diversas entidades concelhias: Câmara Municipal: 26183 ha; Associação de Caça e Pesca de Pessegueiro: 3175 ha; Associação de Portela do Fojo e Machio: 5173 ha. Os restantes ha

² RPU (Regime de Pagamento Único) - Engloba os apoios ao azeite, superfícies, ovinos e caprinos, e vacas aleitantes.

encontram-se integrados na Zona de caça turística (Serracaça) – 2950 ha e na Zona de Caça Associativa da Povoia 2112 ha.

Existe ainda duas Associações de Caça, uma em janeiro de Baixo e outra em Dornelas do Zêzere. As áreas correspondem às áreas territoriais das respetivas freguesias.

2.1 – Programa Estratégico – Pampilhosa da Serra 2020³

O Município de Pampilhosa da Serra tem vindo a implementar uma estratégia municipal de desenvolvimento que permita ao concelho posicionar-se enquanto território diferenciador, com potencialidades de desenvolvimento sustentável nos vários domínios de atuação a nível municipal, com alinhamento às estratégias supra municipais definidas.

São vários os instrumentos de planeamento estratégico que, atualmente e a diferentes escalas, servem de suporte às opções de desenvolvimento do concelho.

Ao nível local o Município arrancou em 2008 com o Programa Diretor de Inovação, Competitividade e Empreendedorismo com três linhas definidas de orientação estratégica:

- O desenvolvimento do compromisso e da responsabilidade cívica, promovendo a cooperação institucional e tendo como prioridade a abertura da escola ao meio envolvente, assim como o fomento do fluxo de informação sobre as especificidades e necessidades do tecido empresarial;
- A estruturação de uma cadeia de valor através da valorização dos recursos disponíveis no território aos mais variados níveis, desde logo através da dinamização de recursos naturais na sua vocação turística;
- A promoção do território enquanto oferta atrativa e diferenciadora, tendo por base os recursos associados à grandiosidade da paisagem como fonte de mais-valia competitiva, desde logo também a nível regional.

³ Texto elaborado Por Graça Pinto, Gabinete do Empreendedorismo.

A concretização desta estratégia promoveu projetos mobilizadores, tendo em conta quatro domínios de ação: pessoas, setores estratégicos, infraestruturas e resultados integrados.

Assim, foi possível dinamizar um conjunto de programas de âmbito educativo, cujo objetivo foi a promoção da educação e formação da população jovem ativa, com vista à criação de gerações empreendedoras e com maior capacidade de enfrentar o risco. O desenvolvimento de infraestruturas turísticas, de desenvolvimento económico e empreendedorismo, através dos quais o concelho se distingue pela valorização e inovação dos recursos naturais, das atividades económicas baseadas nesses mesmos recursos, como sendo a caprinicultura, a silvicultura, entre outros como sendo os produtos endógenos, como o mel, a aguardente, as ervas aromáticas ou o queijo.

A implementação desta carteira de projetos realizou-se através de diferentes instrumentos de apoio e por diversas entidades do concelho e com um grau de execução distinto em cada projeto, conforme a sua diferente complexidade.

A partir deste enquadramento, o Município está a trabalhar na construção do **Programa Estratégico Municipal 2020**, alinhado com as prioridades da Estratégia Europa 2020 definidas à escala europeia e adotadas à escala nacional.

A Estratégia Europa 2020 estabelece três prioridades que se reforçam mutuamente, com o objetivo de valorizarem novos domínios passíveis de fomentarem o crescimento e o emprego e que deverão orientar as ações tanto ao nível da União Europeia, como a nível nacional:

- O **Crescimento Inteligente**, com o objetivo de promover o conhecimento, a inovação e a transferência de conhecimento, assim como melhorar a qualidade da educação;
- O **Crescimento Sustentável**, com o objetivo de tornar o aparelho produtivo mais eficiente em termos de recursos através da introdução de novas soluções tecnológicas, ao mesmo tempo que se reforça a competitividade;

- O **Crescimento Inclusivo**, com o objetivo de fomentar uma economia de empregabilidade elevada marcada pela coesão territorial e social, aquisição de qualificações e luta contra a pobreza.

Neste sentido, o desenvolvimento do Programa Estratégico Pampilhosa da Serra 2020 visa a definição e posterior implementação de um conjunto de atividades inovadoras com vista ao desenvolvimento inteligente, sustentável e inclusivo do concelho de Pampilhosa da Serra, que se assumirá como documento de suporte ao período de programação 2014-2020. De acordo com as novas diretrizes deste quadro de apoio, a construção destas estratégias deve assentar num processo participativo que envolva entidades estratégicas, assim como toda a comunidade.

Neste âmbito, o documento está a ser construído com base numa abordagem de proximidade e orientação para a sensibilização e mobilização em torno das metas 2020, cuja visão e linhas de orientação estratégica estabelecidas no Programa deverão alinhar-se com as políticas nacionais e regionais, de forma a constituírem-se como elemento de suporte à negociação dos apoios e respetivo contrato de parceria para o município.

O projeto de construção do Programa Estratégico Pampilhosa da Serra 2020 estabelece como objetivos:

- O envolvimento e mobilização dos principais stakeholders, estimulando a geração de consensos e a legitimação das opções de desenvolvimento;
- A criação de um Grupo de Ação Local 2020, enquanto estrutura de análise e debate de desafios que se colocam ao concelho de Pampilhosa da Serra, assim como de apoio na mobilização da comunidade e diferentes agentes de desenvolvimento local, participando diretamente na construção do Programa;
- A realização de um diagnóstico aprofundado do potencial de desenvolvimento do território municipal;

- O estabelecimento de contactos e parcerias a nível regional, nacional e europeu;
- A identificação de prioridades de desenvolvimento municipal, alinhadas com as metas 2020 e descrição das intervenções e projetos estruturantes a desenvolver;
- A articulação com entidades de diferentes escalas de atuação que se revelem estruturantes para a implementação do Programa, e projetos prioritários nele integrados.

3 – Ambiente, Turismo e Lazer⁴

Em termos ambientais, o Concelho de Pampilhosa da Serra é considerado um lugar privilegiado para o desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo ambiental pela diversidade de atividades de lazer (desportivas, culturais, religiosas, entre outras) que é possível realizar ao longo de todo o território.

Nas Serras da Pampilhosa, mercê da fraca concentração urbana, as zonas ribeirinhas estão preservadas e apresentam fraca ou nenhuma poluição. Os rios que se apresentam mais preservados são o Rio Unhais até Pampilhosa da Serra e o Rio Ceira, principalmente a montante da Barragem do Alto Ceira. As montanhas são de rara beleza e ótimas para passeios pedestres ou para a prática de desportos motorizados todo - o -terreno, as Serras da Pampilhosa são o local ideal para o contacto com a natureza de montanha. Destacam-se, ainda, os penedos onde aves de rapina e várias espécies de répteis vivem tranquilamente.

O concelho dispõe atualmente de um roteiro turístico (em baixo) e de três percursos pedestres: caminhos do Xisto da Barragem Santa Luzia, de janeiro de Baixo e de Fajão (consultar <http://www.cm-pampilhosadaserra.pt>)

⁴ Texto elaborado por António Barata – Gabinete do Turismo- Município de Pampilhosa da Serra



Fonte: <http://www.cm-pampilhosadaserra.pt/>

O Concelho está incluído em mais de 70% da sua área na bacia hidrográfica do rio Zêzere (afluente do Tejo), sendo a restante pertencente à bacia do rio Ceira (afluente do Mondego).

Os principais cursos de água do Concelho são o Zêzere, o Ceira e o Unhais. Os dois primeiros têm uma grande parte do seu curso no território concelhio e o terceiro está nele totalmente incluído.

O rio Ceira corre a Norte, servindo de linha divisória com o concelho de Arganil. A ribeira de Unhais, ao centro, serve também de linha divisória com o concelho de Góis e, a Sul, o rio Zêzere, serve em toda a sua extensão de divisória com os concelhos de Fundão e Oleiros.

O município de Pampilhosa da Serra tem vindo ao longo dos últimos anos, e seguindo a sua estratégia de marketing territorial, a apostar no turismo de natureza.

Da análise do P.E.N.T., em particular dos produtos turísticos definidos como estratégicos para a região, consideramos relevante a opção pela segmentação do produto, optando pelo Turismo de Natureza. Considerado, pelo Turismo de Portugal, como um dos 10 produtos estratégicos para o desenvolvimento do Turismo em Portugal.

A criação de infraestruturas públicas para apoio a esta opção em sintonia com o registo a sua marca – destino “*Pampilhosa da Serra Inspira Natureza*” junto do Instituto português da Propriedade industrial, e da produção de filmes promocionais do concelho levou a que possamos afirmar hoje, que:

A marca – destino “*Pampilhosa da Serra Inspira Natureza*” assenta em 5 pilares essenciais – praias fluviais, percursos pedestres e de BTT, paisagens, gastronomia e aldeias do xisto.

Com 4 praias fluviais certificadas e com respetivos nadadores salvadores, a Praia Fluvial de Pessegueiro, Praia Fluvial de Pampilhosa da Serra, Praia Fluvial da barragem de Santa Luzia⁵, Praia Fluvial acessível de janeiro de Baixo⁶ são atualmente consideradas prioritárias no território.

A rede de percursos pedestres e de Btt⁷, inclui de 7 percursos pedestres homologados numa extensão de aproximadamente 100 quilómetros. Esta rede inclui, a ligação entre as duas aldeias do xisto (Fajão a janeiro de Baixo passando pela Barragem de Santa Luzia), entre os Rios Ceira, Unhais e o Zêzere; pequenas rotas em redor das aldeias de janeiro de Baixo, Fajão, Porto de Vacas, Pessegueiro e Barragem de Santa Luzia e na vila de Pampilhosa da Serra; à ligação do Hotel ao centro de BTT junto às margens do Rio Unhais.

O Centro de BTT de Pampilhosa da Serra⁸ inclui 120 quilómetros de trilhos BTT homologados, sendo o 2º Centro de BTT homologado no país. Os trilhos têm 4 níveis de dificuldade, sendo “percurso verde” - “Fácil” com uma distância 3,3 quilómetros, seguidamente o percurso Azul - “Moderado” com distância com 27,9 quilómetros, depois o percurso Encarnado “Difícil” com distância de 40 quilómetros, e por último o percurso preto “Muito Difícil” com 55,3 quilómetros.

Todos os elementos estão disponíveis em suporte informático podendo ser descarregados para GPS em dois quiosques multimédia instalados no Villa Pampilhosa Hotel e no Posto de Turismo de Pampilhosa da Serra.

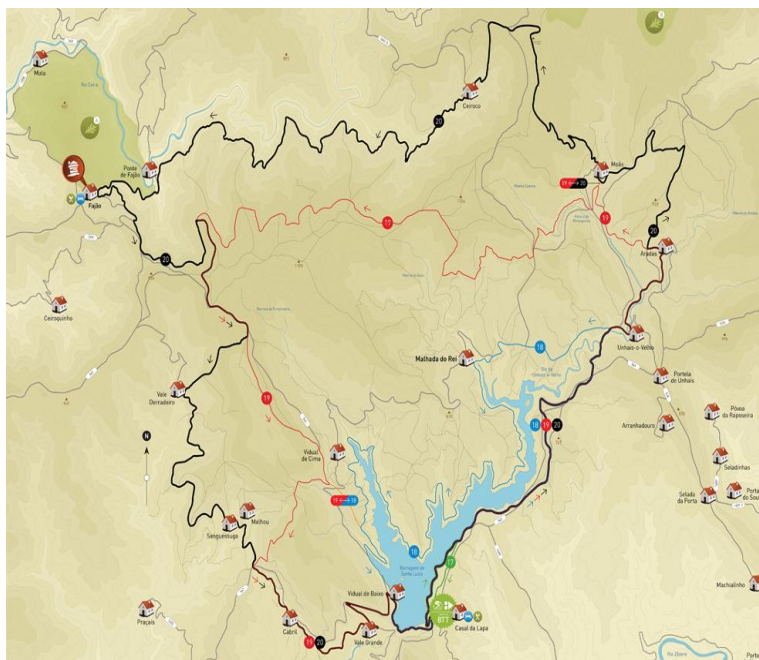
⁵ Coordenadas: 40° 05' 17.08'' N / 07° 51' 26.42'' W

⁶ Coordenadas: 40° 02' 46.86'' N / 07° 48' 05.90'' W

⁷ <http://www.cm-pampilhosadaserra.pt/pt/go/percursos-pedestres1>,

⁸ <http://www.cm-pampilhosadaserra.pt/pt/go/centro-btt1>,

Mapa do Centro de BTT



Fonte: Gabinete do Turismo

Quanto às paisagens o concelho tem duas zonas protegidas, classificadas como Rede Natura 2000⁹, que pertencem o Sítio Complexo do Açor – Sítio de Importância Comunitária, uma zona que engloba parte da aldeia do xisto de Fajão, Penedos de Fajão até ao Rio Ceira próximo da aldeia de Ponte de Fajão com área Total 346 ha, a outra junto ao Pico de Cebola com área total de 215,3 ha.

A gastronomia serrana transporta para a mesa os aromas intensos e cheiros fortes das montanhas. As memórias ancestrais dos serranos refletem-se no modo como preparam a Chanfana, o Bucho Recheado, o Cabrito assado, as trutas. Através da carne de Cabra misturada com arroz a Real Confraria, defende e promove o afamado Marancho. A tiborna à Lagareiro traduz uma arte ancestral e um “*modus vivendi*” muito serrano ligado aos ciclos da terra. Na doçaria destaca-se a Tigelada, o bolo de Mel, bolo de Azeite, o arroz doce feito com leite de cabra e as filhós.

⁹ Objetivo da Rede Natura 2000 é a conservação da diversidade biológica. Conta para isso com ferramentas legais que proporcionam os meios para a proteção de espécies sensíveis, fragilizadas ou em perigo de extinção. O concelho de Pampilhosa da Serra está abrangido pelo Sítio nº PTCONOO51, nome Complexo do Açor. A Área de Paisagem Protegida da Serra do Açor foi criada em 1982 pelo Dec. Lei 67/82 e engloba os sítios de Fajão (Mata e afloramento do Fajão) e Cebola (Cume da Serra da Cebola)

Durante todo o ano nos diversos restaurantes do concelho pode degustar a riqueza e intensidade destes sabores.¹⁰

As aldeias do xisto de Fajão e janeiro de Baixo pertencem a uma rede constituída por 27 aldeias de 13 municípios¹¹. As aldeias do xisto são um produto turístico com escala e dimensão pelo que a inserção destas duas aldeias na rede foi um contributo decisivo para sua alavancagem turística.

A animação turística das aldeias é assegurada pelo município em parceria com ADXTUR, agência que dinamiza e promover a marca aldeias do xisto.

A criação do Villa Pampilhosa Hotel¹² e de várias unidades de alojamento rural¹³ fazem com que a oferta, nesta área, tenha aumentado quanto qualitativa com quantitativamente.

O turismo tem de ser considerado já no concelho como atividade económica geradora de fluxos de capital e de pessoas ao território, bem como criadora de postos de trabalho. A monitorização de dados referentes a esta atividade está a ser desenvolvida. Pela primeira vez, existem estatísticas da Pampilhosa da Serra, sobre dormidas e camas no Turismo de Portugal.

A aposta estratégica na promoção da marca -destino “Pampilhosa da Serra: Inspira Natureza” através da presença em eventos âncora de cariz nacional e internacional articulada com todos os agentes turísticos privados a operam no território.

A oferta de animação turística de qualidade e excelência, a complementaridade com os territórios envolventes, bem como a formação de qualidade dos agentes privados a operar no território e a aposta em eventos de dimensão e escala supra municipal são elementos estratégicos fundamentais para o sucesso do destino.

¹⁰ A listagem de restaurantes, atualizada (07.11.13): <http://www.cm-pampilhosadaserra.pt/pt/go/restaurantes>,

¹¹ <http://www.aldeiasdoxisto.pt/>, <http://www.aldeiasdoxisto.pt/asaldeias/3/5>,
<http://www.aldeiasdoxisto.pt/mapa/3/5/>,

¹² <http://www.villapampilhosahotel.com/>,

¹³ <http://www.cm-pampilhosadaserra.pt/pt/go/alojamento>.

4. Indicadores Demográficos

4.1 – População Residente

Quadro n.º 8 – Distribuição da população por grupos etários

	Censos 2001					Censos 2011				
	0-14	15-24	25-64	65+	Total	0-14	15-24	25-64	65+	Total
Pampilhosa da Serra	511	553	2247	1909	5220	321	301	1966	1893	4481
%	10%	10%	43%	37%	100%	7,2%	6,7%	43,9%	42,2%	100%

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011

Da análise comparativa da estrutura etária da população residente no concelho de Pampilhosa da Serra entre os censos de 2001 e os Censos de 2011, podemos inferir que no intervalo dos 0-14 anos dos 511 efetivos em 2001, passam para 321 em 2011, o que equivale a uma perda de 3,6 % da população desta faixa etária, sendo que em 2011 este escalão representava apenas 7,2% da população total.

No intervalo dos **15-24 anos**, dos 553 efetivos em 2001 passam para os 301 em 2011, o que equivale a uma **perda de 4,8%** apenas da população com esta faixa etária, sendo que em 2011 este escalão representava 6,7% da população total.

Quanto ao intervalo dos **25-64 anos**, dos 2247 indivíduos em 2001, passam para os 1962 em 2011, o que equivale a uma **perda de 5,5%** da população com esta faixa etária, sendo que em 2011 este escalão representava 43,9% da população total.

No intervalo etário 65 ou mais anos, dos 1909 em 2001 passam para os 1897 em 2011, o que equivale a um **ligeiro decréscimo de 0,3 %** da população com esta faixa etária, sendo que em 2011 este escalão representava 42,2% da população total, representando um aumento na ordem dos 5,2%

Da análise da estrutura etária da população, podemos destacar que o peso da população jovem no total da população (7,2%) é muito inferior ao peso da população acima dos 65 anos (42,2%), o que evidencia uma estrutura demográfica desequilibrada e envelhecida.

Quadro n.º 9 – Total da população nos anos 2001, 2006, 2008, 2009, 2011.

	Censos 2001/ dados Provisórios INE				
	2001	2006	2008	2009	2011
Pampilhosa da Serra	5220	4588	4283	4161	4481
%	---	- 12%	- 6,6%	- 2,8%	+7,7%

Fonte: Censos 2001, Censos 2011 e dados provisórios do INE

No que diz respeito à população total do concelho, dos 5220 em 2001 passou-se para os 4481 em 2011, representando um decréscimo de 14,2% da população.

Da análise dos dados referentes aos anos 2001, 2006, 2008, 2009 e 2011 podemos aferir que esse decréscimo foi progressivo até 2009. No entanto, no que se refere ao período de 2009-2011, verifica-se um aumento de 7.7% da população, invertendo assim a tendência até aí verificada.

Quanto à densidade populacional **era, em 2011, de 11,3%, revelando um decréscimo em relação aos censos de 2001 que era 13,2%.**

4.2 – Envelhecimento e Dependência¹⁴

Quadro nº 10 Índices de dependência, Envelhecimento e Longevidade, 2001 - 2011

	Índice Envelhecimento	Índice dependência idoso	Índice dependência jovens	Índice dependência Total	Índice Longevidade
2001	373,6%	68,2%	18,3%	86,4%	47,8%
2011	589,7%	83,5%	14,2%	97,7%	54,9%

Fonte: Censos, Pordata

Em termos populacionais, o concelho de Pampilhosa da Serra apresenta características preocupantes traduzidas no fenómeno do *duplo envelhecimento populacional*, verificando-se entre 2001 e 2011 um decréscimo da população jovem (0-14 anos) e população em idade ativa e um aumento da população idosa (65 ou mais anos).

O **duplo envelhecimento** reflete-se no crescente índice de envelhecimento que em 2011 registava um aumento de 216,10% e no crescente índice de dependência de idosos que em 2011 tinha registado um aumento de 15,3% e na diminuição do índice de dependência de jovens de 5,9%.

Estamos, portanto, perante **Índices de Envelhecimento** (589,7%) e de **Dependência de Idosos** (83,2%) cada vez mais elevados e **Índice de Dependência de Jovens** (14,2%) cada vez mais baixo. Deste modo, o valor da população em idade ativa relacionado com os da população jovem e idosa tornam o rácio de Dependência Total de 97,7%, superior ao registado em 2001 que era de 86,4%.

¹⁴ **Índice dependência jovens** - Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos. **Índice de dependência de idosos** - relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre os 15 e os 64 anos.

Índice de envelhecimento - Relação entre a população idosa e a população jovem por cada 100 indivíduos (população com 65 e + anos/população dos 0 aos 14 anos) x100

Índice dependência total - Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades

Quanto ao **índice de longevidade**¹⁵, este regista um aumento de 7,1% comparativamente aos censos de 2001.

Quadro n.º 11 – Taxas de Natalidade, Mortalidade e saldo natural.

Anos	Taxa Natalidade	Taxa Mortalidade	Saldo Natural	Saldo Total	Saldo Migratório
2001	---	21,5‰	-85	-54	31
2011	3,4‰	21,7‰	-82	-77	5
2013	6,1‰	21,5‰	-66	-57	9

Fonte: Censos, Pordata

Podemos associar estes dados a uma elevada **taxa de mortalidade** (21,5‰) e **baixa taxa de natalidade** (6,1‰) em 2013 que se refletem no **saldo total de -57, sendo o saldo natural de -66 e um saldo total de -57**.

4.3 – Tipologia dos Agregados Familiares

Quadro n.º 12 – Famílias e Núcleos Familiares Residentes.

Unidade Geográfica	Famílias		Núcleos Familiares
	Clássicas	Institucionais	Residentes
Concelho de Pampilhosa da Serra	2 029	6	1420
Distrito de Coimbra	58 101	93	43 674

Fonte: INE, Censos 2011 (Resultados Definitivos)

Relativamente à caracterização das famílias residentes em 2011, no concelho de Pampilhosa da Serra, residiam 2029 famílias clássicas¹⁶, 6 famílias institucionais¹⁷ e 1420 núcleos familiares¹⁸.

¹⁵ Relação entre a população mais idosa e a população idosa definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 75 ou mais anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos.

¹⁶ Conjunto de indivíduos que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também como família

Quadro n.º 13 – Famílias Clássicas segundo o Tipo de Família

Unidade Geográfica	S/ Núcleos	c/ 1 Núcleo							C/ 2 Núcleos	C/ 3 ou + Núcleos
		Casal "de direito" s/ filhos	Casal "de direito" c/ filhos	Casal "de facto" s/ filhos	Casal "de facto" c/ filhos	Pai c/ filhos	Mãe c/ filhos	Total		
Concelho de Pampilhosa da Serra	650	757	394	43	29	15	101	1339	78	3

Fonte: INE, Censos 2011 (Resultados Definitivos)

No tipo de família, destacam-se os agregados com um núcleo que representam 64,6% do total, e dentro destes destacam-se os agregados de tipo casal “de direito” com filhos, casal “de direito” sem filhos. Os agregados sem núcleo correspondem a 31,4% do total da população residente no concelho.

É de salientar ainda, que os agregados monoparentais constituem 5,6% do universo, destacando-se os agregados constituídos por mulheres com filhos com 0,7%.

clássica qualquer pessoa independente que ocupa uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento. Estão incluídos os empregados domésticos residentes no alojamento onde prestam serviço.

¹⁷ Conjunto de indivíduos residentes num alojamento coletivo que, independentemente da relação de parentesco entre si, observam uma disciplina comum, são beneficiários dos objetivos de uma instituição e são governados por uma entidade interior ou exterior ao grupo.

¹⁸ Conjunto de indivíduos dentro de uma família clássica, entre os quais existe um dos seguintes tipos de relação: casal “de direito” ou “de facto” com ou sem filho(s) não casado(s), pai ou mãe com filho(s) não casado(s), avós com neto(s) não casados(s) e avô ou avó com neto(s) não casado(s).

Quadro n.º 14 – Famílias Clássicas segundo a Dimensão.

Unidade Geográfica	Com 1 pessoa	Com 2 pessoas	Com 3 - 5 pessoas	Com 6 e + pessoas
Concelho Pampilhosa da Serra	617	897	498	17

Fonte: Censos 2011, PORDATA

Analisando o quadro n.º 14, destaca-se o número de pessoas a viverem sozinhas ou com duas pessoas, assim como o reduzido número de pessoas pertencentes a famílias numerosas e o elevado número de pessoas pertencentes a famílias de pequena dimensão.

A dimensão média das famílias segundo os dados de 2011 era de 2,1% sendo que em 2011 era de 2,8%.

Quadro n.º 15 - Famílias Constituídas por Pessoas com 65 e + Anos e Idosos a Viverem em Famílias Constituídas apenas por Pessoas com 65 e + Anos

Unidade Geográfica	Famílias const. apenas por pessoas c/ 65 e + anos (dimensão)										Idosos a viverem em famílias constituídas apenas por pessoas c/ 65 ou + anos
	Nº Idosos										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Concelho de Pampilhosa da Serra	617	897	278	173	47	15	1	1	0	0	1363

Fonte: Censos 2011

Merece igualmente destaque, o número de idosos a viverem em famílias constituídas apenas por pessoas com 65 ou mais anos (1363) e o número de idosos que vivem sós.

4.4 – Fatores geradores da dinâmica demográfica.

Quadro n.º 16 – População residente por migrações

Unidade Geográfica	População que não mudou de município	N.º Imigrantes					
		Provenientes de outro Concelho			Provenientes do Estrangeiro		
		Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Pampilhosa da Serra	4227	170	79	91	65	36	29

Fonte: Censos Definitivos 2011- INE

Tendo em conta o quadro seguinte e de acordo com os Censos 2011, mantinham residência no Concelho de Pampilhosa da Serra 4227. Em relação aos movimentos migratórios, regista-se um total de 170 imigrantes provenientes de outro concelho e 65 provenientes do estrangeiro.

Quadro n.º 17 – População Residente de Nacionalidade Estrangeira.

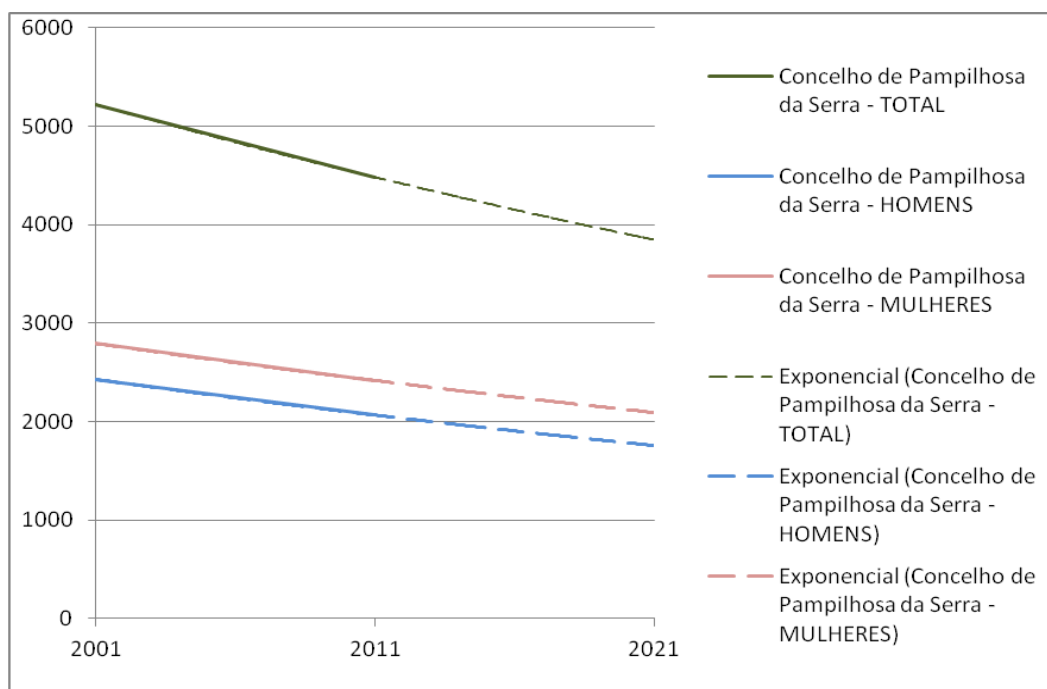
	Total	Reino Unido	Outros Países Europeus	Ucrânia	Roménia	Mozambi que	Brasil	China
Pampilhosa da Serra	23	6	3	3	2	1	7	3

Fonte: censos 2011, PORDATA

Relativamente à população estrangeira residente, registam-se 23 indivíduos de diversas nacionalidades.

4.5. Volume e características da população nos próximos anos¹⁹.

Gráfico n.º 1 - Projeção Exponencial da População de 2011 para 2021

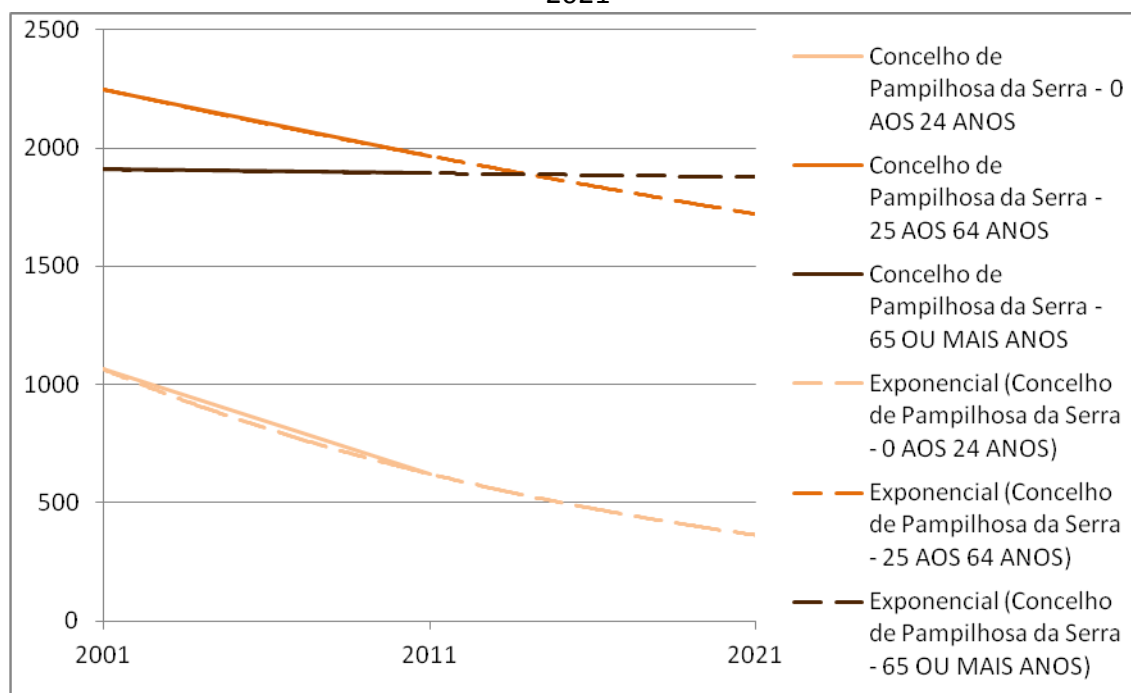


Fonte: Censos 2011 (cálculos para 2021 através do método exponencial)

De acordo com a informação do gráfico n.º1, verifica-se que o concelho de Pampilhosa da Serra, continua a manifestar um decréscimo global da população de 14,16%, em ambos os sexos.

¹⁹ Informação elaborada pela Técnica Elisabete Rodrigues da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo do Município de Pampilhosa da Serra.

Gráfico n.º 2 - Projeção Exponencial da População segundo os grupos etários de 2011 para 2021



Fonte: Censos 2011 (cálculos para 2021 através do método exponencial)

No que diz respeito à projeção exponencial segundo os grupos etários, salienta-se o fenómeno do duplo envelhecimento populacional tendo em conta que o grupo etário dos 0 aos 24 anos está a diminuir drasticamente e o grupo etário dos 65 ou mais anos está a aumentar.

Quadro n.º 18 - Projeção Exponencial da População segundo os grupos etários de 2011 para 2021

UNIDADE GEOGRÁFICA	2001	2011	2021	VARIAÇÃO DE 2011 PARA 2021	%
Pampilhosa da Serra	5220	4481	3847	-634	-14,16
Cabril	309	231	173	-58	-25,24
Dornelas do Zêzere	677	682	687	5	0,74
Fajão	295	233	EXTINTA*		
Janeiro de Baixo	764	669	586	-83	-12,43
Machio	146	126	EXTINTA*		
Pampilhosa da Serra	1514	1389	1274	-115	-8,26
Pessegueiro	218	228	238	10	4,59
Portela do Fojo	572	381	EXTINTA*		
Unhais-o-Velho	632	458	332	-126	-27,53
Vidual	93	84	EXTINTA*		
Fajão - Vidual	"2011": 233+84		260	-57	-18,01
Portela do Fojo - Machio	"2011": 381+126		363	-144	-28,50

* estas freguesias ficaram aglomeradas:

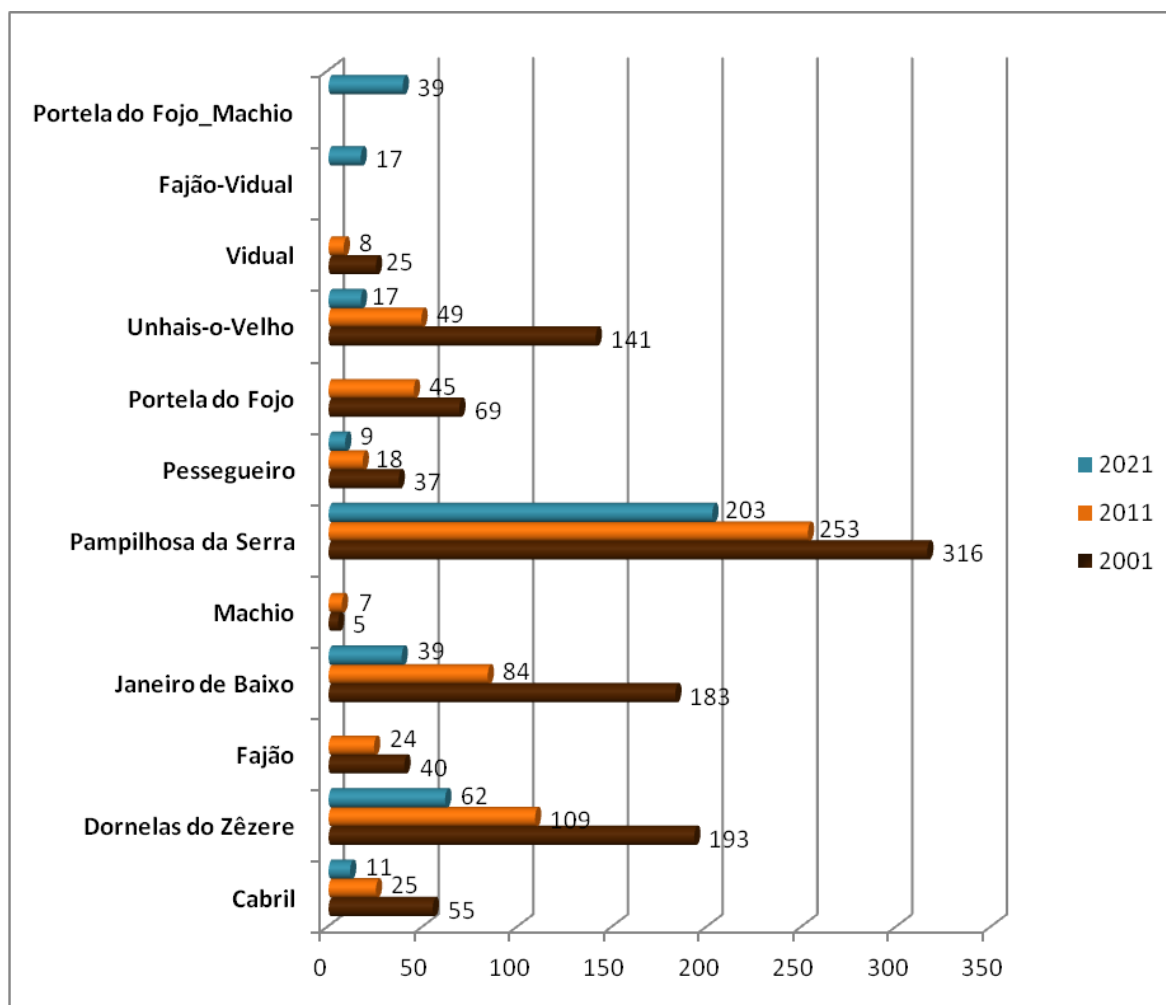
- a freguesia de Fajão e a freguesia do Vidual passou a ser freguesia de Fajão _ Vidual;
- a freguesia de Portela do Fojo e do Machio passou a freguesia de Portela do Fojo _ Machio

Partindo para uma análise por freguesia, verifica-se que a freguesia de Pessegueiro (4,59%) e a freguesia de Dornelas do Zêzere (0,74%) são as que apresentam uma tendência de crescimento da população.

No caso da freguesia de Pessegueiro essa tendência poderá justificar-se pelo regresso de população, em especial, com idades acima dos 65 anos, sendo que no caso da freguesia de Dornelas do Zêzere, o crescimento da população em especial acima dos 25 anos de idade, poderá dever-se à dinâmica local que tende a aumentar a oferta de bens e serviços quer no setor social como no setor educativo, proporcionando consequentemente um aumento de ofertas de emprego.

As freguesias que registam tendência para uma maior perda de população são a freguesia de Portela do Fojo _ Machio (28,50%), a freguesia de Unhais-o-Velho (27,53%) e a freguesia do Cabril (25,24). Ainda que em menor proporção, as restantes freguesias também tendem, a perder população.

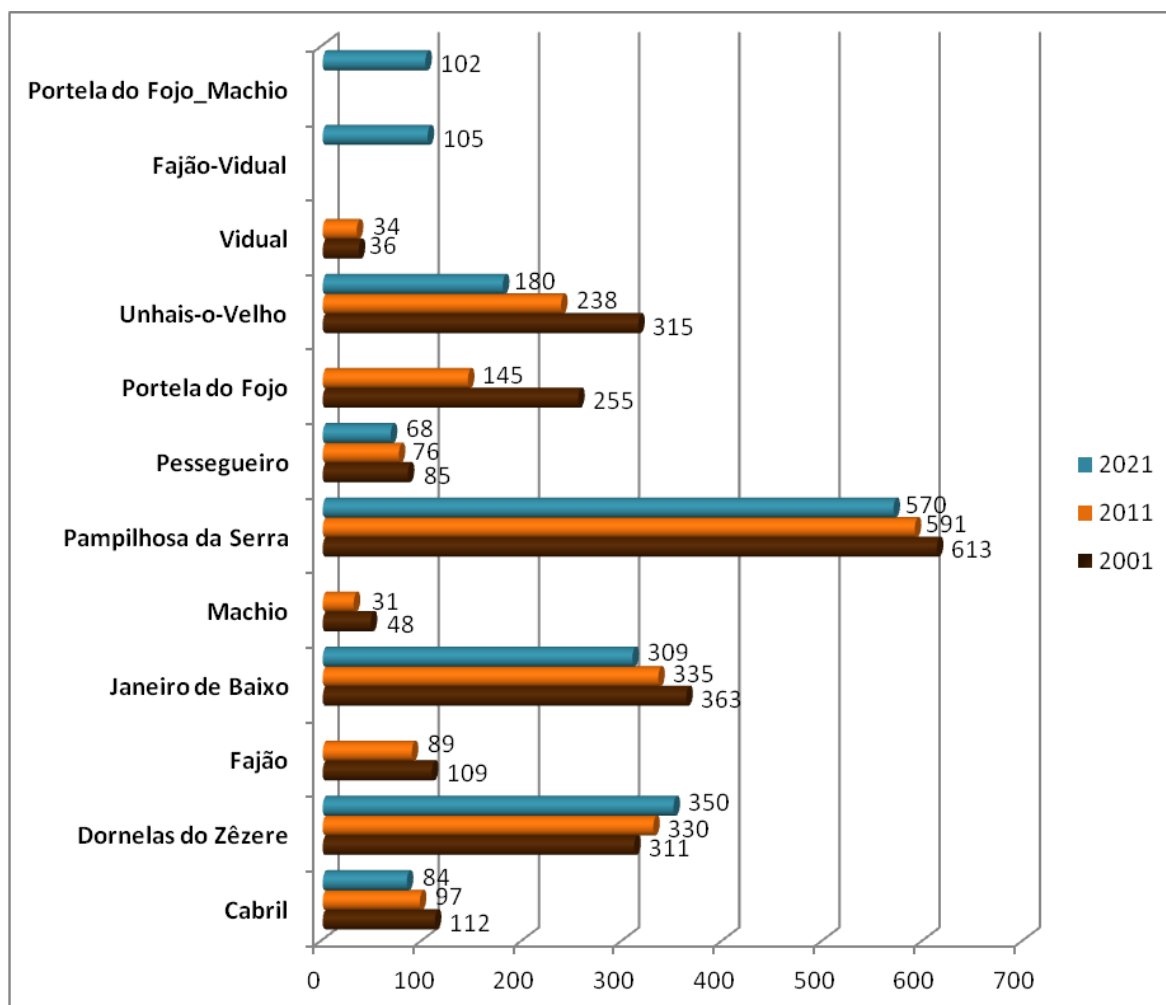
Gráfico n.º 3 - Projeção Exponencial da População por Freguesia no Grupo Etário dos 0-24 anos.



Fonte: Censos 2011 (cálculos para 2021 através do método exponencial)

Analisando os dados por freguesia e segundo os grupos etários, verifica-se que o **grupo etário dos 0 aos 24 anos** (gráfico n.º 3) tende, em todas as freguesias, a perder população destacando-se as freguesias de Unhais-o-Velho, Cabril e de janeiro de Baixo.

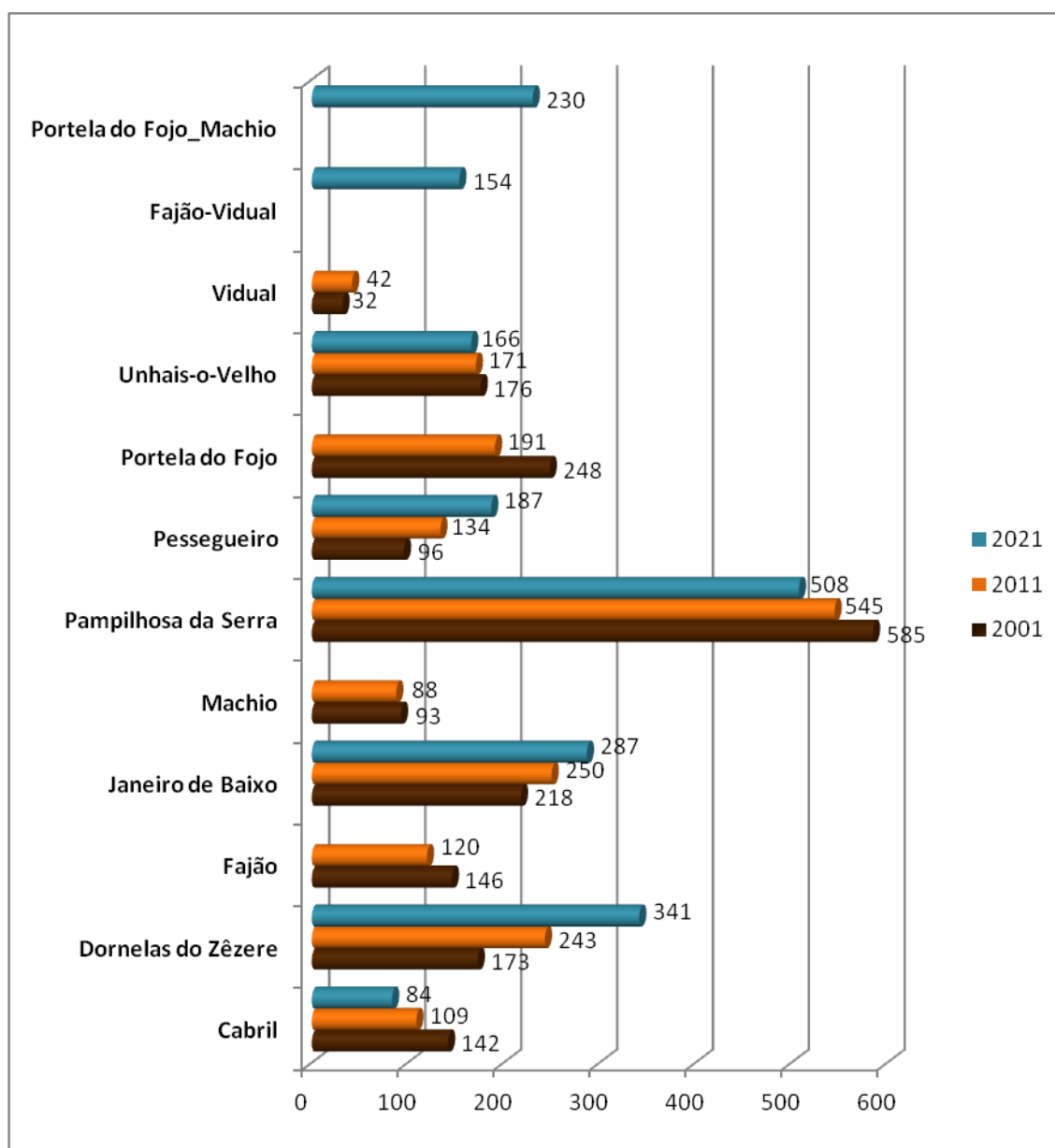
Gráfico n.º 4 -Projeção Exponencial da População por Freguesia no Grupo Etário dos 25-64 anos.



Fonte: Censos 2011 (cálculos para 2021 através do método exponencial)

Analisando o gráfico n.º 4 e considerando o grupo etário dos 25 aos 64 anos verifica-se que a tendência de crescimento populacional na freguesia de Dornelas do Zêzere, enquanto a freguesia de Portela do Fojo apresenta uma maior tendência para diminuição de população desta faixa etária. Todas as restantes freguesias também manifestam tendência para quebras da neste grupo etário.

Gráfico n.º 5 - Projeção Exponencial da População por Freguesia no Grupo Etário dos 65 ou mais anos.



Fonte: Censos 2011 (cálculos para 2021 através do método exponencial)

Quanto ao grupo etário dos 65 ou mais anos a situação é inversa no sentido em que a tendência é para um crescimento da população com maior acentuação nas freguesias de Dornelas do Zêzere, freguesia de Pessegueiro e de janeiro de Baixo.

As restantes freguesias tendem a sofrer uma diminuição da população nesta faixa etária sendo de salientar as freguesias de Portela do Fojo _ Machio e do Cabril, as que terão apresentam tendência para uma maior perda de população.

5. Indicadores Socioeconómicos

5.1. Indicadores Económicos

5.1. 1. Base económica local/ setores de atividade

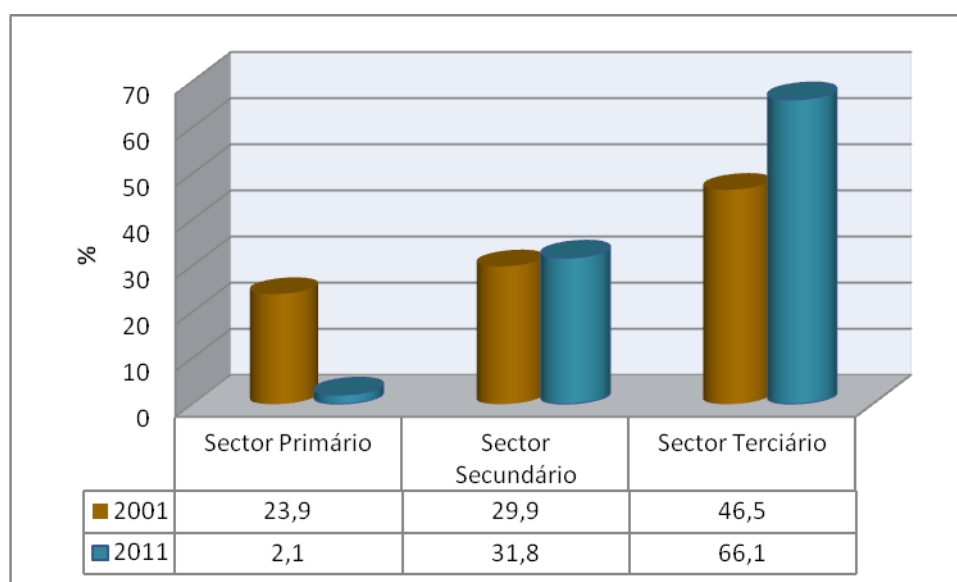
Quadro n.º 19 – População Residente Inativa em 2011

Doméstico	Estudante	Incapacitado	Reformado	Outros casos	Total
246	156	97	2118	173	2790

Fonte: INE, PORDATA

O concelho de Pampilhosa da Serra regista uma elevada taxa de população inativa (62,3%), com maior representatividade nos grupos das pessoas reformadas, aposentadas ou na reserva, seguida dos domésticos e estudantes.

Gráfico n.º 6 – Distribuição da população por setores de atividade (em %)



FONTE: www.pordata.pt

Em 2011 e segundo a Pordata, os indivíduos com atividade económica representavam 32,9% do total da população, sendo 40,7% do sexo masculino e 26,4% do sexo feminino. Verifica-se ainda que continua a ser o sexo masculino aquele que tem mais empregabilidade.

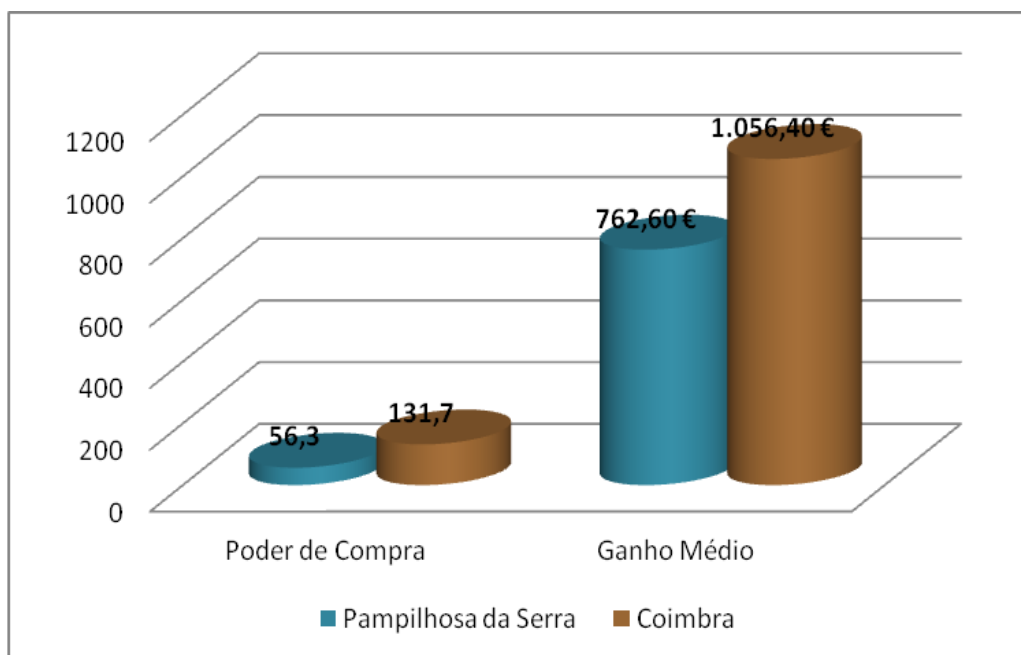
O setor terciário é aquele que emprega um maior número de pessoas correspondendo a 66,1% do total da população com atividade económica, mais 11,1% quando comparado com os dados de 2007. Segue-se o setor secundário, empregando 31,8% da população, menos 8,2% do que em 2007. Por último, o setor primário que emprega apenas 2% do total da população com atividade económica.

5.1.2. Nível de vida/ Índice de poder de compra (ICP)

O Concelho de Pampilhosa da Serra apresenta um baixo índice de poder de compra (56,3) que, ainda assim, é superior ao registado nos Censos de 2001 (47) apresentando-se, ainda, muito abaixo do poder de compra registado em Coimbra (131,7), que apresenta um decréscimo de 7.4

No contexto da região Centro, e comparando os dados referentes aos Concelhos do Distrito de Coimbra, constata-se que o Concelho de Pampilhosa da Serra fica muito aquém da média nacional (100,83). O Concelho de Penacova (59,1) e de Penela (65,6) revelam um índice inferior sendo que concelhos da Figueira da Foz (96,5), Condeixa-a-Nova (80,6), Lousã (80,1), Cantanhede (80,7), Montemor-o-Velho (71,3) e Mira (73,8), ainda que abaixo da média nacional, possuem um índice de poder de compra superior ao Concelho de Pampilhosa da Serra.

Gráfico n.º 7 - Poder de compra per capita e ganho médio mensal em euros, em 2011.



FONTE: INE, 2011.

Estes dados representam uma situação bastante desfavorável, agravada pelo facto do concelho se encontrar integrado nos ***Territórios do Tipo 4 - Envelhecidos e Desertificados***, que segundo um estudo²⁰ desenvolvido pelo Instituto de Solidariedade Social, é por isso, mais suscetível à ocorrência de situações de pobreza, apresentando-se o **poder de compra como um indicador que coloca o concelho para uma situação de caso extremo da tendência do tipo.**

Quanto aos ganhos médios mensais, que têm por referência o total dos trabalhadores por conta de outrem com remunerações completas, verifica-se que o Concelho de Pampilhosa da Serra (762,6€) está muito aquém da média verificada no Concelho de Coimbra (1056,4€) que se encontra muito próximo da média nacional é de 946,60€.

²⁰ Área de Investigação, Conhecimento e da Rede Social, “Tipificação das Situações de Exclusão Social”, ISS.IP, janeiro 2005

5.1.3. Emprego/Desemprego

Segundo os censos de 2011, o concelho de Pampilhosa da Serra regista uma taxa de desemprego de 9,5%, o que representa uma subida 6,2%.

No entanto, importa também conhecer os dados do IEFP referentes ao Concelho por referência a janeiro de 2014.

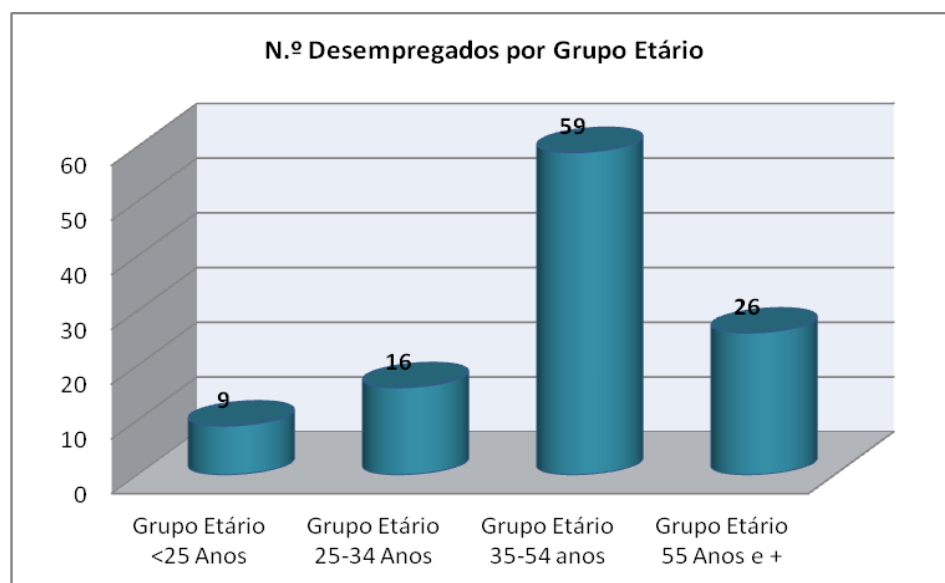
Quadro n.º 20 - Desemprego Registrado no Concelho de Pampilhosa da Serra segundo Género, o Tempo de Inscrição e a Situação Face à Procura de Emprego em janeiro de 2014

Concelho	Género		Tempo de Inscrição		Situação face à procura de emprego		Total
	Homens	Mulheres	< 1 ano	1 ano/ +	1º Emprego	Novo Emprego	
Pampilhosa da Serra	49	61	50	60	8	102	110

FONTE: Sítio do IEFP- Estatísticas Mensais

No que diz respeito ao desemprego registado no Concelho de Pampilhosa da Serra, verifica-se que 110 indivíduos estão à procura de emprego sendo reduzida a diferença entre os inscritos há menos de um ano e os inscritos há um ano ou mais anos.

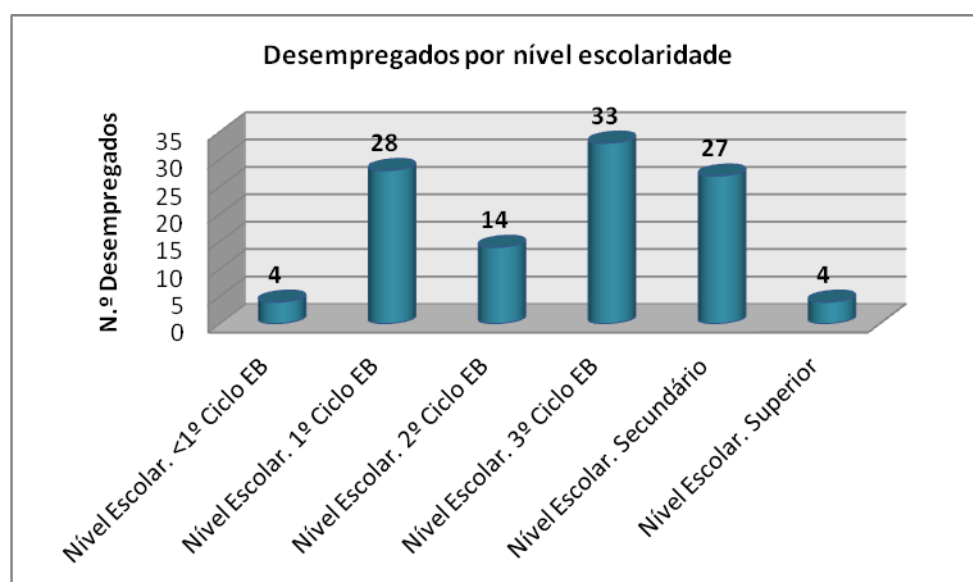
Gráfico n.º 8 - Desemprego Registrado segundo o Grupo Etário em janeiro de 2014



FONTE: Sítio do IEFP- Estatísticas Mensais

No que se refere ao grupo etário, verifica-se que a faixa etária dos 35 anos 54 anos regista um maior número de indivíduos desempregados, num total de 59 indivíduos, seguindo-se o grupo etário dos 55 e mais anos, apresentado um total de 26 indivíduos.

Gráfico n.º 9 - Desemprego Registrado segundo os Níveis de Escolaridade em janeiro 2014.



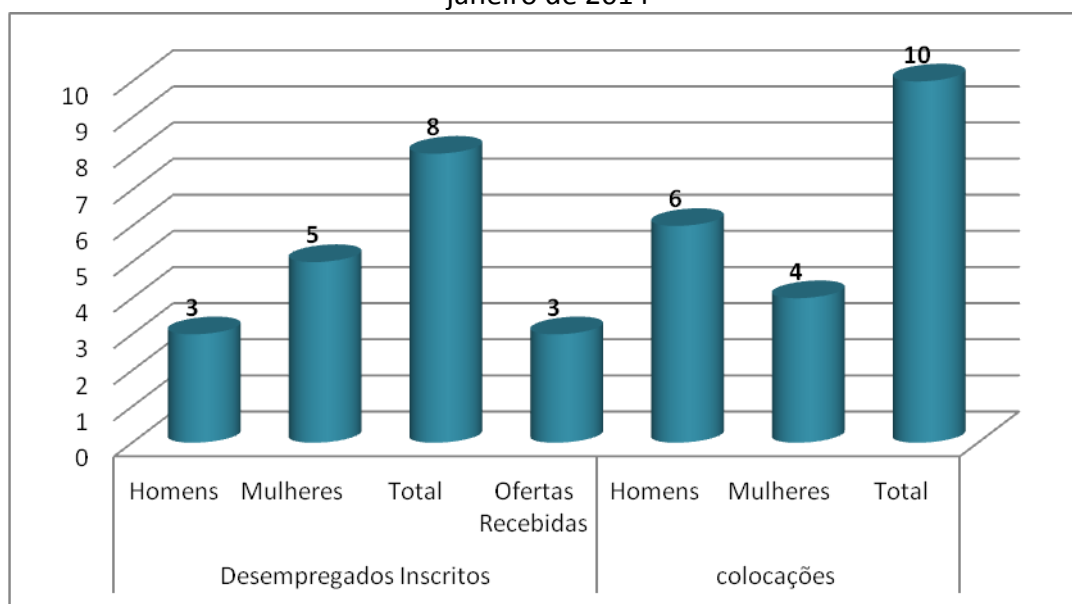
FONTE: Sítio do IEFP- Estatísticas Mensais

No que se refere ao desemprego registado segundo os níveis de escolaridade, é possível observar que o desemprego no concelho atinge na maioria indivíduos com um nível

escolar de 3º Ciclo (33 indivíduos), seguem-se o nível escolar do 1º Ciclo (28) e por fim o ensino secundário (27).

Importa ainda referir que a população com o Ensino Superior não tem expressividade ao nível do desemprego apresentando apenas 4 indivíduos num total de 110 inscritos.

Gráfico n.º 10 - Desempregados inscritos por ofertas recebidas e colocações efetuadas em janeiro de 2014



FONTE: Sítio do IEFP- Estatísticas Mensais

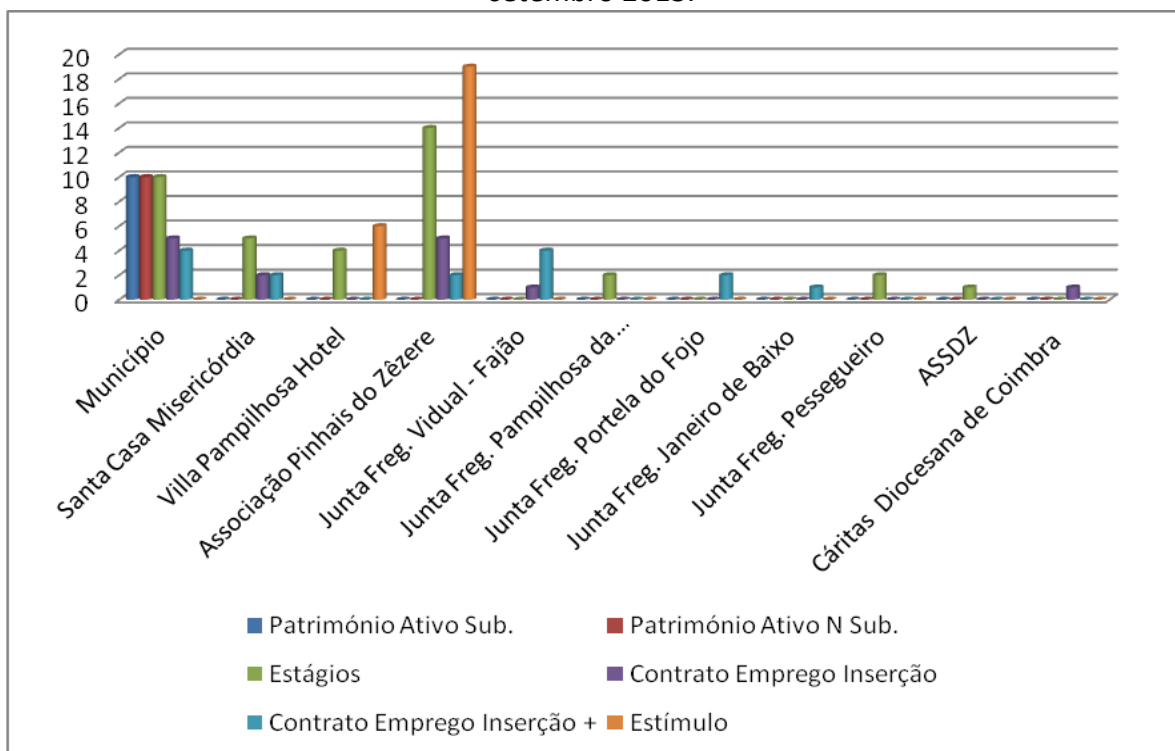
Da análise do quadro acima, verifica-se que ofertas (3) são inferiores às colocações (10).

Este gráfico aponta para um nível de integração elevado, o que nos remete para a parceria entre as Entidades Locais que procuram integrar o maior número de desempregados através de medidas de apoio do Instituto de Emprego e Formação Profissional, nomeadamente: Contrato de Emprego e Inserção, Estágios, Medida Estímulo de 2013, Programa Vida Emprego, Medida CEI Património.

As medidas de apoio mencionadas têm especificidades diferentes, no entanto todas elas consistem em qualificar e inserir o desempregado ou o beneficiário de algum tipo de prestação no mercado de trabalho.

O objetivo destas medidas é combater o desemprego, fomentando postos de trabalho e reforçar vínculos laborais mais estáveis.

Gráfico n.º 11 - Distribuição das Medidas de Apoio ao Emprego por Entidade Local em setembro 2013.



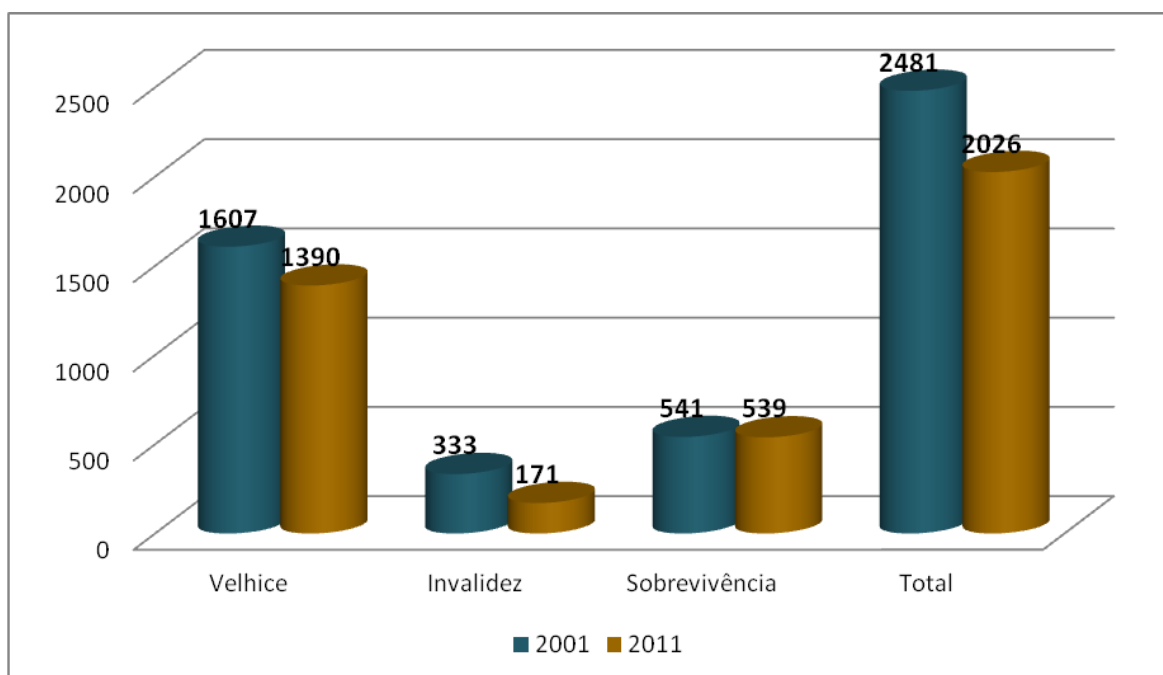
Fonte: Centro Emprego e Formação Profissional de Arganil, setembro 2013

Verifica-se que as entidades com maiores níveis de integração são o Município e a Associação Pinhais do Zêzere. O Município conta com 10 integrações no âmbito da medida de Património Ativo para Subsidiados e 10 no âmbito do património Ativo não Subsidiado. Conta ainda com 10 Estágios, 5 Contratos Emprego Inserção e 4 contratos emprego inserção +. Quanto à Associação Pinhais do Zêzere, 19 indivíduos integrados no programa Estímulo 2013; 14 indivíduos integrados no programa Estágio; 2 integrados em contrato emprego inserção + e 5 em contratos emprego de inserção. A Santa Casa da Misericórdia de Pampilhosa da Serra e o Villa Pampilhosa da Serra apresentam-se com o mesmo nível de integração de 9 indivíduos distribuídos por contratos emprego inserção e Contrato emprego inserção + e estágios, no caso da Santa Casa e programa Estimulo 2013 e Estágios no caso do Hotel.

Seguem as Juntas de Freguesia de Fajão, janeiro de Baixo, Vidual, Pessegueiro, Pampilhosa e Portela do Fojo, com 1 a 2 indivíduos integrados nas medidas de Contrato Emprego Inserção e Contrato Emprego Inserção +. A Associação Solidariedade de Dornelas do Zêzere e a Cáritas Diocesana de Coimbra, contribuem com um indivíduo integrado em Estágio e Contrato Emprego Inserção, respetivamente.

5.1.4. Pensionistas²¹ e Beneficiários de Prestações Sociais

Gráfico n.º 12 - Total de pensionistas por tipo de pensão segundo os censos de 2001 e 2011



Fonte: www.pordata.pt

Relativamente aos pensionistas, verifica-se uma diminuição no número total de pensionistas em 2011 comparativamente com os censos de 2001, sendo as pensões de velhice e de invalidez que revelam uma maior descida.

No que diz respeito aos beneficiários de prestações sociais são considerados os beneficiários de RSI caracterizados no ponto 7.1 deste Diagnóstico Social e os beneficiários de prestação de subsídio de desemprego que eram 25 em julho de 2014.

²¹ **Pensão Invalidez** - É um apoio em dinheiro, pago mensalmente, para proteger os beneficiários em situações de incapacidade permanente para o trabalho. Para verificar se existe incapacidade permanente avalia-se: o funcionamento físico, sensorial e mental; o estado geral; a idade; as aptidões profissionais; a capacidade de trabalho que ainda possui. dependendo do grau de incapacidade do beneficiário, a invalidez pode ser relativa ou absoluta. (metainformação - Instituto da Segurança Social).

Pensão Sobrevivência - Pagamentos periódicos a pessoas cujo direito aos mesmos deriva da sua relação com uma pessoa falecida protegida pelo regime de proteção social (viúvos, viúvas, órfãos e equiparados). (metainformação - Eurostat).

Pensão velhice - Pagamentos periódicos destinados a manter o rendimento do beneficiário após a reforma do emprego remunerado na idade legal/normal ou a apoiar o rendimento das pessoas idosas (excluindo o apoio de duração limitada). (metainformação - Eurostat)

5.1.5. Condições de habitação

A nível habitacional, há ainda a registar o trabalho desenvolvido pela Divisão Sociocultural e Educativa do Município de Pampilhosa da Serra que no período de 2011 – 2013 registou os pedidos realizados pelos munícipes e famílias e sinalizações realizadas por outros serviços/parceria.

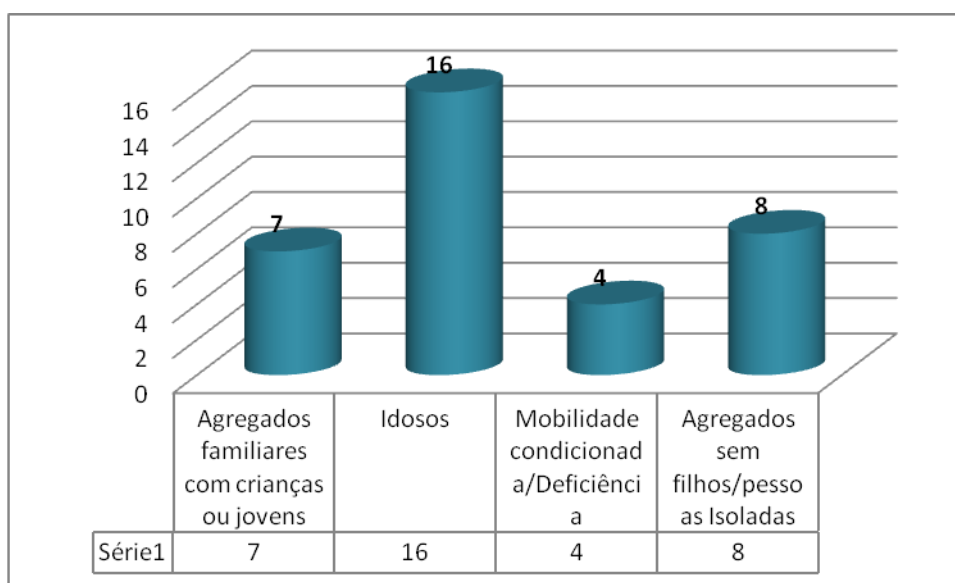
Os dados estatísticos apresentados remetem-nos para o período de 2011-2013 sendo diversos os motivos das sinalizações, destacando-se as melhorias a nível das condições de conforto, salubridade e segurança e ainda situações em que se diagnosticou a necessidade de realojamento.

De referir que a análise estatística realizou-se considerando as situações sem tipologia e enquadramento e também situações cuja tipologia permitia a sua integração em programas de apoio promovidos pelo Instituto da Habitação e Reabilitação urbana (IHRU), designadamente o Programa de Financiamento para Acesso à Habitação (PROHABITA), o Programa de Solidariedade e Apoio à Recuperação de Habitação (SOLARH)²². E ainda o Programa de conforto Habitacional para Idosos (PCHI)²³ promovido pelo Instituto de Segurança Social e que já não se encontra em vigor.

²² O Programa de Solidariedade de Apoio à Recuperação de Habitação (Solarh) destinava-se a financiar sob a forma de empréstimo, sem juros, a conceder pelo IHRU, a realização de obras de conservação ordinária ou extraordinária e de beneficiação nos seguintes casos: em habitação própria permanente de indivíduos ou agregados familiares que preencham as condições previstas no Decreto-Lei n.º 39/2001, de 9 de fevereiro; em habitações devolutas de que sejam proprietários os municípios, as instituições particulares de solidariedade social, as pessoas coletivas de utilidade pública administrativa que prosseguem fins assistenciais, e as cooperativas de habitação e construção e em habitações devolutas de que sejam proprietárias pessoas singulares.

²³ O PCHI tinha como principal objetivo a prevenção da dependência e institucionalização dos cidadãos mais idosos, ao intervir na qualificação habitacional através do melhoramento das condições básicas de habitabilidade e mobilidade das pessoas idosas que usufruem dos Serviços de Apoio Domiciliário ou frequentem a resposta Centro de Dia ou cuja prestação destes serviços esteja dependente da qualificação habitacional.

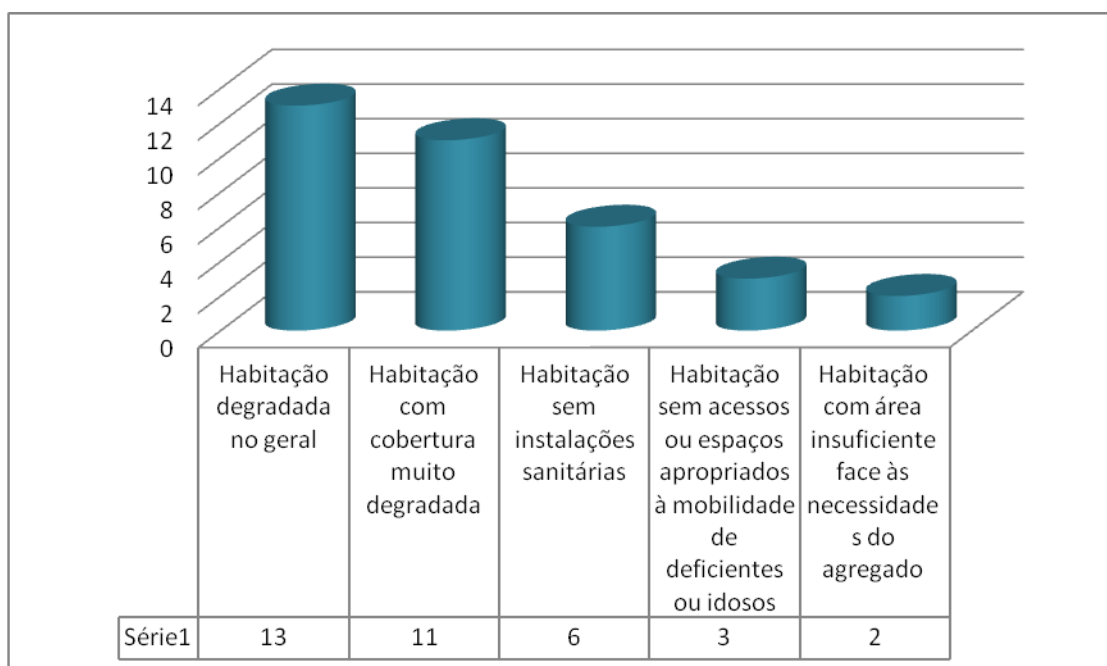
Gráfico n.º 13 - Caracterização dos agregados referentes aos pedidos de apoio registados em outubro 2013.



Fonte: Divisão Socio Cultural e Educativa do Município de Pampilhosa da Serra

Relativamente à caracterização do agregado, verifica-se que as maiorias dos pedidos reportam-se a habitações pertencentes a agregados idosos (16).

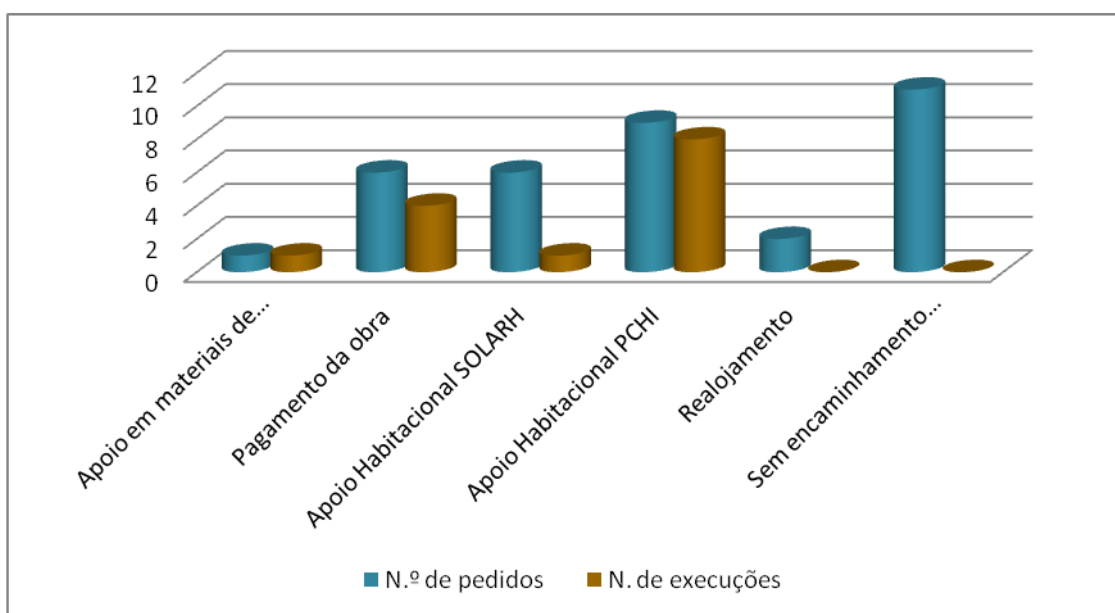
Gráfico n.º 14 - Caracterização dos problemas habitacionais que motivaram o pedido de apoio



Fonte: Divisão Socio Cultural e Educativa do Município de Pampilhosa da Serra

Na generalidade, as habitações apresentam-se estruturalmente degradadas, destacando-se as habitações com cobertura muito degradada e as habitações sem instalações sanitárias como os principais motivos para os pedidos de apoio.

Gráfico n.º 15 - Distribuição dos pedidos e níveis de execução por tipologia de apoio em outubro de 2013.



Fonte: Divisão Socio Cultural e Educativa do Município de Pampilhosa da Serra

Dos 35 pedidos de apoio habitacional, resultantes do levantamento das principais necessidades e patologias das habitações durante o período de 2011-2013 pelo Gabinete de Ação Social deste Município, 11 pedidos ainda não têm encaminhamento definitivo, 9 foram encaminhados para PCHI sendo que foram 8 executados, 6 pedidos foram encaminhados para SOLARH e apenas 1 foi executado no âmbito desta medida que sofreu alterações em 2012 tendo-se mantido sem verbas para a execução até início de 2014.

De referir que apenas 1 processo foi encaminhado para apoio em materiais de construção tendo sido executado com sucesso.

Foram encaminhados 6 processo para apoio no pagamento de obras, tendo um nível de execução de 4 processos.

Quanto ao realojamento, dos 2 pedidos para o efeito nenhum foi, à data da recolha da informação, tratado.

Quadro n.º 21 - Verba atribuída pelo Município de Pampilhosa da Serra, diretamente para apoio habitacional no ano 2013

	Verba atribuída pelo Município de Pampilhosa da Serra
Apoio em Materiais de Construção	2.321,81€
Apoio no pagamento da obra	8.811,29€
PCHI	33.253,36€
TOTAL	44.386,46€

Fonte: Divisão Socio Cultural e Educativa do Município de Pampilhosa da Serra

Relativamente ao apoio em materiais de construção o Município apoio um total de 44.386,46€, destacando-se o PCHI onde a autarquia investiu a maior fatia do montante total.

5.2. Educação

A nível educativo, refira-se a existência da Carta Educativa, criada ao abrigo da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, que estabelece as competências a transferir na área da educação e do ensino não superior para as Câmaras Municipais e a responsabilidade destas pela elaboração da então denominada “Carta Escolar”. Face à abrangência que se pretendeu dar a este documento em matéria de educação municipal, a referida Lei foi regulamentada pelo Decreto-Lei 7/2003, de 15 de janeiro, que definiu as regras para a sua elaboração. Assim, e de acordo com o artigo 10.º do mesmo diploma, a Carta Educativa é o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo da rede de ofertas de educação, ensino e formação ao nível concelhio, que assenta na realidade existente em termos de edifícios e de equipamentos educativos, visando otimizar os recursos e garantir que as ofertas educativas disponíveis respondam à procura efetiva.

A Carta Educativa Municipal foi elaborada através da constituição de uma Comissão criada em reunião ordinária de 15 de outubro de 2003 tendo sido colocada à aprovação do Executivo Municipal, do Conselho Municipal de Educação e da Assembleia Municipal.

Com a sua aprovação, está criado o instrumento que permite ao Município implementar uma estratégia de gestão do sistema educativo local, adequando as escolhas de evolução da rede às necessidades específicas do concelho. Este documento permite a tomada de decisões quanto ao funcionamento, à reconversão e à adaptação do Parque Escolar, em articulação com outras valências complementares ao desenvolvimento socioeducativo. As suas diretrizes permitem definir prioridades, evitar ruturas na rede educativa municipal, combater a desertificação, minimizar as assimetrias e contribuir para um desenvolvimento integrado das populações, baseado numa visão humanista e numa política de igualdade de oportunidades.

A Carta Educativa do Concelho de Pampilhosa da Serra é datada de 2007, constituindo-se como instrumento em permanente evolução que acompanha a dinâmica do concelho sendo necessário realizar revisões ao documento sempre que este deixe de estar adequado aos princípios, objetivos técnicos e parâmetros definidos.

Refira-se também o Plano Educativo Municipal- 2013 cujos princípios orientadores são:

- Promover o sucesso educativo;
- Articulação entre a Política Educativa do Município e a Política Educativa formal;
- Promover o relacionamento intergeracional, através da partilha de saberes, valores e experiências socioculturais;
- Prevenir e combater o abandono escolar (a saída precoce do sistema educativo) e a exclusão social, apostando na mudança na cultura organizacional, tentando romper com a interioridade e invertendo a situação do setor educativo;
- Construção de uma sociedade de conhecimento e de aprendizagem segundo uma lógica de cidadania ativa, norteadas por princípios de iniciativa e responsabilidade;
- Promoção de formação diversificada, numa aposta clara ao nível da qualificação, produtividade e empregabilidade;
- Promoção do conceito de educação para todos e ao longo da vida, reforçando as áreas de educação formal, não formal e informal e valorizando a identidade e cultura locais;

- Intervenção social abrangente e diversificação das atividades educativas;
- Criação de uma rede de comunicação eficaz entre os vários parceiros da comunidade educativa, tendo em consideração os objetivos a que todos se propõem e promovendo uma política de reflexão local partilhada, facilitando o acesso à informação a todos os intervenientes no processo educativo;

5.2.1. Grau de instrução da população

Quadro n.º 22 – Analfabetismo e Taxa de Analfabetismo no Concelho

Analfabetos com 10 ou + anos (2011)			Taxa de Analfabetismo%	
HM	H	M	Ano 2001	Ano 2011
682	151	531	25,2	15,91

Fonte: INE, 2011

Segundo dados do INE, em 2011 a taxa de analfabetismo²⁴ no concelho de Pampilhosa da Serra atinge os 15,91%. Verifica-se, ainda, que é o sexo feminino que apresenta um maior número de casos de analfabetismo.

Comparativamente aos dados dos Censo de 2001, verifica-se um decréscimo na taxa de analfabetismo de 9,29%, que pode ser explicado pelo facto de grande parte da população analfabeta ser idosa e as taxas de mortalidade serem mais elevadas nesta faixa etária no Concelho.

²⁴ (População com 10 ou + anos que não sabe ler e escrever/População com 10 ou + anos) x 100.

Quadro n.º 23 - Níveis de Instrução da População Residente, por Freguesia.

unidade Geográfica	Cabril	Dornelas do Zêzere	Fajão	Janeiro de Baixo	Machio	Pampilhosa da Serra	Pessegueiro	Portela do Fojo	Unhais-o-Velho	Vídal
Nível Escolaridade.										
Nenhum nível de escolaridade	57	117	53	129	20	281	21	81	82	16
Ensino pré-escolar	2	9	1	4	2	28	3	0	5	1
1º Ciclo	112	295	115	344	89	513	146	211	216	36
2º Ciclo	14	80	15	62	3	121	19	27	49	9
3º Ciclo	22	87	18	48	6	158	22	36	40	14
Ensino secundário	17	71	16	49	3	205	14	21	55	7
Ensino pós secundário	3	7	1	4	1	6	0	1	1	0
Ensino superior	4	16	14	29	2	77	3	4	10	1

FONTE: Censos Definitivos 2011

Relativamente ao nível de instrução da população residente verifica-se que o problema da baixa escolaridade da população, nomeadamente da população adulta manifestado pelo baixo nível de instrução da população e pela elevada taxa de analfabetismo, situação generalizada a todas as freguesias.

5.2.2. Oferta e Procura da Rede de Ensino e Formação

A rede de ensino e formação do Concelho de Pampilhosa da Serra abrange desde o pré-escolar até ao ensino secundário. A organização espacial da rede educativa pública assenta no **Agrupamento Vertical de Escolas Escalada, Pampilhosa da Serra** e no **Centro de Emprego Formação Profissional do Pinhal Interior Norte** que se insere na Delegação Regional do Centro e integra o **Serviço de Emprego e Formação profissional de Arganil** que abrange cinco concelhos: Arganil, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Góis e Tábua, numa área total de 1426,9km² e 53 freguesias e um total de 53.812 habitantes (2011).

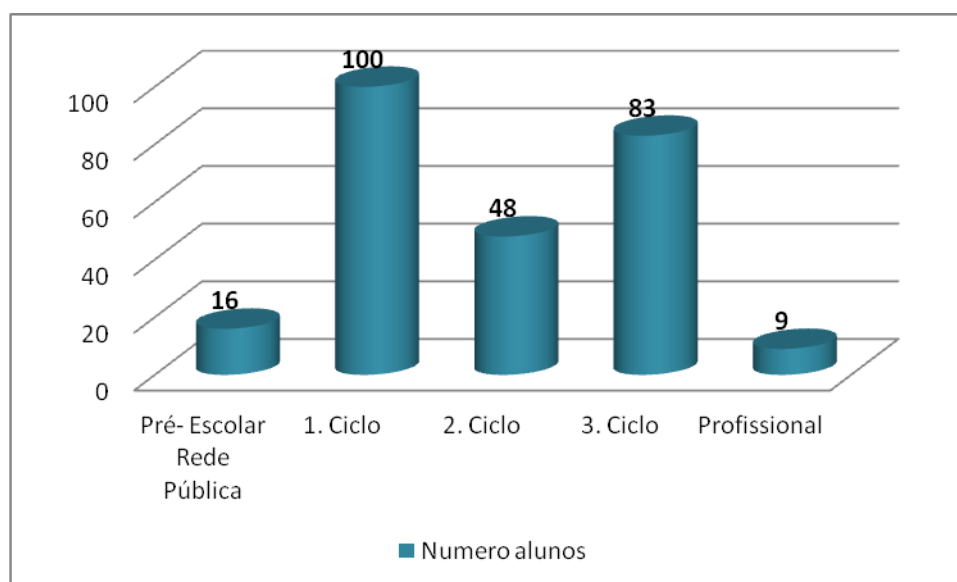
Conta com um serviço de atendimento semanal no Concelho que tem lugar na Santa Casa Da Misericórdia, com o seguinte horário de atendimento: das 10h30 às 13h00.

Desenvolve a sua atividade no âmbito do emprego, prestando serviço ao nível do Apoio à Contratação, Empreendedorismo, Estágios Emprego, Emprego-Inserção e no âmbito da formação profissional, com ofertas de Formação para Jovens e Adultos e ainda processos de RVCC.

O Agrupamento de Escolas Escalada, Pampilhosa da Serra, situado na sede de Concelho – Pampilhosa da Serra, reúne alunos do Pré-escolar da Rede Pública, do Ensino Básico (1.º, 2.º e 3.º CEB) e do Ensino Secundário (Curso Profissional de Restauração variante Restaurante/Bar). Além deste edifício, está agrupado mais um estabelecimento, O Centro Educativo de Dornelas do Zêzere onde se leciona pré-escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico.

Segue-se uma análise dos dados recolhidos tendo por referência os anos letivos 2011/2012, 2012/2013 e 2013/2014.

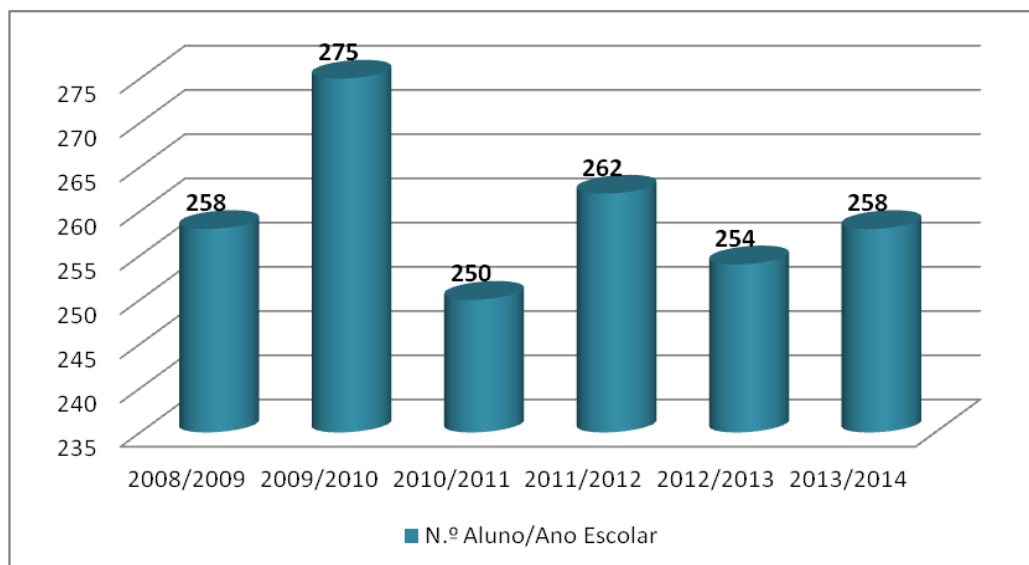
Gráfico n.º 16 – Número de Alunos matriculados no ano letivo 2013/2014, por níveis de ensino



FONTE: Agrupamento de Escolas Escalada, Pampilhosa da Serra

No ano letivo 2013/2014 encontravam-se matriculados um total de 256 alunos sendo que a maioria frequentava o 1.º Ciclo do Ensino Básico.

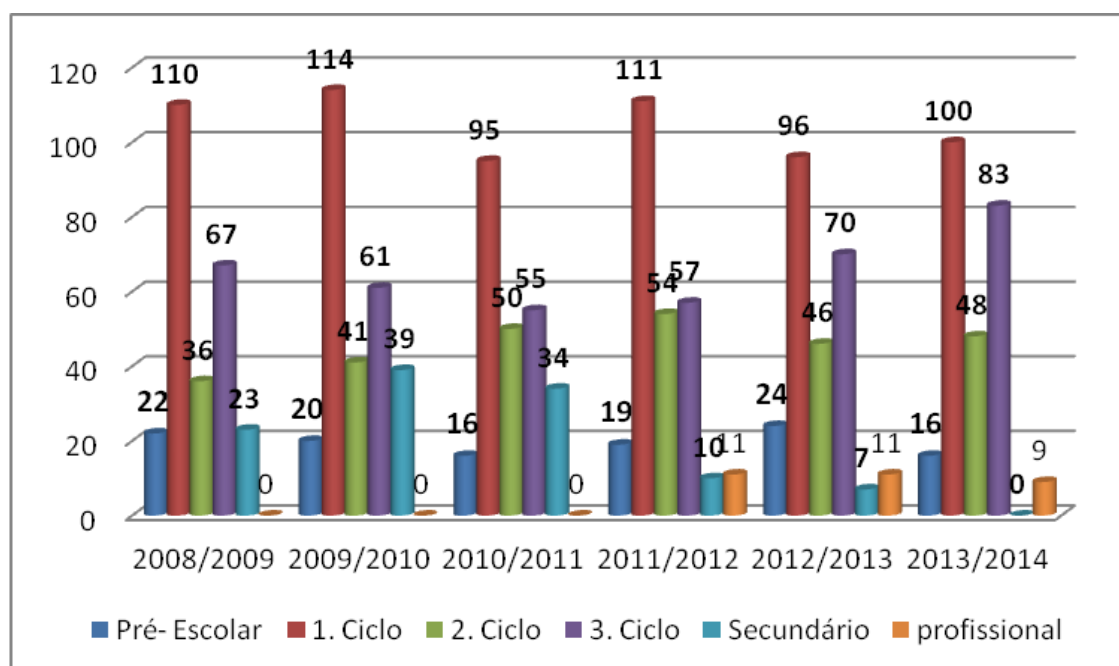
Gráfico n.º 17 - Evolução do número de alunos nos últimos seis anos escolares.



FONTE: Agrupamento de Escolas Escalda de Pampilhosa da Serra

Da análise do gráfico n.º 10, que nos remete para a evolução do número de alunos nos últimos seis anos escolares, verifica-se uma ligeira tendência de subida do número de matriculados após a descida registada no ano escolar 2010/2011.

Gráfico n.º 18 - Evolução do número de alunos matriculados do Agrupamento de Escolas nos últimos seis anos letivos, por ciclo de escolaridade

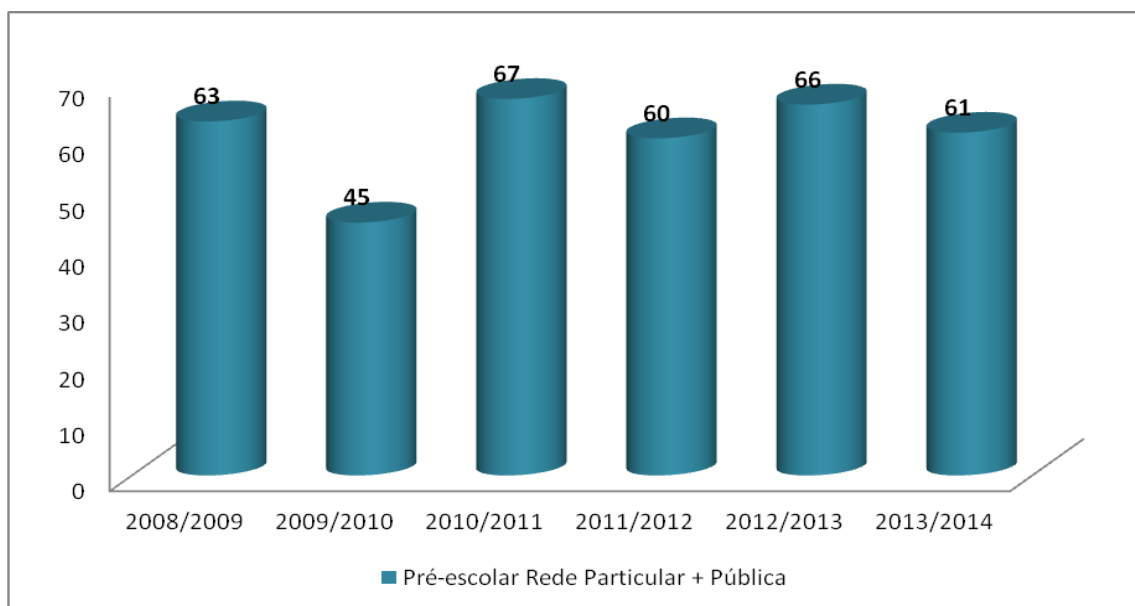


FONTE: Agrupamento de Escolas Escalda, Pampilhosa da Serra

Tendo em conta a evolução da população escolar por ciclos nos últimos seis anos escolares por tipo de ensino, verifica-se um decréscimo no número de alunos do ensino pré-escolar; manutenção do número de alunos no 1.º ciclo do ensino básico, uma ligeira redução no número de alunos do 2.º ciclo do ensino básico, um aumento no número de alunos do 3.º ciclo do ensino básico, uma redução significativa do número de alunos no ensino secundário não tendo sido possível constituir turma no ano escolar no ano escolar 2013/2014.

Ao nível do ensino profissional, registou-se um curso na área da animação sociocultural até o ano escolar anterior sendo que neste ano escolar (2013/2014), encontra-se a funcionar na Escola um Curso Profissional de Energias Renováveis numa parceria entre o IEFP, Município de Pampilhosa da Serra e Agrupamento de Escolas Escalda de Pampilhosa da Serra e que conta com 9 alunos inscritos.

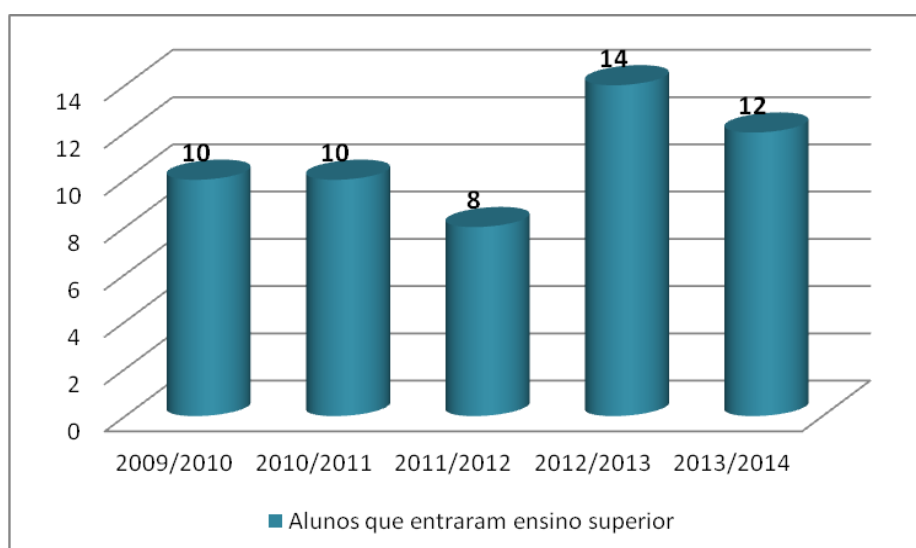
Gráfico n.º 19 - Número de alunos matriculados nos últimos 6 anos escolares considerando o Pré-Escolar Rede Particular e Rede Pública



Fonte: IPSS

No que diz respeito à educação pré-escolar, foram considerados os dados da Rede Particular e da Rede Pública o que nos remete para uma situação de equilíbrio quanto ao número de crianças que frequentaram o ensino pré-escolar (3-5 anos) ao longo dos últimos anos tendo apenas no letivo 2009/2010 registado um número inferior.

Gráfico n.º 20 - Número de alunos oriundos do Concelho de Pampilhosa da Serra que entraram o ensino superior nos últimos cinco anos.



FONTE: Gabinete de Ação Social do Município de Pampilhosa da Serra

Relativamente à entrada no ensino superior, os dados referentes às solicitações de bolsa de estudo²⁵ junto do Gabinete de Educação do Município de Pampilhosa da Serra e considerando que uma licenciatura de 3 anos, podemos apontar para um número aproximado de 34 alunos oriundos do Concelho que se encontram a frequentar o ensino superior.

5.2.3 – Recursos Educativos

O concelho de Pampilhosa da Serra dispõe de um conjunto de recursos educativos, a saber:

- **Uma Residência de Estudantes** na Vila de Pampilhosa da Serra com capacidade para 40 alunos.
- **O Projeto Trilhos Rur@l_idades ESG** dirigido à população infantil e juvenil do Concelho e que abrange, atualmente, um universo 471 indivíduos tendo por objetivos, promover e intervir ao nível da inclusão escolar de crianças e jovens que se encontram em risco de insucesso e /ou abandono escolar; promover estratégias que posam contribuir para a formação profissional, empregabilidade e integração social, impulsionar a participação cívica e comunitária das crianças e jovens, promover o acesso às tecnologias da informação e comunicação e promover o desenvolvimento de competências empreendedoras.
- **Uma rede de transportes escolares**, revista no presente ano, adquire relevância a este nível na medida em que foi possível organizar uma Rede que permite a chegada dos alunos à Escola uma hora mais tarde melhorando assim os níveis de rentabilidade escolar.
- **Uma Ludoteca Pampilho** cuja ação surgiu de um projeto elaborado no âmbito do programa “Ser Criança” e encontra-se a funcionar desde 1997, possuindo duas valências: Fixa (com um espaço próprio na sede do Concelho) e Itinerante (com uma unidade móvel que permite às crianças, que frequentam as escolas do 1.º

²⁵ Dados baseados no número de pedidos à medida de apoio municipal - bolsa de estudo – que atribui um apoio monetário que varia de acordo com as médias dos alunos pelo período de três meses com o fim de apoiar os alunos que ingressem pela primeira vez no ensino superior.

Ciclo do Ensino Básico fora da sede do concelho, um contato direto com brinquedos, jogos e livros). A Ludoteca Pampilho sentiu necessidade de ver requalificado o seu espaço físico, repensando uma nova estratégia, mais voltada para a criatividade com a introdução de novas áreas temáticas a desenvolver.

O programa assenta num calendário de atividades, com especial incidência na Animação pela Leitura; Ciclos de Cinema e Teatro; Dança; Oficinas de Astronomia e Arqueologia; História Local; Exposições e Artes Plásticas, que tem como destinatários preferenciais as crianças e jovens. Nas interrupções letivas são desenvolvidos programas de ocupação de tempos livres, - “julho em Ação, um Mês de Diversão” e “Páscoa em Movimento”.

- **Uma Biblioteca Municipal**, Dr. José Fernando Nunes Barata, Inaugurada no dia 20 de agosto de 1999, a Biblioteca Municipal constitui um importante espaço cultural do concelho, com um acervo riquíssimo assumindo um papel importante e ativo na formação dos hábitos de leitura.

Ao longo do período escolar, a Biblioteca Municipal trabalha em estreita parceria com a Biblioteca Escolar do **Agrupamento de Escolas de Pampilhosa da Serra**, definindo um programa conjunto de atividades de animação vocacionado para o público escolar.

- **Um espaço Internet**, cuja atividade iniciou em março de 2002. Tem um horário alargado e permite acesso gratuito à Internet a pessoas de todas as idades. Presta apoio técnico aos utilizadores e promove atividades dirigidas a vários públicos, desde o escolar aos mais idosos.
- **Uma equipa de intervenção no âmbito do Sistema Nacional Intervenção Precoce na Infância (SNIPI)** que consiste num conjunto organizado de entidades institucionais e de natureza familiar, com vista a garantir condições de desenvolvimento das crianças [entre os 0 e os 6 anos de idade] com funções ou estruturas do corpo que limitam o crescimento pessoal, social, e a sua participação nas atividades típicas para a idade, bem como das crianças com risco grave de atraso no desenvolvimento. O **SNIPI** é desenvolvido através da atuação coordenada dos Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social, da Saúde e da Educação, com envolvimento das famílias e da comunidade. O **SNIPI** abrange as crianças entre os 0 e os 6 anos, com alterações nas funções ou estruturas do corpo

que limitam a participação nas atividades típicas para a respetiva idade e contexto social ou com risco grave de atraso de desenvolvimento, bem como as suas famílias.

Em fevereiro de 2014, acompanhava 14 crianças distribuídas pelos seguintes critérios de elegibilidade: 4 em Vigilância, 1 em Avaliação, 7 Atraso Desenvolvimento – exposição A fatores de risco ambiental; 1 Atraso Desenvolvimento- fatores de risco parentais e fatores de risco contextuais e 1 Exposição a fatores de risco ambiental.

- **O projeto EPIS²⁶ – Empresários Pela Inclusão Social** foi criado em 2006, por parte de um grupo de empresários e gestores portugueses para dar resposta à convocatória que Sua Excelência o Presidente da República Professor Aníbal Cavaco Silva fez ao convidar todos os portugueses para “um compromisso cívico, um compromisso para a inclusão social, no sentido de se romper com o conformismo e o comodismo de relegar para o Estado a solução do problema”.

A EPIS tem como missão prioritária centrar-se na educação e, especificamente, no combate ao insucesso escolar e ao abandono escolar através da prevenção e da remediação de fatores de risco dos alunos e famílias, da promoção de fatores de proteção e através da indução de fatores externos de sucesso nas organizações escolares. Esta opção fundamenta-se na forte convicção de que este é o ponto de partida para o desenvolvimento dos jovens, com vista à sua inclusão social e tendo por aspiração a construção de um modelo coletivo de cidadania moderna.

A EPIS criou uma “rede nacional de mediadores de capacitação para o sucesso escolar” focada nos alunos do 2º e 3º ciclos, que é apoiada por um Conselho Científico, constituída por especialistas universitários de topo com percursos relevantes no mundo da educação, tanto pela sua ação governativa, como pelo seu trabalho especializado ou investigação académica e constituída por equipas de técnicos especializados, incluindo na sua metodologia duas partes fundamentais: um sistema de sinalização de jovens com fatores de risco em termos de sucesso escolar, organizados em quatro grupos: aluno, família, escola e território e um portefólio de métodos de capacitação específicos para cada uma destas

²⁶ Texto elaborado pela Mediadora EPIS, Sílvia Marques

categorias, que possibilitam a construção de planos individuais de acompanhamento de proximidade e em continuidade.

O projeto EPIS surge na Pampilhosa da Serra em 2010 no âmbito da candidatura elaborada pelo Município e no contexto da Parceria para a Regeneração Urbana, financiado pelo Mais Centro, na sua componente de implementação do Programa de Intervenção Cívica. Foi desenvolvido em parceria com o Agrupamento de Escolas de Pampilhosa da Serra um conjunto de Programas dos quais destacamos o Fica Aluno e o Fica Prof.

No ano letivo 2012/2013, O projeto está a desenvolver-se na escola, estando a cargo da Mediadora EPIS um universo de **15 alunos pertencentes ao 2.º ciclo, cuja função se centra no desenvolvimento de métodos de estudo que tencionam fomentar, desenvolver e promover uma gestão eficaz do tempo com o objetivo de estimular o interesse pelo estudo e pelo conhecimento, bem como, regular problemas de comportamento, fraco investimento na escola, ansiedade de desempenho e ausência de rotinas de estudo.**

Também a desenvolver-se um projeto piloto a nível do 1º ciclo que iniciou no presente ano letivo com a **aplicação dos instrumentos de sinalização de risco (screening) junto do 1º e 3º anos do 1º CEB do Agrupamento de Escolas de Pampilhosa da Serra, num total de 46 alunos**, no âmbito do projeto piloto de 1º CEB que une a EPIS ao Município de Pampilhosa da Serra.

Estes instrumentos de sinalização que incidem nos fatores de risco ALUNO, ESCOLA, TERRITÓRIO e FAMÍLIA, depois de analisados em conjunto com os Professores Titulares, foram aplicados aos alunos e servirão de diagnóstico de necessidades para que num futuro próximo os fatores de risco possam ser minimizados num trabalho com os Professores em contexto de sala de aula.

5.3 – Saúde/ Caracterização do ACES PIN- Organização, Funcionamento e Recursos

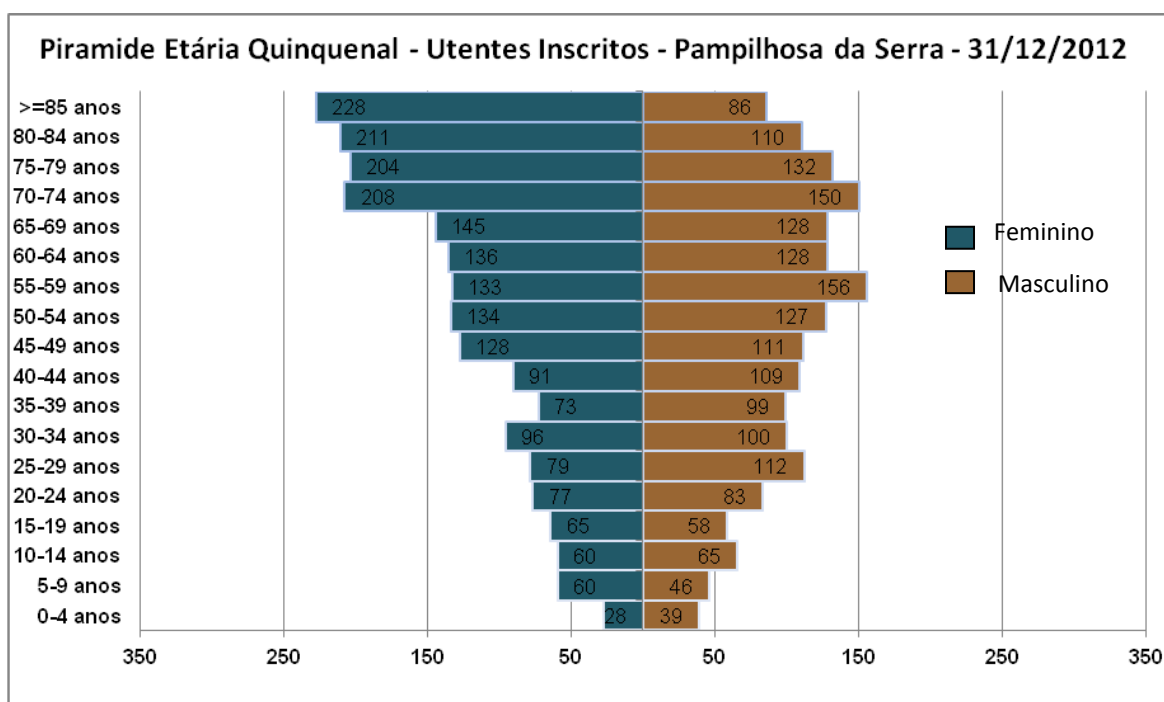
O Decreto-Lei n.º 28/2008 de 22 de fevereiro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 253/2012, de 27 de novembro, veio criar os Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES) no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, estabelecendo o seu regime de organização e funcionamento.

O Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra, integra o ACES Pinhal Interior Norte (ACES PIN), o qual foi criado pela portaria n.º 394-A/2012 de 29 de novembro, tendo a sua sede na vila da Lousã e que também abrange as unidades de saúde dos concelhos de: Alvaiázere, Ansião, Arganil, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Oliveira do Hospital, Pedrógão Grande, Penela, Tábua e Vila Nova de Poiares.

5.3.1 – População Inscrita

O Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra apresentava, em 31 de dezembro de 2012, uma população inscrita de 3.955 utentes (Figura n.º 4), sendo de salientar que do total de utentes inscritos, 4,4% tinham idade inferior ou igual a 9 anos, 55,1% tinham idade entre os 10 e os 64 anos e 40,5% tinham idade igual ou superior a 65 anos. De salientar que 22,4% da população inscrita tinha 75 ou mais anos de idade. Predominava a população do sexo feminino (55% da população inscrita total).

Figura 4 – Pirâmide Etária Quinquenal dos utentes inscritos no Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra a 31 de dezembro de 2012



5.3.2 – Estrutura orgânica e funcional

O Quadro n.º 24 apresenta a estrutura do Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra desagregado por unidades prestadoras de cuidados (sede e extensões de saúde).

Quadro n.º 24 – Estrutura desagregada do CS Pampilhosa da Serra

Centro Saúde Total	Pampilhosa da Serra Sede	Dornelas Zêzere Extensão	Unhais- o Velho Extensão
3.955	2.846	695	414

Fonte: Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra

No que concerne às unidades funcionais, previstas nos termos do DL n.º 28/2008 de 22/02, republicado no DL n.º 253/2012, de 27 de novembro, em 31 de dezembro de

2012 o Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra, constitui-se como uma UCSP (Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados).

5.3.3 – Mapa de Recursos Humanos

Quadro n.º 25- Número total de profissionais, por categoria profissional, do CS Pampilhosa da Serra.

CS PAMPILHOSA DA SERRA			2013 Número de efetivos
MÉDICOS			5
Especialistas de Medicina Geral e Familiar e Clínicos Gerais			4
Especialista de Saúde Pública			1
ENFERMEIROS			7
ASSISTENTES TÉCNICOS			5
TÉCNICOS DE DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA		Técnico de Saúde Ambiental	1
ASSISTENTES OPERACIONAIS			14
TOTAL			32

O Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra contava em 2013, com um quadro de pessoal composto por 32 profissionais em apenas 5 são Médicos.

5.3.4 – Equipamentos de Saúde

Segundo os dados do INE de 2012 no território do concelho de Pampilhosa da Serra existiam 2 farmácias (Quadro 26). Segundo os dados recolhidos pelas equipas locais de RH existiam em 2012, 3 postos de colheita e 1 consultório de estomatologia, o qual é referenciado na DGS, no âmbito do programa nacional de promoção da saúde oral.

Quadro n.º 26 – Farmácias e postos farmacêuticos móveis, no ano de 2012

Localização geográfica	Farmácias e postos farmacêuticos móveis (N.º) por Localização geográfica e Tipo de unidade local de farmácia; Anual		
	Total	Farmácias	Postos farmacêuticos móveis
Pampilhosa da Serra	2	2	0

Fonte: INE (2012)

Existe ainda consultório médico e serviços convencionados de Fisioterapia. No âmbito da capacidade de internamento no território do concelho de Pampilhosa da Serra regista-se a Unidade de Cuidados Continuados Integrados gerida pela Santa Casa da Misericórdia de Pampilhosa da Serra.

5.3.4.1 - Equipamentos de saúde no âmbito do SNS

Em dezembro de 2012 o Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra, apresentava como valência o SAP – Serviço Atendimento Permanente.

Quadro n.º 27 Equipamentos de Saúde / concelho de Pampilhosa da Serra no âmbito do SNS

Equipamentos de saúde	N.º
SAP	1

Fonte: UAG do ACES PIN

No abaixo apresentamos a frequência semanal de funcionamento das 2 Extensões de Saúde dos Centros de Saúde da Pampilhosa da Serra.

Quadro n.º 28 – Frequência semanal de funcionamento das Extensões de Saúde do Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra, no ano de 2012

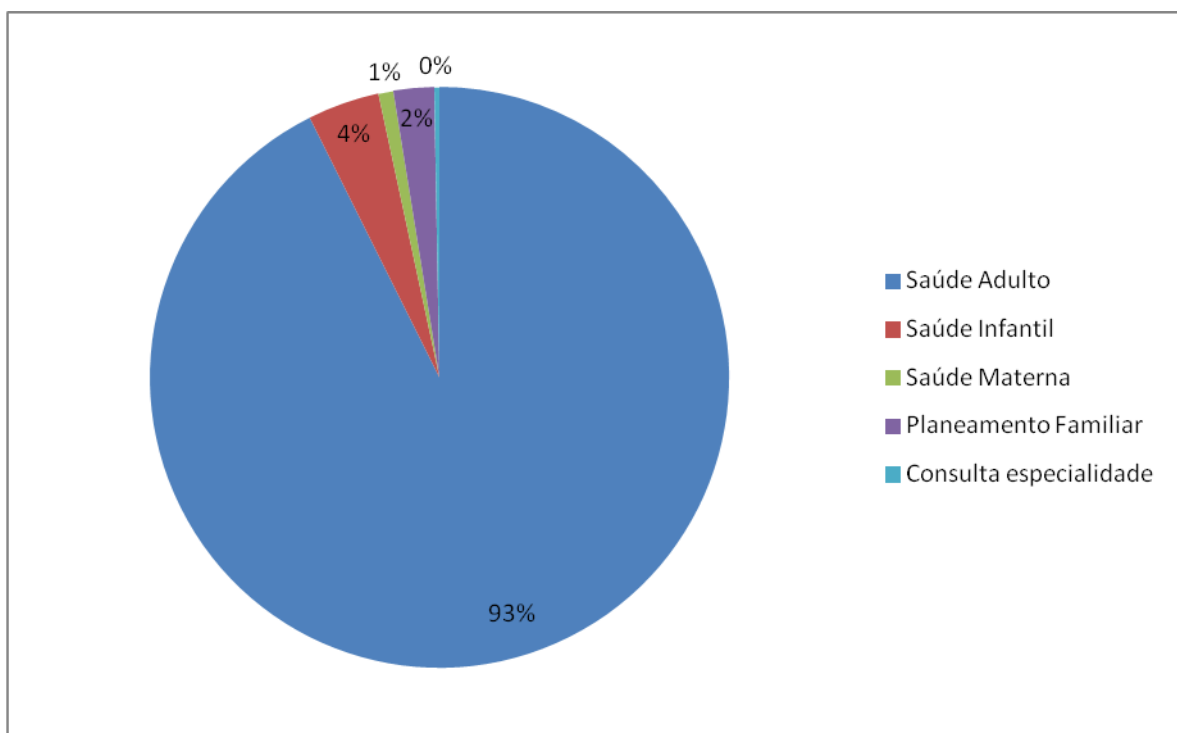
Centros de Saúde	Extensões de Saúde						
	Total	Funcionamento					
		Diário	3 x Semana	2 x Semana	Semanal	Quinzenal	Mensal
Pampilhosa da Serra	2	2	-	-	-	-	-
TOTAL	2	2	-	-	-	-	-

Fonte: UAG do ACES PIN

5.3.5 – Movimento Global do Centro de Saúde Pampilhosa da Serra

Em 31 de dezembro de 2012 estavam inscritos no Centro de Saúde Pampilhosa da Serra 3.955 utentes, tendo sido efetuadas 17.589 consultas, das quais 16.291 foram de doença aguda, o que corresponde a 4,1 consultas por utente. Das consultas realizadas por programa, verificamos pelo Gráfico 1, que 88% destas consultas foram na área de Saúde do Adulto (dentro deste grupo situam-se as consultas de Diabetes e de Hipertensão).

Gráfico n.º 21 - Distribuição das consultas realizadas no Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra, no ano de 2012, por programa



Fonte: SIARS (julho 2013)

5.3.5.1 – Consultas/Visitas domiciliárias

No ano de 2012 registaram-se no Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra 44 consultas/visitas domiciliárias médicas, o que representa 0,25% do total de consultas. O Centro de Saúde apresenta uma taxa de 10,40‰.

Quadro n.º 29 – Distribuição das Consultas médicas domiciliárias por 1000 inscritos, no ano de 2012

CENTRO DE SAÚDE	Nr.	TAXA DE VISITAS (‰)
CS PAMPILHOSA DA SERRA	44	10,4

Relativamente às visitas domiciliárias de enfermagem, o Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra apresenta uma taxa de 146,1‰ (Quadro n.º30).

Quadro n.º 30 – Distribuição das Consultas domiciliárias de enfermagem por 1000 inscritos, no ano de 2012

CENTRO DE SAÚDE	Taxa de visitas (‰)
CS PAMPILHOSA DA SERRA	146,1

Fonte: SIARS (julho 2013)

5.3.5.2 – Consultas Doença Aguda

Em 2012 foram efetuadas 4.368 consultas por doença aguda no Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra (1,1 por utente), que incluem apenas consultas efetuadas em SAP e SAG, e não as consultas do dia. O principal motivo destas consultas (94,11%) foi por doença (Quadro n.º 31).

Quadro n.º 31 - Distribuição das consultas de doença aguda por motivo, no ano de 2012, no Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra

Motivo da consulta	Nr.	%
Doença	4067	94,11
Outra causa	189	4,33
Acidentes de Trabalho	68	1,56
Acidentes escolares	13	0,30
Acidentes de viação	15	0,34
Agressão	16	0,37
Outros acidentes	0	0,00
Violência Doméstica	0	0,00
Acidentes domésticos	0	0,00
TOTAL	4368	100,00

Fonte: SIARS (julho 2013)

5.3.5.3 – Consultas de ambulatório

De acordo com os dados do SIARS, em 2012 e no que concerne à percentagem de consultas efetuadas pelo respetivo Médico de Família, verificou-se que no Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra atingiu-se um valor de 75,1%.

Relativamente à taxa de utilização de consultas, verificamos que o Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra o ACES apresenta um valor de 79,69% (o mais elevado no contexto do ACES PIN).

5.4 – Indicadores de Atividade

Neste capítulo apresentam-se os indicadores de atividade do Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra divididos em três grandes grupos:

Relativamente aos indicadores (eixo nacional), verificaram-se os seguintes resultados no ano de 2012 e conforme assinalados no quadro abaixo.

Quadro n.º 32 - Indicadores do Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra – Eixo Nacional

TIPO	PROGRAMA DE SAÚDE	INDICADOR	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	RESULTADOS CS PAMPILHOSA DA SERRA 2012	RESULTADOS ACES PIN 2012
Desempenho	Transversal	2013.047.V1	Proporção inscritos >= 14 A, c/ hábitos tabágicos	31,11	12,11
Acesso	Transversal	2013.006.V1	Taxa de utilização de consultas médicas - 3 anos	91,49	88,19
Acesso	Transversal	2013.004.V1	Taxa de domicílios enfermagem por 1.000 inscritos	146,10	12,09
Eficiência	Transversal	2013.066.V1	Proporção medicamentos faturados, que são genéricos	29,30	35,76
Desempenho	Transversal	2013.074.V1	Proporção consultas médicas presenciais, com ICPC-2	97,42	86,65
Desempenho	Transversal	2013.053.V1	Proporção inscritos >= 14 A, c/ hábitos alcoólicos	32,23	-
Desempenho	PNV	2013.064.V1	Proporção jovens 14A, c/ cons. méd. vig. e PNV	75,00	43,08
Desempenho	Idosos	2013.056.V1	Proporção idosos, sem ansiolíticos/sedativos / hipnóticos.	47,75	62,09
Eficiência	Transversal	2013.068.V1	Despesa medic. faturados, por utiliz. (PVP)	311,18	206,24
Eficiência	Transversal	2013.069.V1	Despesa MCDTs fatur., por utiliz. SNS (p. conv.)	82,94	53,43

Fonte: SIARS (julho 2013)

Nos indicadores (eixo regional), verificaram-se os seguintes resultados no ano de 2012 e conforme assinalados abaixo.

Quadro n.º 33 – Indicadores do Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra – Eixo Regional

TIPO	PROGRAMA DE SAÚDE	INDICADOR	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	RESULTADOS CS PAMPILHOSA DA SERRA 2012	RESULTADOS ACES PIN 2012
Desempenho	Hipertensão	2013.020.V1	Proporção hipertensos < 65 A, com PA < 150/90	26,95	30,64
Desempenho	S Materna	2013.011.V1	Proporção gráv. c/ consulta méd. vigil. 1º trim.	94,44	80,21
Desempenho	Rastreios	2013.045.V1	Proporção mulheres [25; 60[A, c/ colpoc. (3 anos)	13,10	23,25

Fonte: SIARS (julho 2013)

No eixo local, verificaram-se os seguintes resultados no ano de 2012 e conforme assinalados no quadro n.º 34.

Quadro n.º 34 – Indicadores do CS Pampilhosa da Serra – Eixo Local

TIPO	PROGRAMA DE SAÚDE	INDICADOR	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	RESULTADOS CS PAMPILHOSA DA SERRA 2012	RESULTADOS ACES PIN 2012
Desempenho	S Infantil	2013.014.V1	Proporção RN c/ consulta médica vigilância até 28 dias vida	100,00	75,51
Desempenho	S Infantil	2013.017.V1	Proporção crianças c/ 3+ cons. médica vigilância. 2º ano	56,25	55,66

Fonte: SIARS (julho 2013)

Relativamente aos indicadores (eixo ACES), verificaram-se os seguintes resultados no ano de 2012 e conforme assinalados abaixo.

Quadro n.º 35 – Indicadores do CS Pampilhosa da Serra

TIPO	PROGRAMA DE SAÚDE	INDICADOR	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	RESULTADOS CS PAMPILHOSA DA SERRA 2012	RESULTADOS ACES PIN 2012
Acesso	Transversal	3.12	% consulta pelo Médico de Família	75,10	67,40
Acesso	Transversal	2013.002.V1	Taxa de utilização global de consultas médicas	81,20	74,49
Acesso	Transversal	4.18	Tx visitas dom. medicas/1000 insc.	10,40	0,93
Acesso	Transversal	4.30	Tx visitas dom. enf/1000 insc.	146,10	12,09
Desempenho	Diabetes	5.4M 2	% diab. >=2HbA1C reg. últ 12m	67,24	60,05
Desempenho	Hipertensão	2013.020.V1	Proporção hipertensos < 65 A, com PA < 150/90	26,95	30,64
Desempenho	PNV	2013.027.V1	Proporção crianças 2A, c/ PNV cumprido até 2A	100,00	89,92
Desempenho	Transversal	2013.047.V1	Proporção inscritos >= 14 A, c/ hábitos tabágicos	31,10	12,11
Eficiência	Transversal	7.6 d4	CM medica/ fact (PVP), p/ utiliz	311,18	206,24
Desempenho	S Infantil	4.9M 1m	% crianças c/ 6/+ cons vig SI 0-11m	76,92	57,41
Acesso	PF	3.22M	Tx cons. enf PF (Mulheres 15-49a)	17,95	28,00
Desempenho	Rastreios	5.2M	% mulh Vig PF 25-49 c/ colpocit. atualiz.	28,51	54,37
Desempenho	S Materna	4.22M	% gráv. c/ 6/+ cons. enf Prog SM	0,0	75,64
Desempenho	S Materna	6.4	% gráv. c/ revisão puerpério ef.	50,00	34,91

Desempenho	S Materna	4.33	% domicil. enf real.a puérperas vig na USF	0,0	10,69
Desempenho	S Infantil	6.13	% diagn. precoces (THSPKU) até 7dia recém-nasc	50,00	69,92
Desempenho	S Infantil	4.34M	% domicil. enf real.a recém-nasc até aos 15d vida	0,0	7,29

Fonte: SIARS (julho 2013)

Relativamente aos indicadores financeiros, verificaram-se os seguintes resultados no ano de 2012 e conforme assinalados no quadro n.º 36.

Quadro n.º 36 – Indicadores do CS Pampilhosa da Serra (Financeiros)

TIPO	PROGRAMA DE SAÚDE	INDICADOR	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	RESULTADOS CS PAMPILHOSA DA SERRA 2012	RESULTADOS ACES PIN 2012
Desempenho	S Infantil	4.10M 1m	% Crianças c/ 3/+ cons med vig SI 2ªa	60,00	63,89
Desempenho	S Infantil	5.13M2	% Inscritos 2a c/ peso e alt. reg. últ 12m	81,25	73,18
Desempenho	Diabetes	6.19M	% diabéticos 18-75a c/ consulta enfermagem	24,49	79,42
Desempenho	Diabetes	5.7	% diabéticos c/ >=1exame pés no ano	33,06	62,89
Desempenho	Hipertensão	5.10M i(f)	% hipertensos com PA em cada semestre	64,22	54,22
Desempenho	Hipertensão	5.13M1	% hipert. c/ reg. IMC últ 12 m	44,81	61,03
Desempenho	PNV	6.2M	% hipert. >=25a c/ vac. antitetânica actualz	94,69	90,37

Fonte: SIARS (julho 2013)

Relativamente aos outros indicadores (CCS do ACES PIN), verificaram-se os seguintes resultados no ano de 2012 e conforme assinalados no quadro abaixo.

Quadro n.º 37 – Indicadores Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra (CCS)

TIPO	PROGRAMA DE SAÚDE	INDICADOR	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	RESULTADOS CS PAMPILHOSA DA SERRA 2012	RESULTADOS ACES PIN 2012
Desempenho	PNV	2013.028.V1	Proporção crianças 7A, c/ PNV cumprido até 7A	100,00	92,62
Desempenho	Idosos	2013.067.V1	Proporção idosos, sem prescrição trimetaz. (1 ano)	92,38	92,18
Eficiência	Transversal	7.6 d3	% Consumo (qtd) medic genericos	29,57	35,76

Fonte: SIARS (julho 2013)

5.4.1 – Indicadores Programas do ACES PIN

5.4.1.1 - Saúde Escolar

O Programa Nacional de Saúde Escolar (PNSE) tem como objetivo primordial a implementação de estratégias que promovam a melhoria da saúde das crianças, dos jovens e da restante comunidade educativa. Os jardins de infância, escolas do Ensino Básico, do Ensino Secundário e instituições com intervenção na população escolar são a população alvo, não esquecendo toda a comunidade educativa (PNSE, 2006). Neste contexto, as equipas de saúde escolar dos centros de saúde em parceria com as escolas promovem o desenvolvimento de atividades assentes na vigilância e proteção da saúde e na aquisição de conhecimentos, capacidades e competências em promoção da saúde.

Da análise do Relatório Final de Atividades do PNSE – Equipa Saúde Escolar CS Pampilhosa da Serra, do ano letivo 2012/2013, concluiu-se que as atividades desenvolvidas neste ano letivo, ficaram condicionadas pela escassez de recursos humanos disponíveis no Centro de Saúde, mas que será certamente alterada futuramente, dada a colocação de novos profissionais de saúde.

Apresentamos de seguida metas e indicadores atingidos no ano letivo 2012/2013:

- 100 % dos estabelecimentos de ensino estiveram abrangidos por atividades de Saúde Escolar;
- 98 % das crianças matriculadas no Ensino Pré-Escolar e 96 % das crianças que completaram os 6 anos, tinham o seu calendário vacinal atualizado, 95 % as crianças que completaram 13 anos, tinham o seu calendário vacinal atualizado.
- 83 % das crianças que completaram os 6 anos têm Exame Global de Saúde realizado, 95 % das crianças que completaram os 13 anos têm Exame Global de Saúde realizado;
- Ocorreram 6 acidentes nas escolas (reporte ao SASE), tendo todos sido tratados pelos serviços de Saúde Serviços de Saúde;
- 100 % dos estabelecimentos escolares, foram avaliados quanto às suas condições de higiene, saúde e segurança;

- Foram realizadas ações de formação sobre “Educação Alimentar” no âmbito do projeto de “Prevenção do Excesso de Peso”;
- Dos 20 - 1.ºs cheques dentista emitidos a crianças com 7 anos, só 9 foram utilizados (45%);
- Dos 22 - 1.ºs cheques dentista emitidos a crianças com 10 anos, só 11 foram utilizados (45%);
- Dos 18 - 1.ºs cheques dentista emitidos a crianças com 13 anos, só 7 foram utilizados (39%);
- Do total de 60 - 1.ºs cheques dentista emitidos a crianças escolarizadas com 7, 10 e 13 anos de idade, só 27 foram utilizados (45%).

5.5 – Indicadores de impacto ou de resultado

Os indicadores escolhidos, traduzem a relação entre uma atividade desenvolvida, uma situação específica ou resultado específico e uma população em risco. Estes indicadores descrevem o nível de saúde de uma comunidade.

Os indicadores seguidamente apresentados são indicadores de impacto ou de resultado, que medem as alterações verificadas nos problemas de saúde da população da Pampilhosa da Serra (e nalgumas situações no conjunto da área de abrangência do ACES PIN).

Segundo os dados do INE, no ano de 2012, em Pampilhosa da Serra ocorreram 141 óbitos, a que correspondeu uma taxa bruta de mortalidade de 35,7‰.

Relativamente às taxas quinquenais de mortalidade geral (2006-2010) verificou-se que a Pampilhosa da Serra apresentava valores superiores às taxas do ACES PIN, regional e nacional (Quadro n.º 38).

Quadro n.º 38 - Óbitos totais e taxa de mortalidade geral por quinquénios (2006-2010)

ZONA GEOGRÁFICA	2006-2010	
	O	TMG
Pampilhosa da Serra	542	23,05
PINHAL INTERIOR NORTE	9405	14,09
REGIÃO CENTRO	100136	11,45
CONTINENTE	497954	9,97

Fonte: INE (Anuário Estatístico 2011)

Em relação à taxa de mortalidade geral padronizada pela idade para ambos os sexos, verificou-se em 2011, que a Pampilhosa da Serra apresentava valores superiores às taxas do ACES PIN, regional e nacional (Quadro n.º 46)

Quadro n.º 39 - Taxa de mortalidade padronizada pela idade para ambos os sexos, em 2011

ZONA GEOGRÁFICA	TAXA DE MORTALIDADE PADRONIZADA
Pampilhosa da Serra	676,3
ACES PINHAL INTERIOR NORTE	581,9
CENTRO	545,6
CONTINENTE	551,5

Fonte: INE (2012)

Relativamente à taxa de mortalidade infantil no quinquénio 2006-2010, Relativamente à taxa de mortalidade infantil no quinquénio 2006-2010, a Pampilhosa da Serra apresentou um valor de 0‰ (Quadro n.º 40).

Quadro n.º 40 - Óbitos com menos de 1 ano e taxa de mortalidade infantil, por quinquénios (2006-2010)

ZONA GEOGRÁFICA	2006-2010	
	O	TMG
Pampilhosa da Serra	0	0,00
PINHAL INTERIOR NORTE	8	1,59
REGIÃO CENTRO	204	2,82
CONTINENTE	1576	3,24

Fonte: INE (Anuário Estatístico 2011)

Relativamente às taxas de mortalidade por tumores malignos e doenças do aparelho circulatório, a Pampilhosa da Serra apresentava valores superiores às taxas do ACES PIN, regional e nacional (Quadro n.º 41).

Quadro n.º 41 - Taxa bruta de mortalidade por doenças do aparelho circulatório e tumores malignos

ZONA GEOGRÁFICA	DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATÓRIO	TUMORES MALIGNOS
	MÉDIA 2003-2010	MÉDIA 2003- 2010
Pampilhosa da Serra	9,18	3,61
PINHAL INTERIOR NORTE	4,72	2,75
REGIÃO CENTRO	3,81	2,29
CONTINENTE	3,34	2,22

Fonte: INE (Anuários estatísticos da Região Centro)

No que concerne às taxas de mortalidade por algumas causas, antes dos 65 anos de idade, ocorridas entre os anos de 2006 e 2009, verifica-se que no território do ACES PIN, destacaram-se as doenças atribuíveis ao álcool, AVC e cancro do cólon e reto (Quadro n.º 42).

Quadro n.º 42 – Mortalidade por algumas causas, ACES PIN (2006-2009)%₀₀₀

TAXA BRUTA DE MORTALIDADE POR AVC ANTES DOS 65 ANOS					
ZONA GEOGRÁFICA	2006	2007	2008	2009	Média 2006-2009
CONTINENTE	10	9	9	11,0	9,75
REGIÃO CENTRO	10	9	8	11,3	9,58
PINHAL INTERIOR NORTE	11,02	5,87	7,16	13,41	9,37
TAXA BRUTA DE MORTALIDADE POR CANCRO DO CÓLON E RETO ANTES DOS 65 ANOS					
CONTINENTE	7	7	7	8,5	7,38
REGIÃO CENTRO	7	7	7	8,5	7,38
PINHAL INTERIOR NORTE	7,24	6,53	6,46	11,50	7,93
TAXA BRUTA DE MORTALIDADE POR DOENÇA ISQUÉMICA CARDÍACA ANTES DOS 65 ANOS					
CONTINENTE	10	10	9	10,7	9,93
REGIÃO CENTRO	5	4	5	5,7	4,93
PINHAL INTERIOR NORTE	5,20	5,99	2,88	5,77	4,96
TAXA BRUTA DE MORTALIDADE POR DOENÇAS ATRIBUÍVEIS AO ÁLCOOL ANTES DOS 65 ANOS					
CONTINENTE	11	11	12	14,7	12,18
REGIÃO CENTRO	10	11	14	15,5	12,63
PINHAL INTERIOR NORTE	15,78	17,91	14,55	15,37	15,90
TAXA BRUTA DE MORTALIDADE POR HIV/SIDA ANTES DOS 65 ANOS					
CONTINENTE	6	7	6	7	6,50
REGIÃO CENTRO	2	2	2	2,2	2,05
PINHAL INTERIOR NORTE	2,21	0,69	2,78	0,93	1,65
TAXA BRUTA DE MORTALIDADE POR SUICÍDIO ANTES DOS 65 ANOS					
CONTINENTE	4	5	5	6,6	5,15
REGIÃO CENTRO	4	4	5	7,8	5,20
PINHAL INTERIOR NORTE	5,55	4,49	6,56	11,50	7,02

Fonte; Websig (mapas interativos)

Relativamente aos óbitos de residentes no ACES PIN, no ano de 2011, verifica-se que as doenças do aparelho circulatório e os tumores malignos são as duas principais causas de morte, coincidindo neste aspeto com o verificado na Região Centro (Quadro n.º 41 e Gráfico n.º 22).

Quadro n.º 43 - Óbitos de residentes no ACES PIN e Região Centro, por algumas causas de morte, no ano de 2011

CAUSAS DE MORTE	ACES		REGIÃO CENTRO	
	Nr.	%	Nr.	%
Óbitos totais	1788		26356	
Doenças do aparelho circulatório	522	29,2	8035	30,5
Tumores malignos	387	21,6	6065	23,0
Acidentes, lesões, envenenamentos e suicídios	83	4,6	1069	4,1
<i>Suicídio*</i>	12	14,5	238	22,3
Diabetes	57	3,2	1128	4,3
Doenças do aparelho respiratório	282	15,8	3341	12,7
Doenças do aparelho digestivo	101	5,6	1165	4,4
Outras	356	19,9	5553	21,1

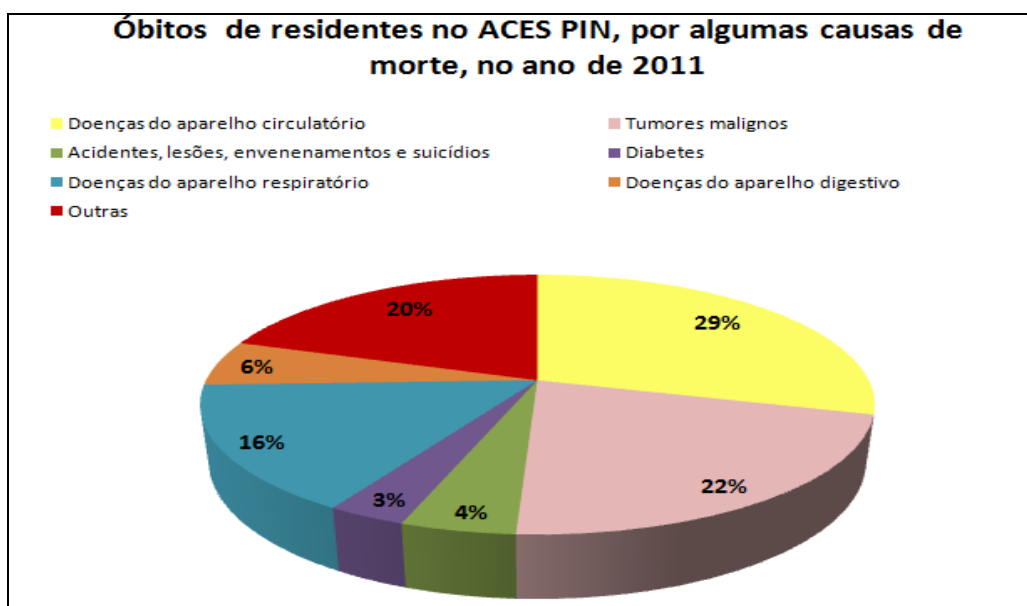
**Item individualizado em relação à causa de morte "Acidentes, lesões, envenenamentos e suicídios"*

Fonte: INE – DGS/MS, PORDATA

Última atualização: 2012-11-14

Tendo em conta o Quadro n.º 44 verifica-se que a taxa de anos potenciais de vida perdidos era superior à da Região Centro e do Continente.

Gráfico n.º 22 – Óbitos de residentes no ACES PIN, por algumas causas de morte, no ano de 2011



Fonte: INE – DGS/MS, PORDATA

Última atualização: 2012-11-14

A maioria dos óbitos ocorre por doenças do aparelho circulatório, seguido dos tumores malignos e outras.

Quadro n.º44 - Anos potenciais de vida perdidos até aos 70 anos, em 2011 (todas as causas e morte)%₀₀₀

ZONA GEOGRÁFICA	ANOS POTENCIAIS DE VIDA PERDIDOS	
	Nr. Absolute	Taxa
Pampilhosa da Serra	167	5632,4
ACES PINHAL INTERIOR	4350	4113,0
NORTE	56208	3873,2
CENTRO	332606	3848,0
CONTINENTE		

Fonte: INE (2011)

No que diz respeito à incidência de algumas patologias e internamento, entre os anos de 2007 e 2010, os dados obtidos permitem concluir que a incidência de amputações major em diabéticos, abaixo dos 65 anos era superior no ACES PIN, comparativamente à região centro e continente. Relativamente às outras patologias e internamentos apresentados

no Quadro n.º 45, o ACES PIN apresentava valores inferiores ao da Região Centro e Continente.

Quadro n.º 45 - Incidência de algumas patologias e internamento

AMPUTAÇÕES MAJOR EM DIABÉTICOS, ABAIXO DOS 65 ANOS (APENAS SNS) (2007-2010)					
	2007	2008	2009	2010	Média 2007-2010
CONTINENTE	0,97	0,96	0,85	0,61	0,85
REGIÃO CENTRO	1,03	1,07	0,97	0,65	0,93
PINHAL INTERIOR NORTE	1,52	2,23	1,68	0,81	1,56
INCIDÊNCIA DE AVC, ABAIXO DOS 65 ANOS (APENAS SNS) (2007-2010)					
CONTINENTE	9,14	9,05	9,39	9,02	9,15
REGIÃO CENTRO	9,09	8,39	8,75	8,01	8,56
PINHAL INTERIOR NORTE	9,09	7,66	9,22	6,76	8,18
INTERNAMENTOS POR AVC (APENAS SNS) (2007-2009)					
CONTINENTE	32,4	32,3	31,4		32,0
REGIÃO CENTRO	37,8	36,9	35,7		36,8
PINHAL INTERIOR NORTE	35,60	33,13	33,07		25,45
INTERNAMENTOS POR DOENÇA ISQUÉMICA CARDÍACA, ENFARTE, ANGINA E OUTROS, ABAIXO DOS 65 ANOS (APENAS SNS) (2007-2009)					
CONTINENTE	17,0	17,2	16,0		16,7
REGIÃO CENTRO	15,6	16,9	17,4		16,6
PINHAL INTERIOR NORTE	8,89	12,43	13,36		8,67

Fonte: Websig (mapas interativos)

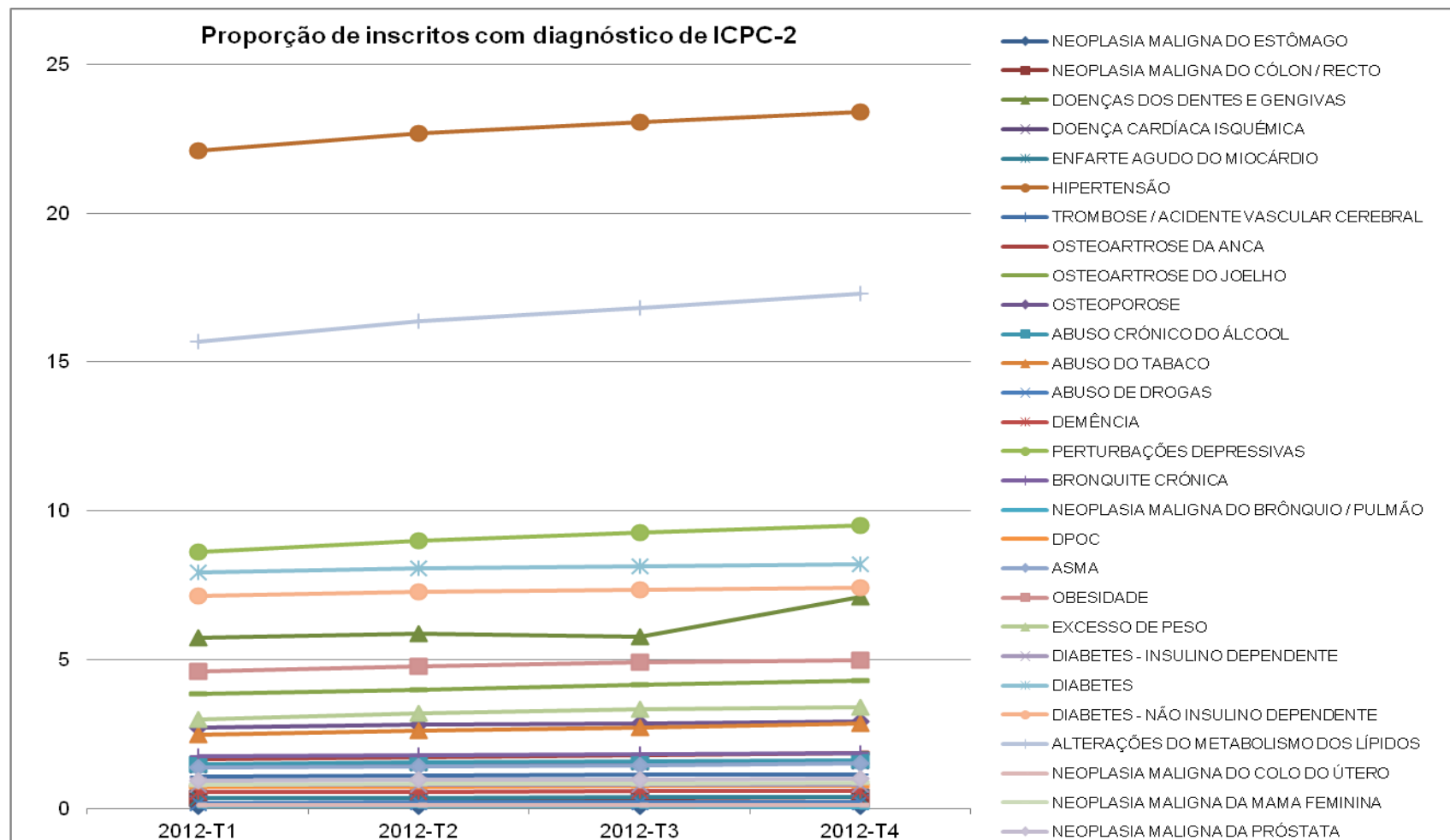
Após análise do Quadro n.º 46 e do Gráfico n.º 23, verificamos que no ACES PIN, no ano de 2012, as morbilidades com maior número de registo de consulta, ICPC-2, foram a hipertensão (23,4%), as alterações do metabolismo dos lípidos (17,3%) e as perturbações depressivas (9,5%).

Quadro n.º 46 - Proporção de inscritos com diagnóstico de ICPC-2 (doença e determinantes de saúde)

			Proporção (%)			
ICPC-2	Nº Ind	Designação do indicador	2012-T1	2012-T2	2012-T3	2012-T4
K86+K87	8	HIPERTENSÃO	22,1	22,7	23,1	23,4
T93	5	ALTERAÇÕES DO METABOLISMO DOS LÍPIDOS	15,7	16,4	16,8	17,3
P76	9	PERTURBAÇÕES DEPRESSIVAS	8,6	9,0	9,3	9,5
T89+T90	14	DIABETES	7,9	8,0	8,1	8,2
T90	15	DIABETES - NÃO INSULINO DEPENDENTE	7,1	7,3	7,3	7,4
D82	29	DOENÇAS DOS DENTES E GENGIVAS	5,7	5,9	5,8	7,1
T82	7	OBESIDADE	4,6	4,8	4,9	5,0
L90	26	OSTEOARTROSE DO JOELHO	3,8	4,0	4,1	4,3
T83	6	EXCESSO DE PESO	3,0	3,2	3,3	3,4
L95	28	OSTEOPOROSE	2,7	2,8	2,9	2,9
P17	3	ABUSO DO TABACO	2,5	2,6	2,7	2,9
R79	12	BRONQUITE CRÓNICA	1,8	1,8	1,8	1,8
L89	27	OSTEOARTROSE DA ANCA	1,6	1,7	1,8	1,8
P15	2	ABUSO CRÓNICO DO ÁLCOOL	1,5	1,5	1,6	1,6
K74+K76	19	DOENÇA CARDÍACA ISQUÉMICA	1,4	1,5	1,5	1,6
R96	11	ASMA	1,4	1,4	1,4	1,5
K90	17	TROMBOSE / ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL	1,1	1,1	1,1	1,1
Y77	20	NEOPLASIA MALIGNA DA PRÓSTATA	0,9	1,0	1,0	1,0
X76	23	NEOPLASIA MALIGNA DA MAMA FEMININA	0,8	0,8	0,8	0,9
T89	16	DIABETES - INSULINO DEPENDENTE	0,8	0,8	0,8	0,8
R95	13	DPOC	0,7	0,7	0,7	0,8
P70	10	DEMÊNCIA	0,5	0,6	0,6	0,6
K75	18	ENFARTE AGUDO DO MIOCÁRDIO	0,3	0,4	0,4	0,4
D75	22	NEOPLASIA MALIGNA DO CÓLON / RETO	0,3	0,3	0,4	0,4
P19	4	ABUSO DE DROGAS	0,2	0,2	0,2	0,2
X75	21	NEOPLASIA MALIGNA DO COLO DO ÚTERO	0,1	0,1	0,1	0,1
D74	25	NEOPLASIA MALIGNA DO ESTÔMAGO	0,1	0,1	0,1	0,1
R84	24	NEOPLASIA MALIGNA DO BRÔNQUIO / PULMÃO	0,1	0,1	0,1	0,1

Fonte: SIARS (dados recolhidos em 18 de junho de 2013)

Gráfico n.º 23 - Proporção de inscritos com diagnósticos de ICPC-2



Fonte: SIARS (dados recolhidos em 18 de junho de 2013)

6. Indicadores de Ação Social (Equipamentos/ Respostas)

Ao nível dos equipamentos e respostas sociais, o concelho de Pampilhosa da Serra conta com três Instituições particulares de Solidariedade Social (IPSS) que integram a rede solidária referente a todas as instituições que desenvolvem atividades e possuem respostas sociais se encontram enquadradas na nomenclatura aprovada pelo MTSS: **Associação de Solidariedade Social de Dornelas do Zêzere (ASSDZ)**; **Cáritas Diocesana de Coimbra (CDC)** e a **Santa Casa da Misericórdia de Pampilhosa da Serra (SCMPS)**.



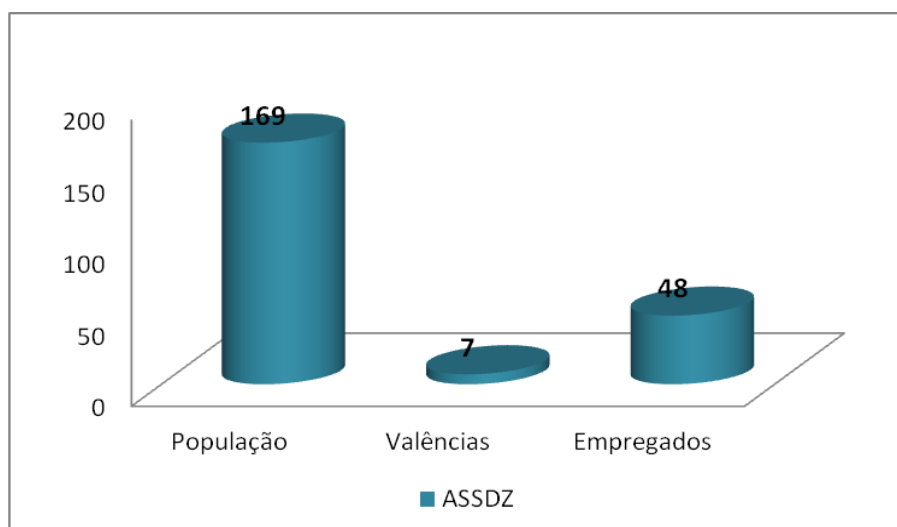
A Associação de Solidariedade Social de Dornelas do Zêzere, criada em 1982, é fruto da continuidade de um trabalho que se vinha realizando na freguesia desde 1970, por um grupo de Dornelenses, um dos quais foi durante muito tempo o Presidente da instituição.

A sua atividade iniciou com serviços de Centro de Dia, Apoio Domiciliário, Creche e jardim de infância num edifício que, foi posteriormente reconstruído e adaptado de modo a poder funcionar, também, como Lar. Foram ainda criadas as valências de Centro de Dia e Apoio Domiciliário na localidade de Portas do Souto. Posteriormente, em 1999, foi criado o Centro de Atividades Lúdicas e, em 2002, mediante acordo de cooperação com a Administração Regional de Saúde, passou a funcionar com um Posto Médico de assistência aos idosos, e em caso de urgência, à comunidade. Mais tarde, foi construído o Centro de Acolhimento Temporário para acolhimento de crianças e jovens em risco.

Desempenha também um importante papel na área da formação dinamizando cursos de formação profissional junto dos funcionários bem como cursos de formação dirigidos à restante Comunidade.

Atualmente esta Instituição conta com um quadro pessoal de 48 funcionários para uma população de 169 utentes distribuídos por 7 valências.

Gráfico n.º 24 - Caracterização da ASSDZ.

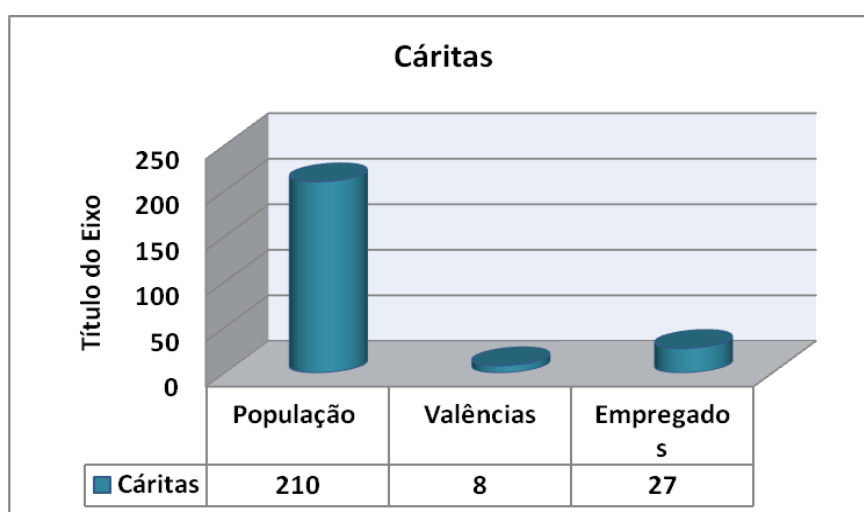


Fonte: ASSDZ, 2013



A Cáritas Diocesana de Coimbra²⁷, atua ao nível do concelho de Pampilhosa da Serra através da dinamização de diversos equipamentos sociais dirigidos a diferentes públicos alvo: crianças, jovens e idosos e conta com um quadro de pessoal de 27 funcionários para uma população de 210 utentes (a maioria são do Centro de Ocupação Juvenil) distribuídos por 8 valências.

Gráfico n.º 25 - Caracterização da Cáritas Diocesana de Coimbra.



Fonte: Núcleo Executivo, 2010

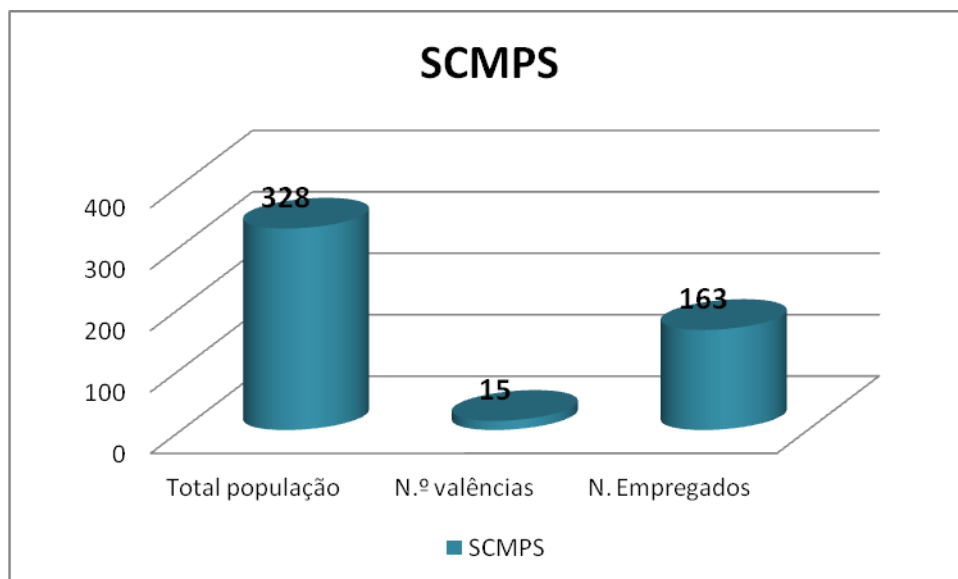
²⁷ Dados referentes ao ano de 2010, por não terem sido disponibilizados dados mais recentes.



A **Santa Casa da Misericórdia de Pampilhosa da Serra** iniciou a sua atividade enquanto instituição Particular de Solidariedade Social Sem Fins Lucrativos com as valências de Lar de Idosos e Centro de Dia, em 1981. Em 1991 viria a integrar nos quadros, pela primeira vez, um técnico com formação em serviço social.

Atualmente conta com um quadro de pessoal bastante alargado, distribuído por diferentes categorias, num universo total de 163 funcionários, o que revela um aumento de 39 postos de trabalho. Conta com 15 valências e um total de 328 utentes.

Gráfico n.º 26 - Caracterização da Santa Casa da Misericórdia de Pampilhosa da Serra.



Fonte: SCMPS, 2013

Desempenha também um importante papel na área da formação através da empresa de inserção “APISERRA” ativa desde o ano de 1999. Tem por objetivo a reinserção socioprofissional de desempregados de longa duração ou em situação de desfavorecimento face ao mercado de trabalho. ***Funciona em duas fases: uma fase de Formação com duração de 6 meses, e uma fase de profissionalização com contrato de 6 meses renovável, num total de 18 meses, após os quais as pessoas podem ser integradas na Instituição.***

Ao longo da sua atividade, a empresa formou um total de 82 pessoas, das quais 37 foram admitidas na Instituição. Em 2013, encontravam-se 7 pessoas na fase de profissionalização e 6 na fase de formação.

6.1. Infância e Juventude

No concelho de Pampilhosa da Serra existem 10 respostas sociais na área da infância e juventude, dos quais 5 são centros de atividades de tempos livres em que 4 possuem acordos de colaboração e 1 é gerida pelo Município, não possuindo acordos de colaboração.

Quadro n.º 47 – Número de equipamentos sociais para a infância e Juventude por instituição, capacidade/ocupação.

Instituição	Freguesia	Número de Frequentadores	Capacidade
ASSDZ	Dornelas do Zêzere	Creche - 17	20
		Educação Pré-Escolar - 24	25
		CAT - 9	10
		ATL (Férias) - 19	26
		ATL - 20	40
SCMPS Casa da Criança	Pampilhosa da Serra	Creche - 28	32
		Educação Pré-Escolar - 18	20
Cáritas Diocesana de Coimbra	Pampilhosa da Serra	ATL do 1º Ciclo – 30	30
		ATL do 2º e 3º Ciclo - 70	
Município de Pampilhosa da Serra	Pampilhosa da Serra	Ludoteca - 48	60

Fonte: IPSS, 2013

Podemos verificar que o Concelho possui ainda duas creches com capacidade para 52 crianças, contando com uma frequência de 45.

Na educação pré-escolar existem também duas respostas sociais com capacidade para 45 crianças e com frequência de 42 crianças.

Para crianças e jovens em situação de perigo existe um **Centro de Acolhimento Temporário** em que a capacidade é para 10 crianças e frequentam 9.

No entanto, não existem respostas sociais ao nível de lar de infância e juventude, centro de apoio familiar e aconselhamento parental, acolhimento familiar e unidade de emergência.

No que se refere a crianças e jovens com deficiência não existe nenhuma resposta social no concelho, nomeadamente, centro de estimulação precoce, estimulação precoce de jovens deficientes em ambiente integrado e na área de atividades pré-profissionais, lar de apoio, ATL para autistas e transporte de pessoas com deficiência.

6.2. População Adulta

6.2.1. Pessoas Idosas

O Concelho de Pampilhosa da Serra conta com 21 respostas sociais dirigidas à Terceira Idade e estão distribuídas pelas três Instituições que operam no Concelho: Associação de Solidariedade Social de Dornelas do Zêzere, Santa Casa de Misericórdia de Pampilhosa da Serra e Cáritas Diocesana de Coimbra.

Quadro n.º 48 - Número de equipamentos sociais para pessoas idosas por instituição, valência, capacidade/ocupação, número de utentes com e sem acordos.

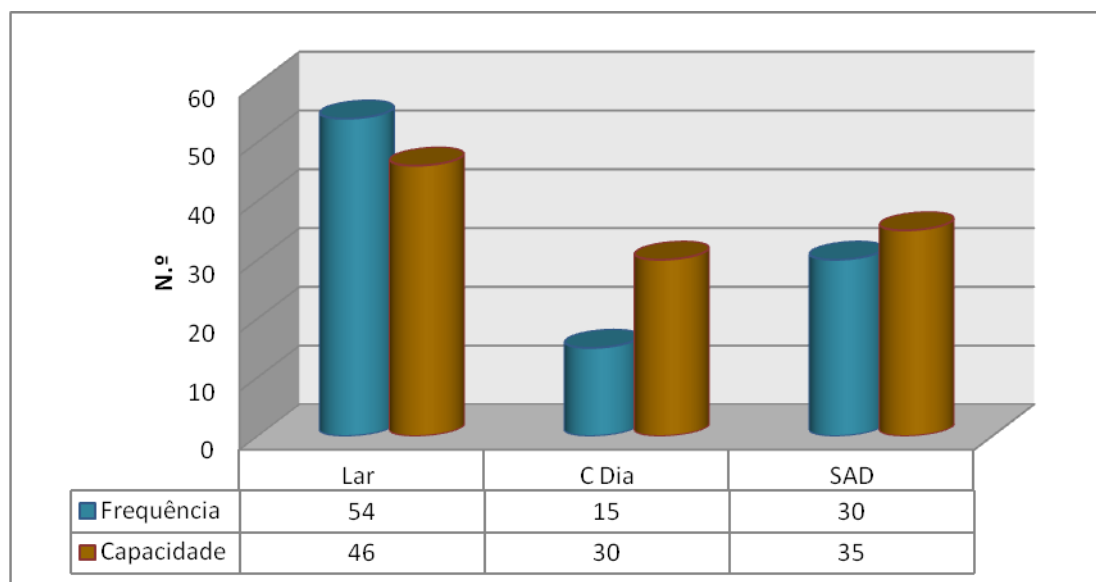
Instituição	Freguesia	Tipologia/Número de Frequentadores	Capacidade (acordo com segurança social)	Utentes sem acordo
ASSDZ	Dornelas do Zêzere	Lar de Idosos – 54	46	5
		Centro de Dia – 15	30	
		SAD - 30	35	
Cáritas Diocesana de Coimbra	Portela do Fojo	Centro de Dia – 5	15	
	Unhais-O-Velho	SAD - 30	33	
		Centro de Convívio - 15	16	
	Vidual	Centro de Dia - 37	34	
SCMPS	Pampilhosa da Serra	SAD - 28	40	
	Pampilhosa da Serra	Lar de Idosos - 118	92	26
	Pampilhosa da Serra	Lar Residencial - 2	2	
	Pampilhosa da Serra	Unidade Cuidados Continuados - 30	30	30
	Janeiro de Baixo	Centro de Dia Porto de Vacas - 11	10	1
		Centro de Dia janeiro de Baixo - 9	5	
		SAD - 7	2	5
SCMPS	Cabril	Centro de Dia - 5	5	
		SAD - 15	10	5
	Fajão	Centro de Dia - 17	14	
		SAD - 10	10	
	Pessegueiro	SAD - 14	25	
	Machio de Cima	SAD - 16	20	
Total		20		

Fonte: IPSS, 2013

Quanto ao número de equipamentos geridos pela Associação de Solidariedade Social de Dornelas do Zêzere, verifica-se que o Lar tem uma frequência maior que a sua capacidade. O mesmo não se verifica quer no Centro de Dia quer na SAD que apresentam uma capacidade maior que a frequência.

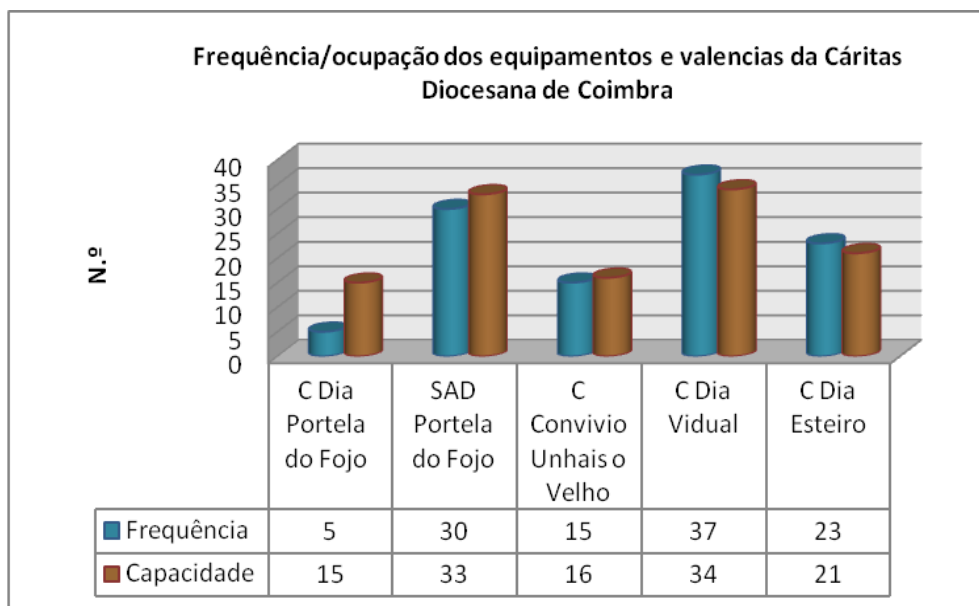
Ao nível da terceira idade, encontra-se em fase de finalização um lar de idosos sito na localidade de carregal, freguesia de Dornelas do Zêzere com capacidade 43 idosos cujo inicio de atividade está prevista para o ano de 2015.

Gráfico n.º 27 - Número de equipamentos sociais para pessoas idosas por valência, capacidade/ocupação dinamizados pela ASSDZ.



FONTE: IPSS, 2013

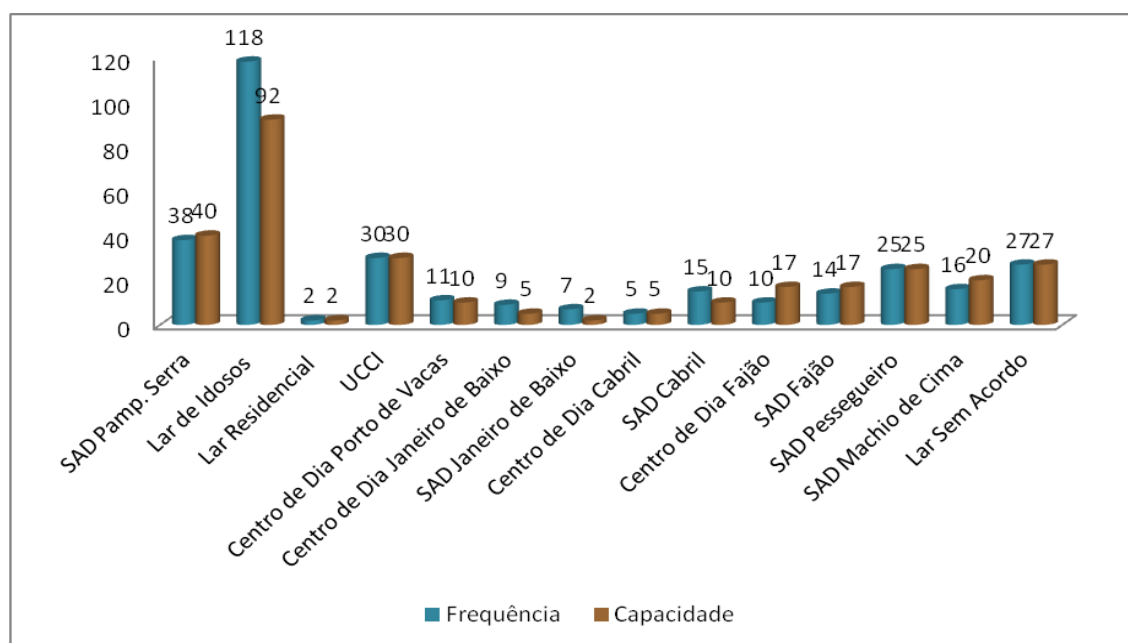
Gráfico n.º 28 - Número de equipamentos sociais para pessoas idosas por valência, capacidade/ocupação dinamizados pela Cáritas Diocesana de Coimbra.



FONTE: IPSS, 2010

Relativamente aos equipamentos e respostas sociais geridas pela Cáritas Diocesana de Coimbra, verifica-se que em 2010 no Centro de Dia de Portela do Fojo tinha uma frequência inferior à capacidade. O Serviço de Apoio Domiciliário, por sua vez, tinha uma frequência superior à capacidade. O Centro de Dia do Vidual que serve a freguesias de Unhais – o-Velho e uma localidade da Freguesia de Fajão, a localidade da Covanca, também tinha uma frequência superior à capacidade.

Gráfico n.º 29 - Número de equipamentos sociais para pessoas idosas por valência, capacidade/ocupação dinamizados pela SCMPs.



FONTE: IPSS - SCMPs

Quanto aos equipamentos e respostas sociais geridas pela Santa Casa da Misericórdia de Pampilhosa da Serra, pode verificar-se que o lar de idosos tem uma frequência superior à sua capacidade. Refira-se que a nível residencial, a instituição conta ainda com um lar que não possui acordos com a segurança social com capacidade para 27 idosos, encontrando-se as vagas preenchidas.

A Unidade Cuidados Continuados Integrados tem o mesmo número de frequência que o de capacidade, ou seja, número de acordos sendo que neste caso a instituição não possui acordos para 5 camas o que lhe permite gerir essas vagas de forma que achar mais conveniente.

Quanto à resposta Centro de Dia mantém uma situação de equilibrada quanto à capacidade e frequência sendo que o serviço de apoio domiciliário apresenta em alguns casos (Janeiro de Baixo, Cabril e Pessegueiro uma frequência acima ou igual à da capacidade).

Quadro n.º 49 - Número de respostas sociais a criar no futuro no Concelho.

Instituição	Freguesia	Tipo de Resposta
ASSDZ	Dornelas do Zêzere	Centro de Atividades Ocupacionais
Cáritas Diocesana de Coimbra	Portela do Fojo	Lar de Idosos
Total		2

FONTE: IPSS

A Associação de Solidariedade Social de Dornelas do Zêzere e a Cáritas Diocesana de Coimbra têm em vista a criação de mais 2 respostas sociais, na sua maioria dirigidas à população idosa, sendo que no caso da Cáritas Diocesana de Coimbra a estrutura do edifício encontra-se concluída.

6.2.2. Pessoas Adultas com Deficiência

O problema da deficiência caracteriza-se enquanto problema que é vivenciado no seio familiar, sendo que a família assume culturalmente um papel importante no que diz respeito a garantir a segurança e o bem – estar do cidadão portador de deficiência. Quando esta está ausente, são as instituições locais que procuram assegurar esses aspetos, uma vez que não existem no concelho estruturas de acolhimento e acompanhamento específico para estas situações. Em alguns casos são encaminhadas para serviços especializados localizados fora do concelho, de que é exemplo a ARCIL (Associação de Reabilitação do Cidadão Inadaptado da Lousã).

Quadro n.º 50- Distribuição de processos por escalão etário em acompanhamento pela ARCIL em 2013, de acordo com tipologia de resposta e deficiência.

Programa	Tipo deficiência	Grupo etário			
		10 - 19	20 – 29	30 - 39	40- 49
CAO ²⁸	Mental Grave	0	1	0	1
	Mental moderada	1	1	2	0
	Mental ligeira	0	1	0	0
	Mental ligeira/ Musculo esquelética	0	0	0	1
	Motora / Visual	0	1	0	0
CRI ²⁹	Linguagem (apoio psicológico e terapia da fala)	1	0	0	0
	Apoio psicológico	1	0	0	0
	Mental	5	0	0	0
	Multideficiência	1	0	0	0
	Motora	1	0	0	0
	Apoio psicológico e terapia da fala	2	0	0	0
	Mental (terapia ocupacional)	1	0	0	0
	Auditiva	1	0	0	0
	Terapia da fala	1	0	0	0

Fonte: ARCIL

Também as Instituições de Solidariedade Social do Concelho têm desempenhado um papel importante na prestação de serviços e acolhimento de pessoas portadoras de deficiência, cuja estatística não nos foi possível apurar.

²⁸ CAO – Centro Atividades ocupacionais- resposta social que tem como objetivo proporcionar condições para um aumento da qualidade de vida de pessoas com paralisia cerebral ou situações neurológicas afins com mais de 16 anos.

²⁹ CRI – Centro de Recursos para a Inclusão – estruturas de apoio que assentam na perspetiva de prestação de serviços complementares aos oferecidos pelas escolas do ensino publico que atuam de forma integrada com a comunidade no âmbito da resposta educativa e social aos alunos com Necessidades Educativas Especiais de Caracter Permanente, de acordo com o Decreto Lei n. 3/2008 de 7 janeiro

Quadro n.º 51- Número de alunos no agrupamento de Escolas Escalada integrados no DL n.º 3/2008 de 7 de janeiro.

Alunos abrangidos por medidas do DL nº3º/2008, de 7 de janeiro		
Masculino	Feminino	TOTAL
11	7	18

Fonte: Agrupamento de Escolas

Refira-se ainda, que existem 18 crianças apoiadas devido às suas dificuldades graves as quais são integradas em medidas educativas específicas ao abrigo do DL n.º 3/2008 de 7 janeiro.

Para pessoas adultas com deficiência existe no Concelho um lar residencial com capacidade para dois utentes que possuem acordo. No entanto, não existe unidade de reabilitação para deficientes profundos, centro de atividades ocupacionais, centro de formação pré-profissional e profissional, apoio ocupacional domiciliário, centro de reabilitação de paralisia cerebral, centro de reabilitação de pessoas com cegueira, centro de férias e lazer e serviço de apoio domiciliário.

6.2.3. Pessoas em Situação de Dependência

No Concelho de Pampilhosa da Serra, não existe qualquer resposta social para pessoas adultas em situação de dependência como apoio domiciliário integrado ou unidade de apoio integrado.

6.2.4. Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico

Relativamente às respostas sociais para pessoas adultas com doença de foro mental ou psiquiátrico não existem respostas a este nível no Concelho, nomeadamente unidade de vida apoiada, unidade de vida protegida e fórum sócio ocupacional.

7. Indicadores de Pobreza e Exclusão Social

7.1. Rendimento Social de Inserção

O Rendimento Social de Inserção³⁰, enquanto medida de política social criada com o objetivo de promover a efetiva inclusão dos indivíduos em situação de pobreza e/ou exclusão, assumindo, para tal, a natureza de prestação pecuniária de caráter transitório e variável e também a componente de inserção, traduzida na contratualização de um programa de inserção, constituído por um conjunto de ações que visam uma integração plena e gradual dos titulares da medida e de todos os elementos do agregado familiar.

O total da população beneficiária de Rendimento Social de Inserção em Pampilhosa da Serra correspondia em dezembro de 2013 era de 27 agregados familiares que perfaziam um total de 36 **indivíduos apoiados**, o que correspondia a **0,8%** da população concelhia se considerarmos os dados dos censos de 2011.

Quadro n.º 52 – Distribuição dos Beneficiários de RSI segundo o sexo.

Sexo		
Masculino	Feminino	TOTAL
18	18	31

FONTE: NLI Pampilhosa da Serra

Tendo por base a análise dos 36 beneficiários de Rendimento Social de Inserção, face ao género, verifica-se o mesmo número de beneficiários do sexo masculino como do sexo feminino.

³⁰ Instituído pela Lei n.º 13/2003, de 21 de maio

Quadro n.º 53 – Distribuição dos Beneficiários de RSI segundo grupo etário.

0 - 10	11 - 20	21 - 30	31 - 40	41 - 50	51 - 60	61 - 70
4	1	3	6	9	9	4

FONTE: NLI Pampilhosa da Serra

Quanto à distribuição por grupo etário, é de salientar o grupo reduzido de crianças, pelo que a maioria dos agregados é composta por população com idades compreendidas entre os 41 e os 70 anos de idade.

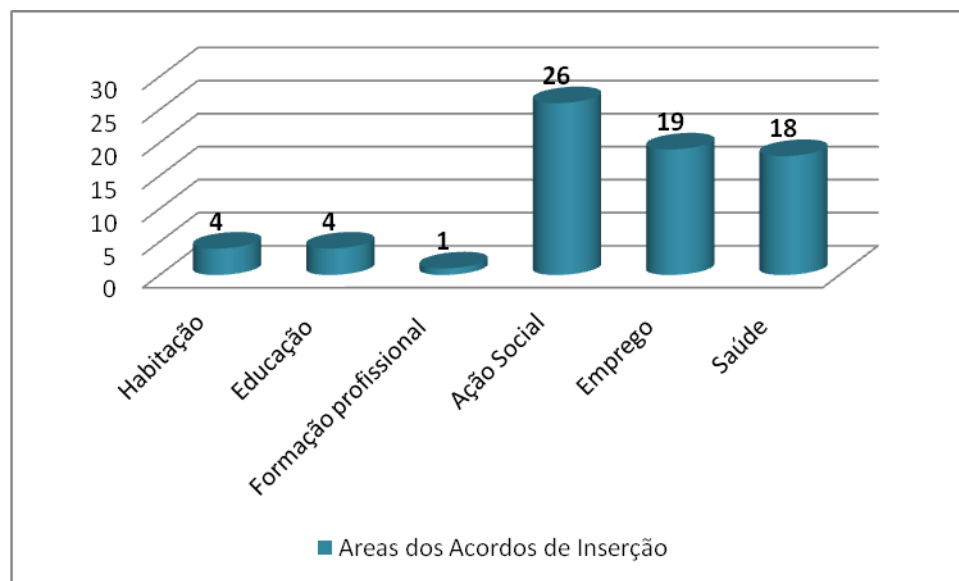
Quadro n.º 54 – Distribuição dos beneficiários titulares e não titulares da prestação, segundo o nível de escolaridade

Nível escolaridade					
Sem habilitações/ Não aplicável	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Secundário	Frequência
4	17	4	4	4	3

FONTE: NLI Pampilhosa da Serra

A população beneficiária de Rendimento Social de Inserção, apresenta baixa escolaridade, sendo mais significativo, o grupo de beneficiários com escolaridade ao nível do 1º ciclo.

Gráfico n.º 30 – Distribuição dos beneficiários por domínios de intervenção



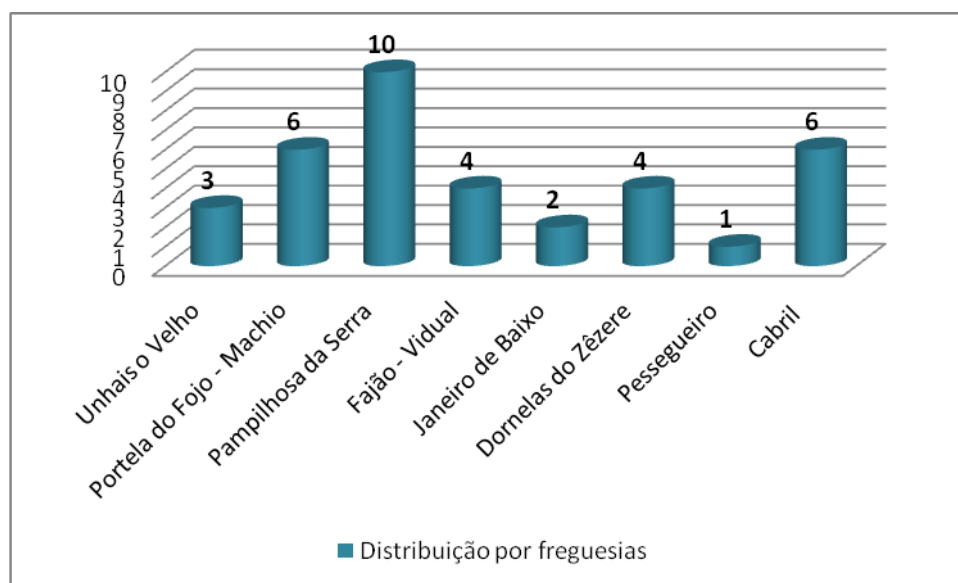
FONTE: NLI Pampilhosa da Serra

Efetuada uma análise sobre os domínios sobre os quais é efetuada ou é identificada necessidade de intervenção, o destaque vai para a ação social que passa pelo apoio psicossocial, traduzido no apoio a questões da vida geral e no apoio no exercício de cidadania. Segue-se à área da saúde que integra os programas de desintoxicação e as consultas/tratamento.

De referir que face aos restantes domínios com representatividade, o Emprego é o terceiro domínio com maior necessidade de intervenção seguido da Habitação e Formação Profissional.

Ao nível do emprego, tem sido realizada uma intervenção em parceria com as Instituições locais e o Centro de Emprego de Arganil que permitiu integrar em contratos de trabalho socialmente útil -- beneficiários de RSI.

Gráfico n.º 31 - Distribuição dos titulares da medida por freguesia



FONTE: NLI Pampilhosa da Serra

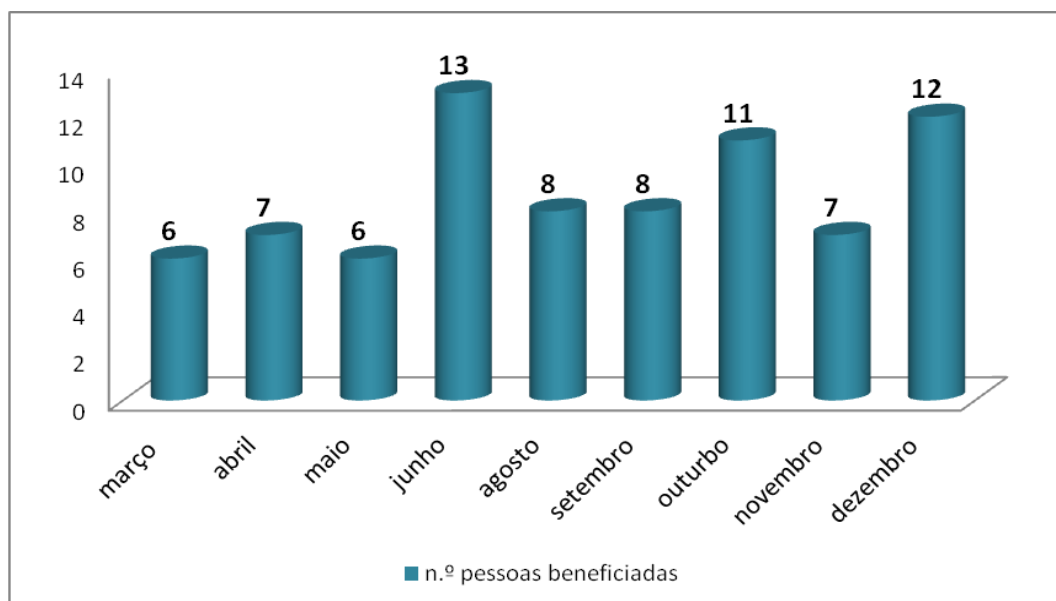
Relativamente à distribuição dos titulares da medida por freguesia, verifica-se que a freguesia de Pampilhosa da Serra detém o maior número de processos seguindo-se a união de freguesias Portela do Fojo- Machio e Dornelas do Zêzere.

7.2. Ação Social

A Ação Social tem como objetivos fundamentais a prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade socioeconómica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais, bem como a integração e promoção comunitárias das pessoas e o desenvolvimento das respetivas capacidades. Visa igualmente, assegurar especial proteção aos grupos mais vulneráveis, nomeadamente crianças, jovens, pessoas com deficiência e idosos, pessoas em situação de carência económica ou social, disfunção ou marginalização social. A proteção da ação social realiza-se através da concessão de prestações pecuniárias, de carácter eventual e em condições de exceção; prestações em espécie e acesso à rede nacional de serviços e equipamentos sociais e/ou a programas de combate à pobreza, disfunção, marginalização e exclusão sociais.

A este nível, o Concelho de Pampilhosa da Serra conta também com uma Loja Solidária gerida pelo Projeto Trilho Rur@lidadesE5G que angaria bens diversos (roupas, brinquedos, mobiliários e outro equipamento) e distribui, posteriormente, pelas famílias mais carenciadas.

Gráfico n.º 32 - Distribuição mensal do número de pessoas que recorreram à Loja Solidária em 2013



FONTE: Projeto Trilhos Rur@lidades

A população beneficiária da ação social em Pampilhosa da Serra em finais de 2013 era constituída por 179 agregados num total de 375 pessoas acompanhadas no âmbito da ação social. Considerando os dados dos Censos de 2011 que apontam para um total de 4481 residentes podemos considerar que **8,3% da população Pampilhosense é acompanhada a nível social.**

Quadro n.º 55 – Distribuição dos Beneficiários segundo por grupos etários

0-5	6-10	11-18	19-24	25-34	35-44	45-54	55-64	>65	Total
15	15	41	25	30	60	70	60	59	375

Fonte: Gabinete de Ação Social do Município

Quanto à sua distribuição por grupo etário, destaca-se o grupo etário entre os 0 e os 10 anos de idade como o grupo etário com menor expressividade, sendo que a partir dessa faixa etária aumentam os beneficiários com destaque para a população a partir dos 35 anos de idade.

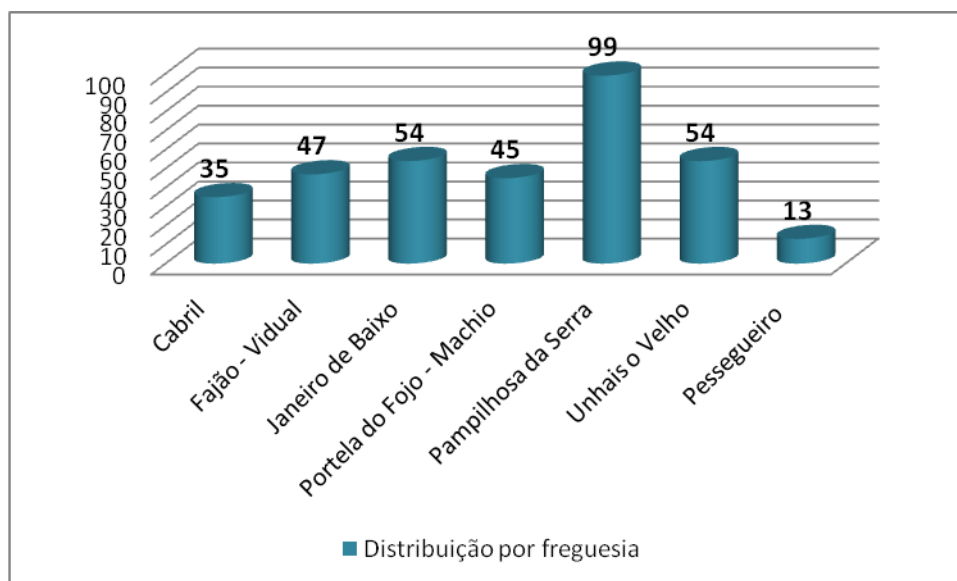
Quadro n.º 56 - Distribuição dos Beneficiários de Ação Social, segundo o nível de escolaridade

	Sem Inform	Não sabe ler nem escrever ou não pode	1º Ciclo ou inferior	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Licenc.	A frequentar	Sabe assinar	Não se aplica
Total	51	15	118	55	62	18	1	42	3	11

Fonte: Gabinete de Ação Social do Município

Quanto ao nível de escolaridade dos beneficiários, é notória a baixa qualificação académica da população que recorre à ação social, sendo a maioria detentora do 1.º Ciclo do ensino básico ou menos seguida do 3.º e 2.º ciclos do ensino básico.

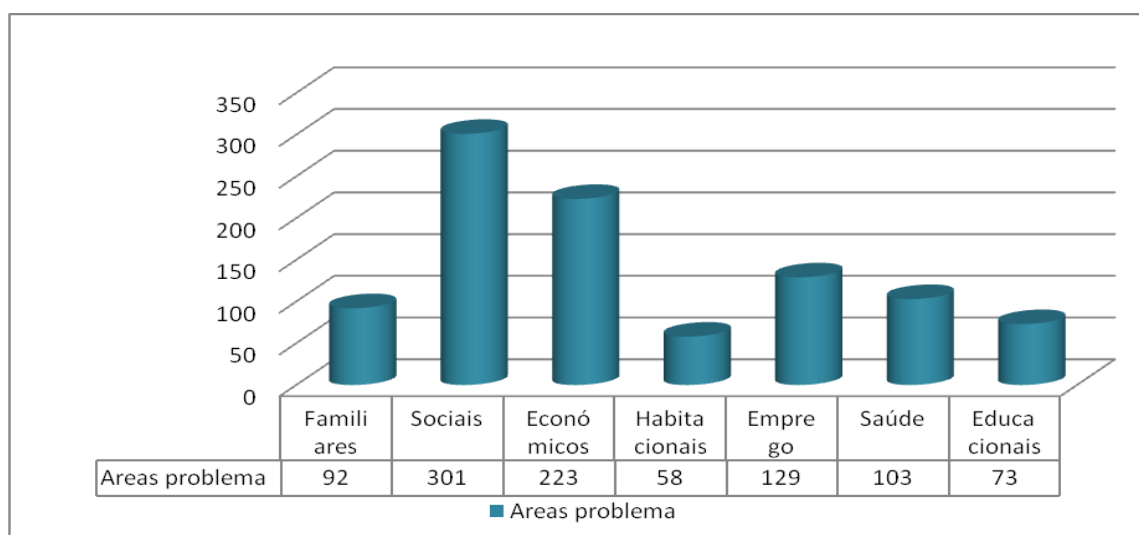
Gráfico n.º 33 - Distribuição dos beneficiários por freguesia



Fonte: Gabinete de ação social do Município

Considerando o gráfico em cima, podemos verificar que a freguesia com maior número de beneficiários é a freguesia de Pampilhosa da Serra que conta também com maior número de população. Seguem-se a freguesia de janeiro de Baixo e Unhais o Velho com 45 beneficiários respetivamente e Fajão - Vidual e Portela do Fojo- Machio e Cabril com números entre os 35 e os 47 beneficiários acompanhados. Refira-se que a freguesia de Pessegueiro é a menos representativa no que diz respeito ao acompanhamento social.

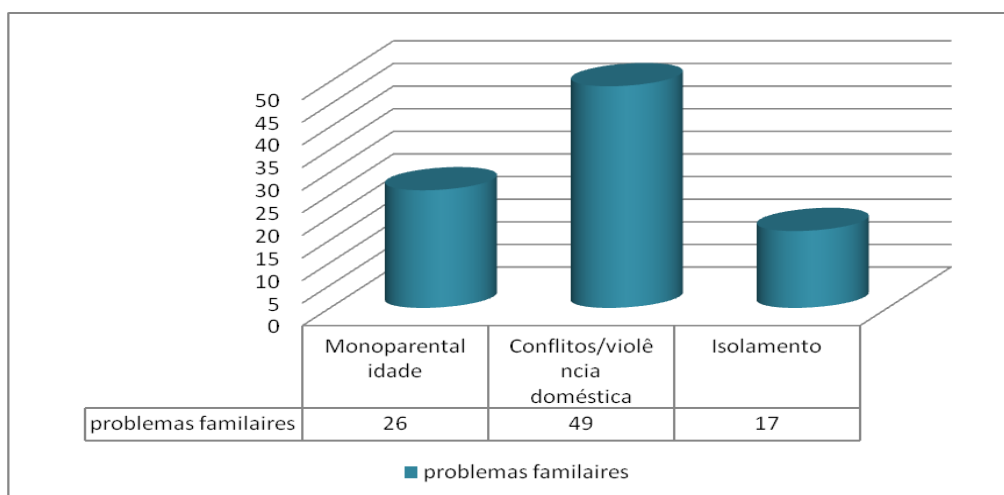
Gráfico n.º 34 - Distribuição beneficiários de acordo com área problema



Fonte: Gabinete de ação social do Município

Sendo a problemática da pobreza e exclusão social transversal a várias áreas, importa analisar quais as áreas problemáticas com maior expressividade sendo que da análise ao gráfico n.º --- conclui-se que a área com maior registo são os problemas sociais seguindo os problemas económicos, o emprego e a saúde. As áreas que contam com menor expressividade são as áreas dos problemas habitacionais, educacionais e familiares.

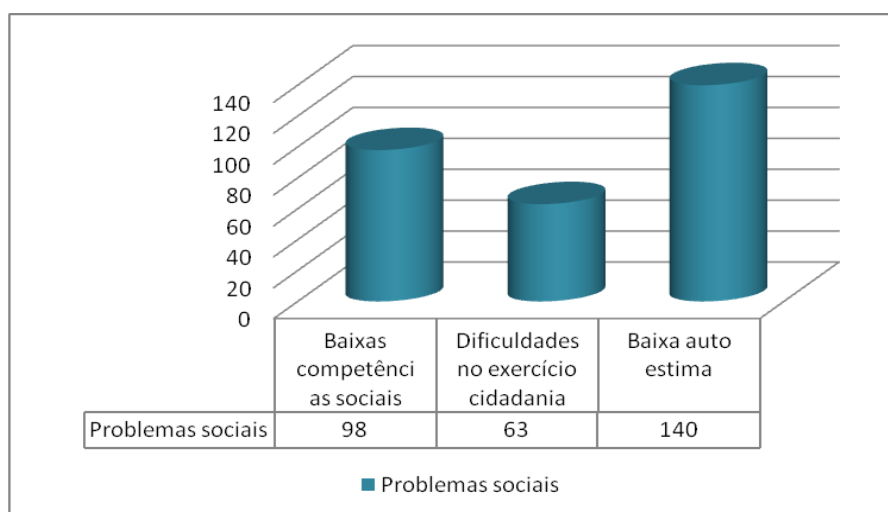
Gráfico n.º 35 – Distribuição dos beneficiários na área problemática problemas familiares



Fonte: Gabinete de ação social do Município

No âmbito dos problemas familiares, das pessoas acompanhadas destacam-se os conflitos familiares/ violência doméstica seguido da monoparentalidade e do isolamento.

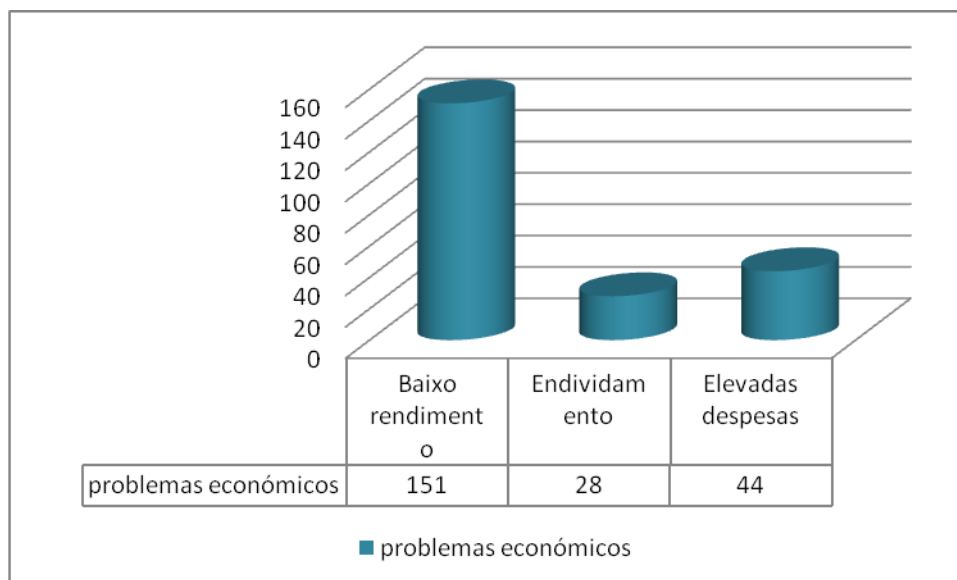
Gráfico n.º 36 – Distribuição dos beneficiários na área problemática problemas sociais.



Fonte: Gabinete de ação social do Município

Da análise do gráfico referente aos problemas sociais, verifica-se que a baixa auto estima e as baixas competências sociais representam maior expressividade seguida das dificuldades no exercício da cidadania.

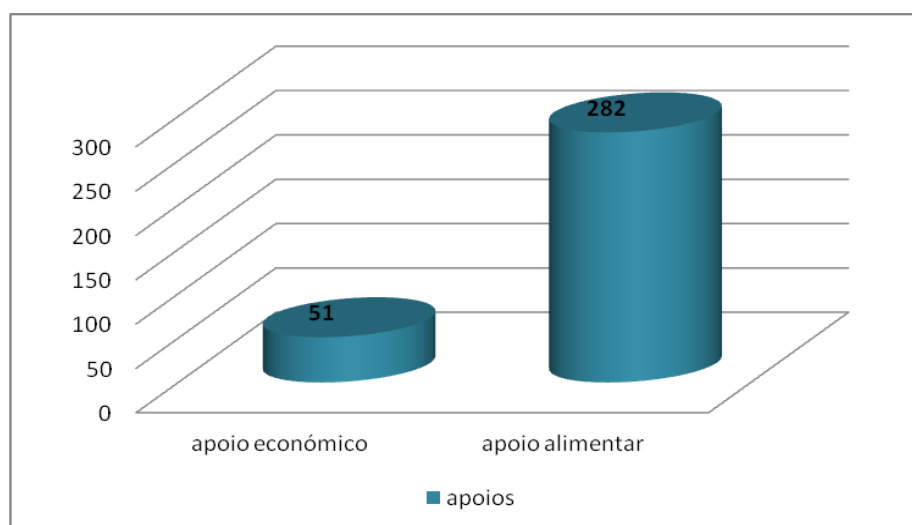
Gráfico n.º 37 – Área problemas económicos.



Fonte: Gabinete de ação social do Município

Quanto aos problemas económicos, o baixo rendimento constitui a maior dificuldade dos beneficiários acompanhados ao nível da ação social seguida das elevadas despesas e do endividamento.

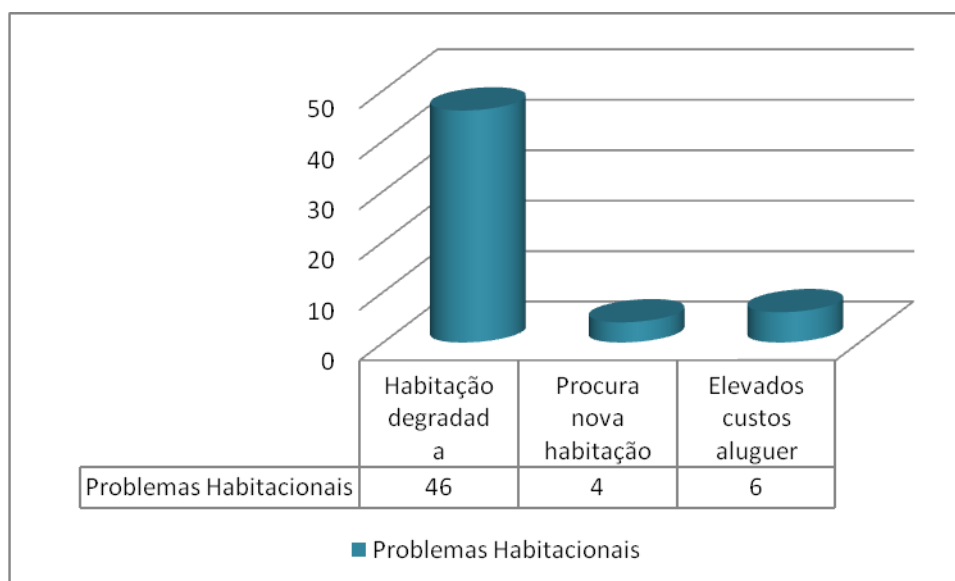
Gráfico n.º 38 – Distribuição dos beneficiários na área problemática problemas económicos.



Fonte: Gabinete de ação social do Município

De facto, 59 pessoas beneficiaram de apoio económico sendo que 282 de apoio alimentar através do PCAAC, caracterizado mais à frente no ponto 7.5.

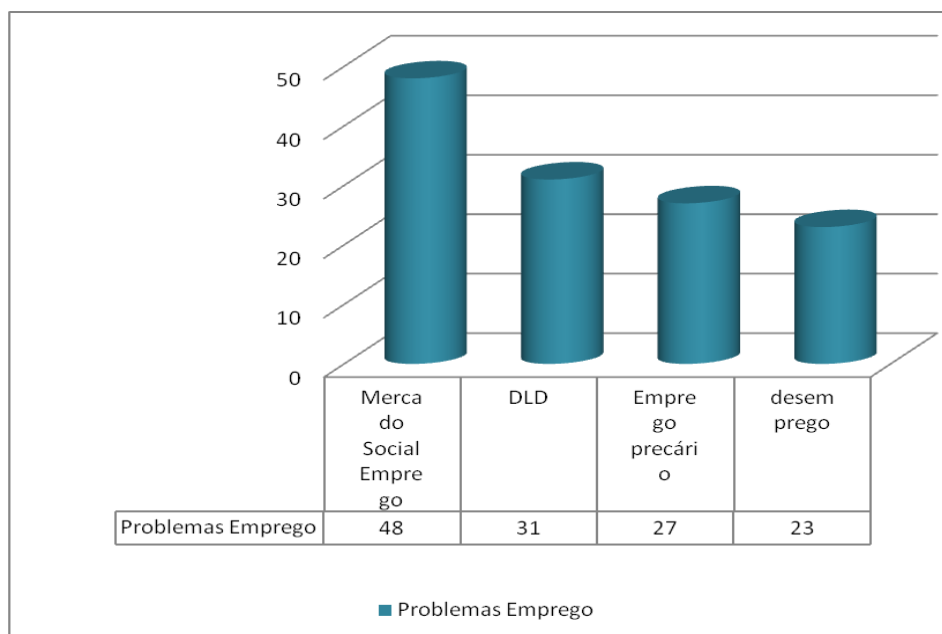
Gráfico n.º 39 – Área problemas habitacionais



Fonte: Gabinete de ação social do Município

Ao nível dos problemas habitacionais destaca-se a habitação degradada que se traduz em habitações com necessidade de intervenção ao nível da melhoria de condições de habitabilidade.

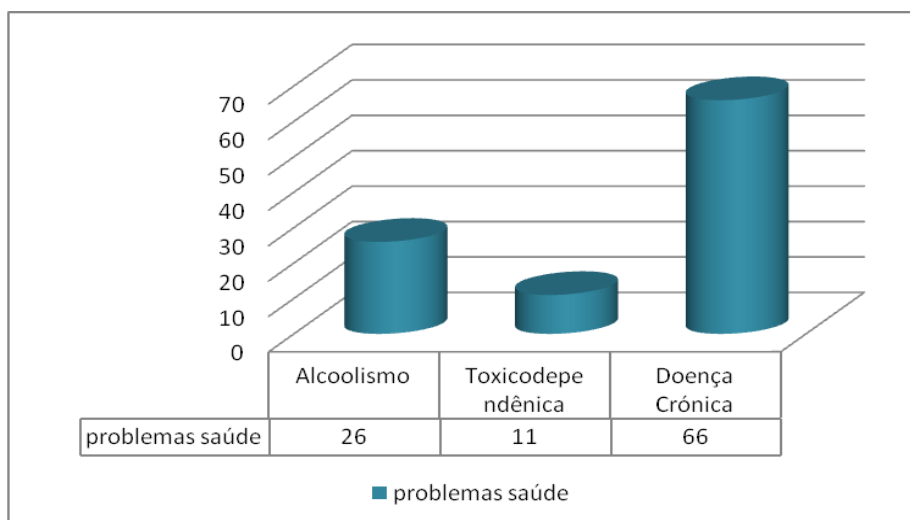
Gráfico n.º 40 – Área problemas de emprego.



Fonte: Gabinete de ação social do Município

Relativamente à área problemática referente ao emprego, destaca-se o mercado social de emprego e o emprego precário seguidos do desemprego e desemprego de longa duração.

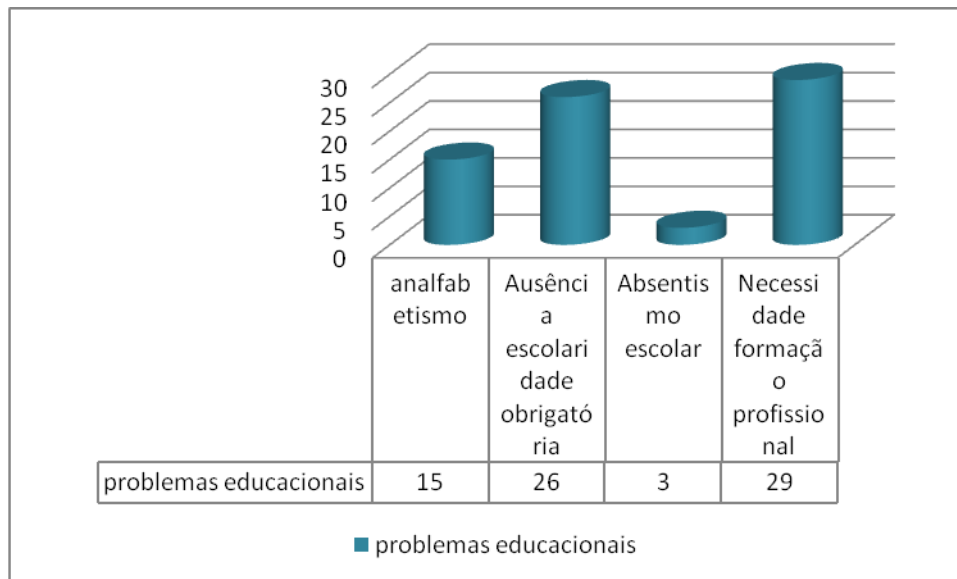
Gráfico n.º 41 – Área problemas saúde.



Fonte: Gabinete de ação social do Município

A área problemática da saúde regista um elevado número de pessoas com doença crónica que pode justificar-se pelo número representativo de pessoas acompanhadas com 65 ou mais anos, seguindo-se os problemas com alcoolismo e toxicodependência.

Gráfico n.º 42 – Área problemas educacionais.

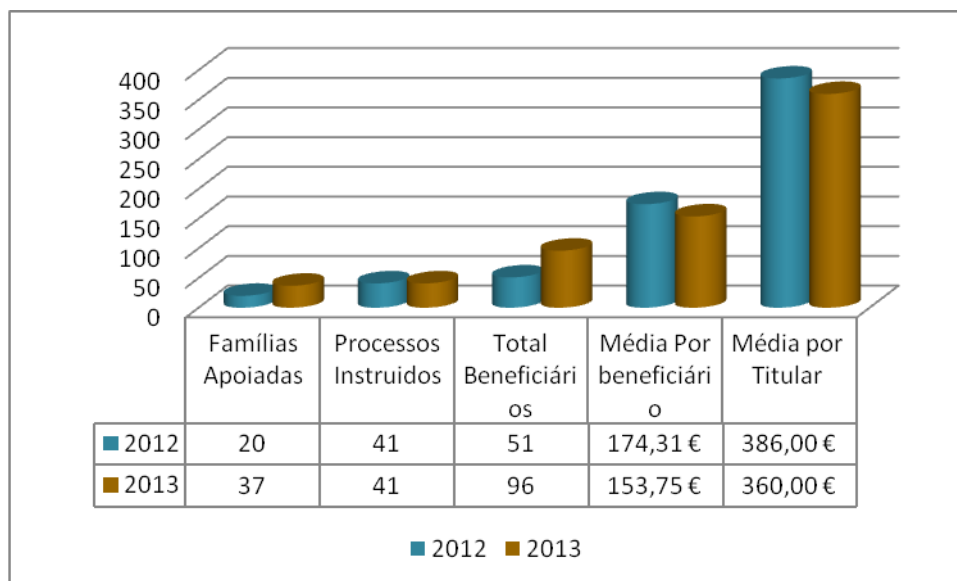


Fonte: Gabinete de ação social do Município

Quanto aos problemas educacionais, a necessidade de formação profissional e a ausência de escolaridade obrigatória têm maior representatividade no universo dos beneficiários acompanhados.

Ao nível da ação social, o Município de Pampilhosa da Serra conta com um Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Socialmente desfavorecidos (RMAASD) publicado em Diário da República a 28 de julho de 2011 (DR n.º 122, 2.ª série).

Gráfico n.º 43 Distribuição do apoio por número de familiares e beneficiários, número de processo instruído, média por família e média por beneficiário.



FONTE: Gabinete de Ação Social do Município

Da análise do gráfico é possível verificar um aumento no número de famílias e beneficiários apoiados em 2013 comparativamente com o ano de 2012, o que estará relacionado com reforço da verba anual que em 2013 foi de 15 mil euros. A média anual por beneficiário é de 153,75€ sendo que por titular/agregado familiar é de 360,00€.

7.3.Dependências

O problema das dependências no Concelho de Pampilhosa da Serra tem tido grande relevância, nomeadamente no que diz respeito ao abuso do consumo de álcool sendo que as drogas começam também a ter um peso na sociedade Pampilhosense.

Neste sentido, foi proposto, em 2009, a criação do Núcleo Territorial das Dependências no âmbito do PORI, uma medida estruturante ao nível da intervenção integrada, que visa a redução da procura do consumo de substâncias psicoativas, procurando potenciar sinergias disponíveis no território, que resultou num compromisso assinado entre o IDT, através do Centro de Respostas Integradas do Núcleo Regional de Coimbra, o Agrupamento de Escolas de Pampilhosa da Serra, o Município de Pampilhosa da Serra, o Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra e a Associação de Pais e Encarregados de Educação de Pampilhosa da Serra para a criação de um Programa de Respostas Integradas (PRI) para o Concelho. No entanto, o mesmo encontra-se atualmente (2013) inativo.

Quanto a 2013, os dados disponíveis, de janeiro a setembro, apontam para 12 primeiras consultas na Unidade de Alcoologia de Coimbra e 49 consultas de acompanhamento.

7.4 – Ação Social Escolar

Quadro n.º 57 - Número de pedido de apoio escolar por tipo de apoio e escalão.

Ano letivo	Tipo de Apoio	N.º pedidos	Isenção	50%	Indeferido
2010/2011	Alimentação	64	31	20	13
	Transporte	22	13	6	3
2011/2012	Alimentação	60	28	22	10
	Transporte	18	10	8	0
2012/2013	Alimentação	58	26	22	10
	Transporte	15	6	7	2
2013/2014	Alimentação	57	25	25	7
	Transporte	16	7	8	1

FONTE: Gabinete de Ação Social do Município Pampilhosa da Serra

Refiram-se ainda os apoios atribuídos pelo Município de Pampilhosa da Serra ao Plano Anual de Visitas de Estudo e a projetos e atividades escolares do Agrupamento de Escolas de Pampilhosa da Serra; o **apoio económico às mensalidades da Residência de Estudantes**; a **oferta de manuais escolares** a todos os ciclos de ensino através do Programa “Na Escola com a Sacola”, iniciado em 2008 como medida de apoio junto da comunidade no sentido de contribuir para o desenvolvimento do seu bem-estar e qualidade de vida; o acesso a **bolsas de estudo** a alunos que ingressam no Ensino Superior; a **oferta de um prémio ao melhor aluno** por cada ano escolar; o apoio financeiro às salas de aula do 1º CEB no que se refere a material de desgaste.

7.5. Fundo Europeu Auxílio aos Carenciados

O Fundo Europeu Auxílio a carenciados veio substituir o Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados (PCAAC) que visava a distribuição produtos alimentares às pessoas mais necessitadas na Comunidade Europeia³¹.

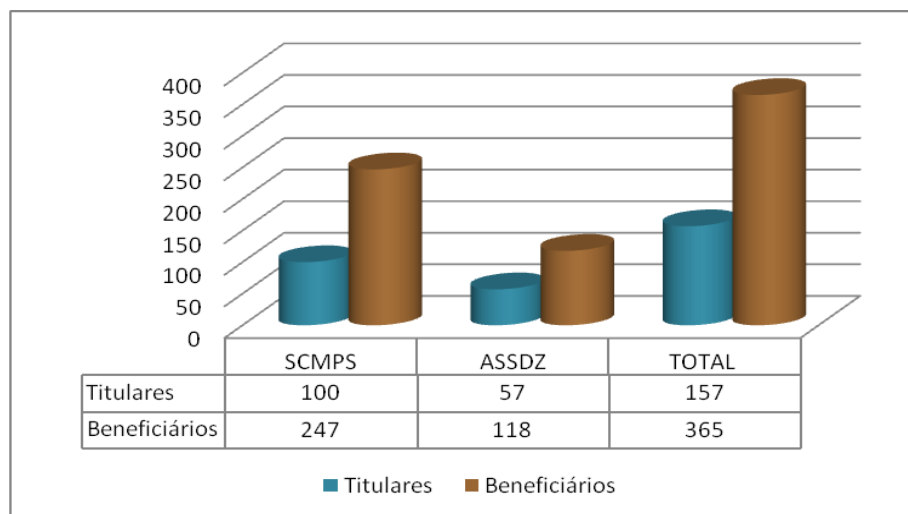
O FEAC surge como uma tentativa de dar resposta às complexas situações económicas e financeiras que se têm apresentado por toda a Europa, com particular severidade nos últimos anos, pretendendo reforçar a coesão social na UE.

Este novo instrumento financeiro tem como objetivo específico atenuar as piores formas de pobreza, auxiliando na prestação de assistência não-financeira às pessoas mais necessitadas. Deste modo, vai contribuir para a redução do número de pessoas em risco de pobreza e exclusão social que se quer que seja em, pelo menos, 20 milhões de pessoas conforme meta fixada na Estratégia Europa 2020.

Os dados que aqui apresentamos referem-se ao ano de 2013 e referem-se ao anterior programa (o PCAAC), que apoiava cidadãos Nacionais cuja situação de dependência social e financeira for constatada e reconhecida com base nos Critérios de Elegibilidade aprovados, nomeadamente as famílias mais carenciadas por: baixo rendimento do agregado familiar; desemprego prolongado; situações de prisão, morte, doença, separação e abandono; pensionistas do regime não contributivo; número de pessoas do agregado familiar; situações de catástrofe, entre outros.

³¹ A origem desta ação encontra-se nas medidas tomadas pela Comunidade Europeia, durante o inverno excecionalmente frio de 1986/87. Portugal, informa anualmente a Comissão do seu desejo de realizar o PCAAC. Cabe à Comissão adotar o plano anual de distribuição, discriminado por Estado-membro, de produtos provenientes das existências de intervenção. Para a repartição dos recursos existentes, entre os Estados-membros que manifestaram o desejo de executar a ação, a Comissão toma em consideração o número de pessoas mais necessitadas nos Estados-membros em causa, bem como a experiência e as utilizações registadas nos exercícios anteriores.

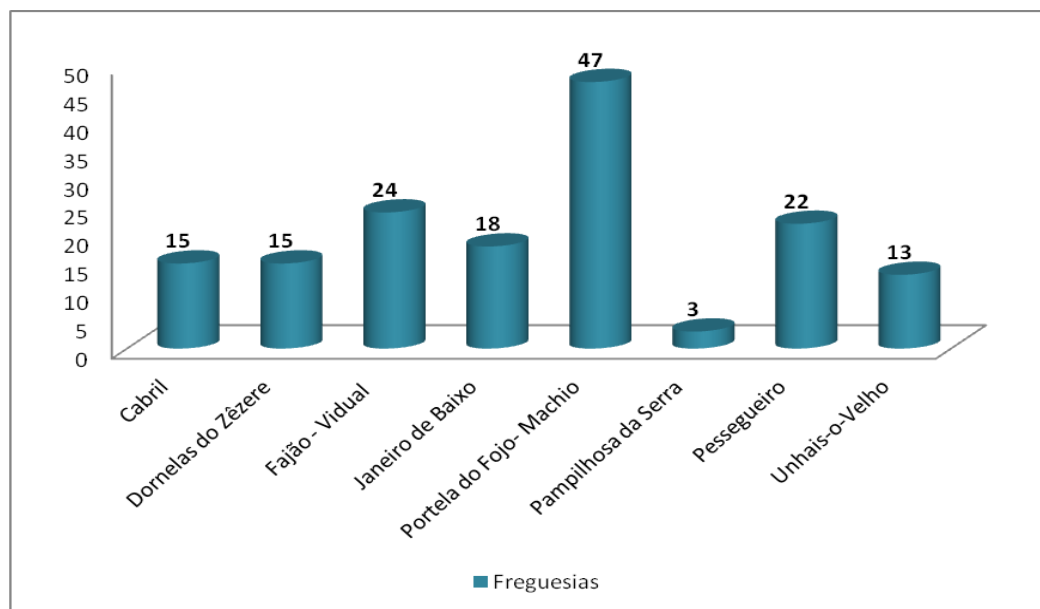
Gráfico n.º 44 - Distribuição do Número de Titulares e Beneficiários do FEAC em 2013.



Fonte: IPSS

Da análise ao gráfico acima, verifica-se que no ano de 2013 foram apoiados 157 titulares num total de 365 pessoas beneficiadas.

Gráfico n.º 45 - Distribuição por Freguesias do Número de Titulares do FEAC em 2013.



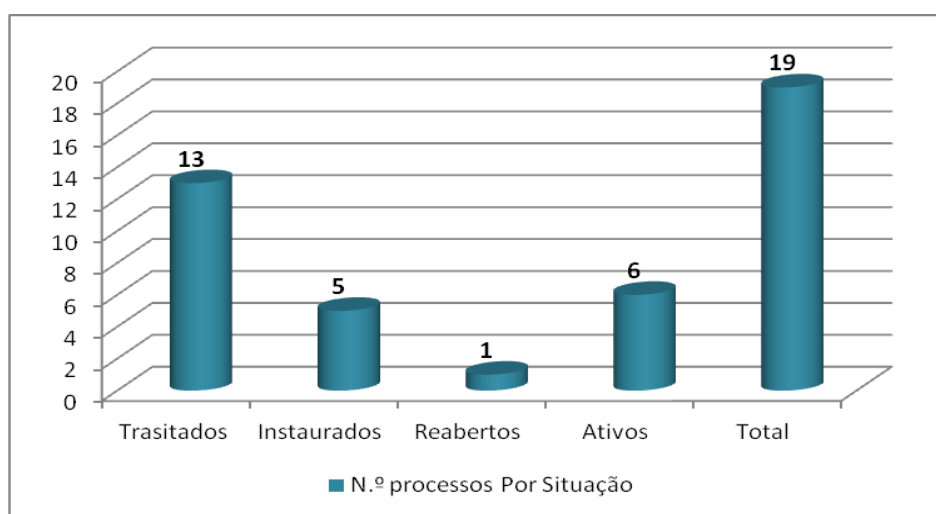
Fonte: IPSS

Da análise ao gráfico acima, verifica-se que no ano de 2013 foram apoiados 157 titulares num total de 365 pessoas beneficiadas.

7.6. Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

As Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)³², são instituições oficiais não judiciárias com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral. Considera-se que a criança ou o jovem está em perigo quando, designadamente, se encontra numa das seguintes situações: está abandonada ou vive entregue a si própria; sofre maus-tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais; não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal; é obrigada a atividade ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento; está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional; assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de factos lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.

Gráfico n.º 46 - Caracterização processual

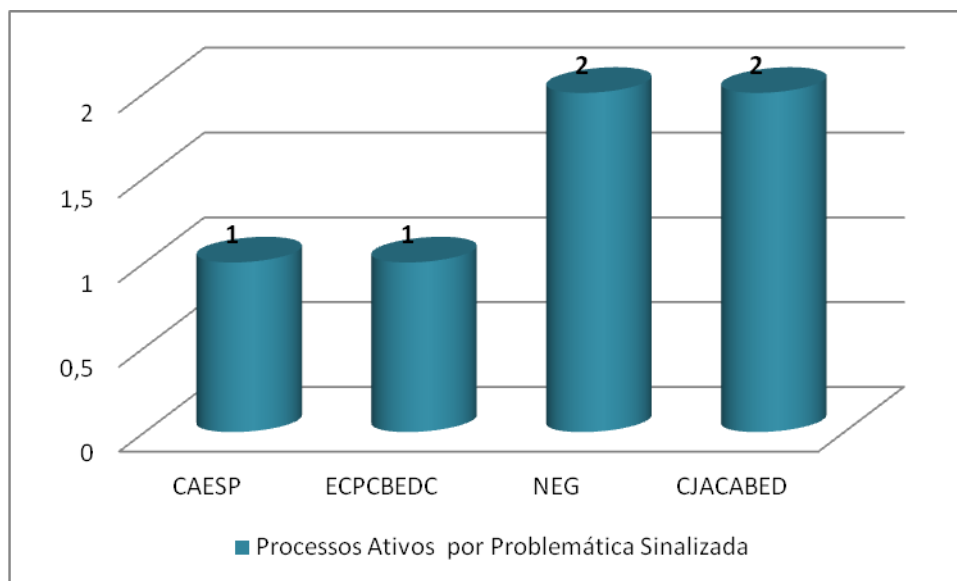


FONTE: CPCJ

Relativamente à caracterização processual pode-se concluir que dos 19 processos que deram entrada, 13 destes transitaram do ano 2012, 5 foram processos que foram instaurados e um deles foi reaberto.

³² Criadas na sequência do Decreto - Lei n.º 189/91 de 17/5 foram reformuladas e criadas novas de acordo com a Lei de Promoção e Proteção aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro.

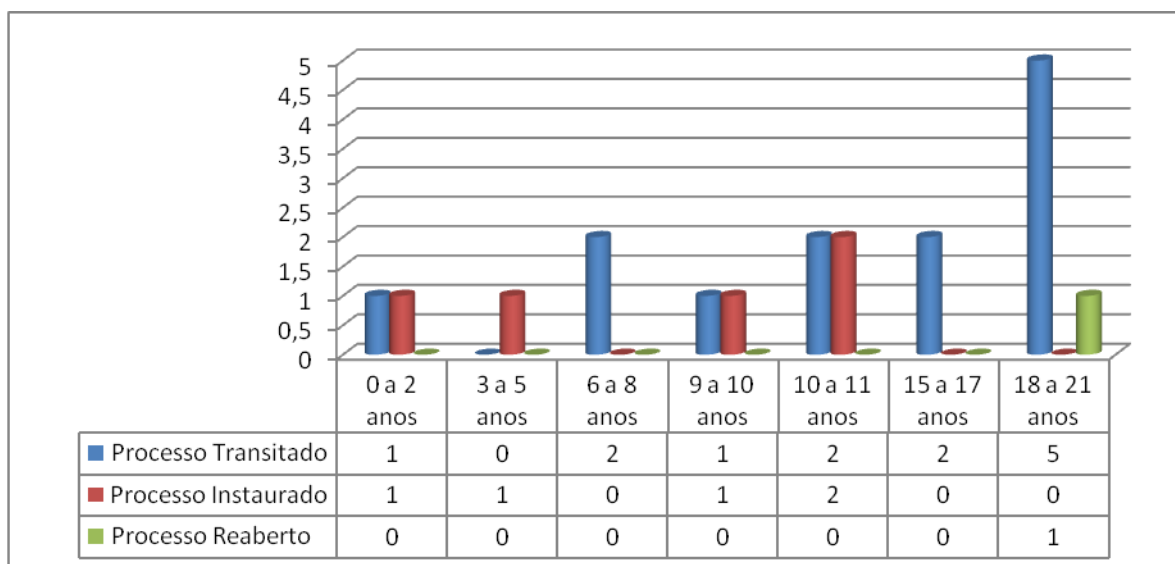
Gráfico n.º 47 - Processos ativos por problemática sinalizada



FONTE: CPCJ

Relativamente aos processos ativos (6) no que concerne ao ano em estudo registam-se como principais motivos para a intervenção os seguintes: **Criança Abandonada ou Entregue a Si Própria (CAESP)**, um processo; **Exposição a Comportamentos que Possam Comprometer o Bem-Estar e Desenvolvimento da Criança (ECPCBEDC)**, um processo; Os processos de **Negligência (NEG)**, dois processos; **A Criança/Jovem Assume Comportamentos que Afeta o seu Bem-Estar e Desenvolvimento sem que os Pais se oponham de forma adequada (CJACABED)**, dois processos. Comparativamente com o ano anterior verificou-se uma diminuição no número de processos sinalizados com as problemáticas: **Exposição a Comportamentos que Possam Comprometer o Bem-Estar e Desenvolvimento da Criança**, de cinco processo para um; **Criança Abandonada ou Entregue a Si Própria**, três processos para um e **Negligência**, de três para dois processos. Por último verificou-se que relativamente aos processos que referem a problemática **A Criança/Jovem Assume Comportamentos que Afeta o seu Bem-Estar e Desenvolvimento sem que os Pais se oponham de forma adequada**, o número de processos manteve-se o mesmo que o ano passado, dois processos.

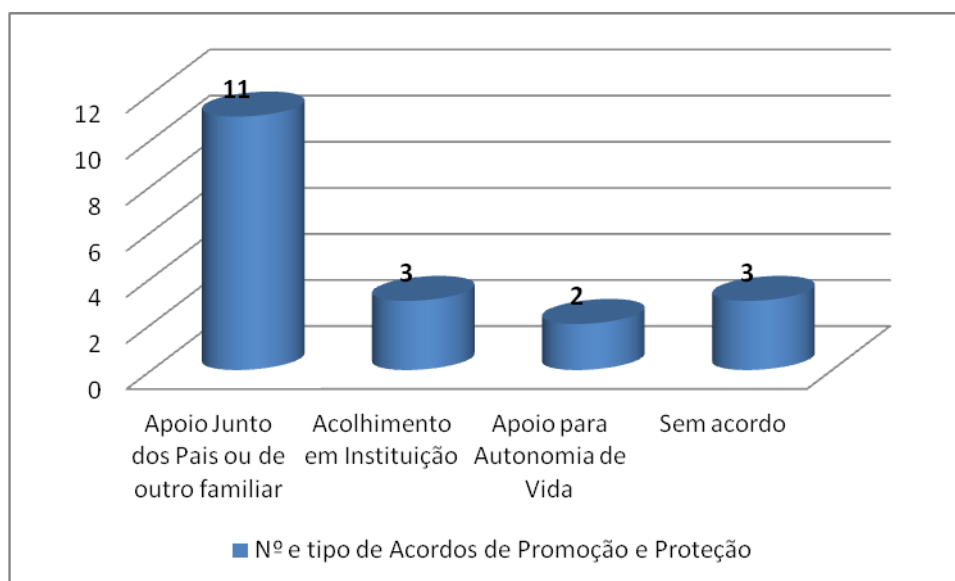
Gráfico 48 - Caracterização das crianças/jovens acompanhadas.



FONTE: CPCJ

Do total das crianças/jovens acompanhadas, os escalões etários em que se apresentam maior expressividade são os correspondentes aos dos 10 a 11 anos e 18 a 21 anos, com 4 e 6 crianças/jovens registadas respetivamente, seguindo-se os escalões dos 0 a 2 anos, 6 a 8 anos, 9 a 10 anos e o dos 15 a 17 anos, todos eles com 2 crianças/jovens registadas.

Gráfico n.º 49 – Número e tipo de acordos de promoção e Proteção

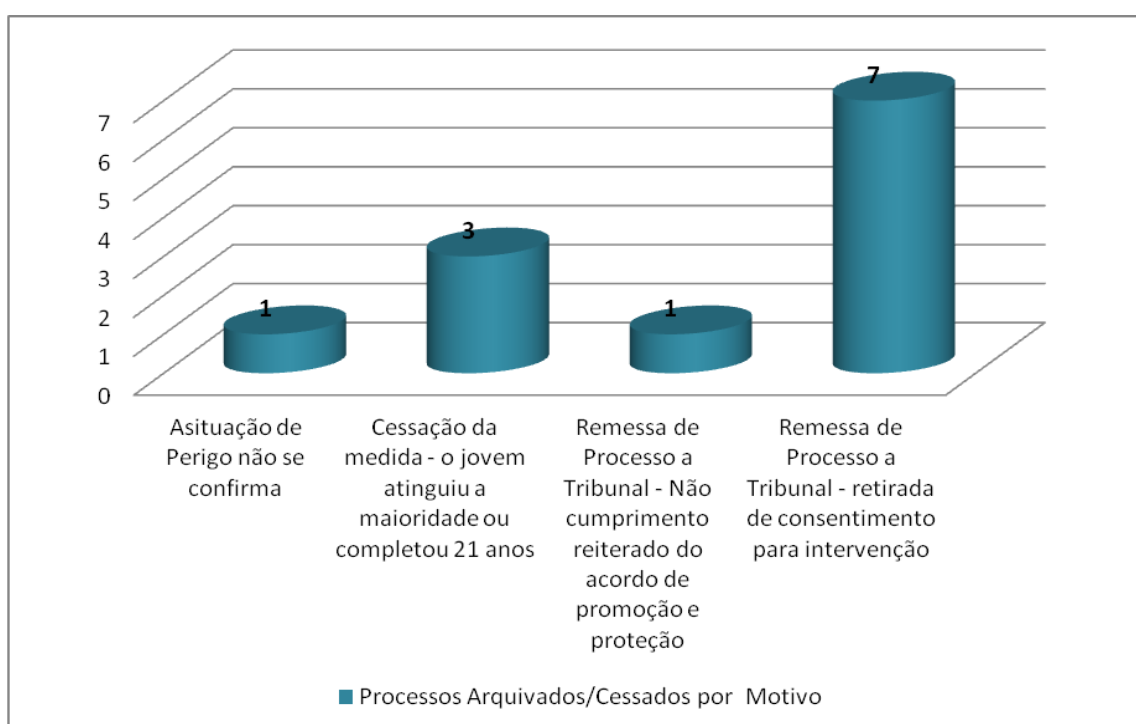


No ano de 2013, foram acompanhados 16 medidas de promoção e proteção registando-se a maioria **Apoio Junto dos Pais ou de Outro Familiar (11)**. Trata-se de uma medida que privilegia o meio natural de vida da criança, uma vez que é definido com os pais desta, um acordo que determina ações/obrigações, que proporsionam uma inverção na situação de risco/perigo diagnosticada.

Seguindo-se a medida de **Acolhimento em Instituição (3)** e **Apoio para Autonomia de Vida (2)**.

Do total dos 19 processo acompanhados, 3 destes não chegaram à fase de celebração do acordo.

Gráfico n.º 50 - Distribuição dos Processos Arquivados/Cessados – 2013



No ano de 2013 foram arquivados 13 processos, o motivo para o arquivamento da maioria destes processos foi, a remessa para Tribunal, em que se destaca, a retirada de consentimento por parte dos pais. Nos restantes casos, 3 processos foram arquivados pelo facto de os jovens em acompanhamento terem atingido a maioridade; um destes por o perigo não subsistir e outro por ter sido arquivado liminarmente.

7.7. Complemento Solidário para Idosos

O Complemento solidário para idosos (CSI), é uma prestação monetária integrada no Subsistema de Solidariedade do Sistema de Proteção Social de Cidadania, destinada a cidadãos nacionais e estrangeiros com baixos recursos. É uma prestação diferencial, ou seja, é um apoio adicional aos recursos que os destinatários já possuem. Atualmente, o CSI destina-se a pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, tendo sido o acesso a esta prestação alargado de forma progressiva. A atribuição do Complemento Solidário para Idosos depende da apresentação de um requerimento à Segurança Social. Para ter acesso ao CSI é necessário demonstrar que o candidato reúne as condições exigidas para a sua atribuição.

Não foi possível apurar os dados referentes ao ano de 2013.

8- Síntese Diagnóstica

Análise Swot

FORÇAS	FRAQUEZAS
1 – Projetos e equipamentos sociais existentes. 2 – Rede de recursos local atenta e disponível. 3 – Investimento municipal. 4 – Forte rede de parcerias existentes 5 – Políticas municipais de apoio ao emprego/ocupação. 6 – Aposta na comunicação e imagem na promoção do Concelho. 7 – Projetos/Programas com intervenção local. 8 – Aposta na comunicação e imagem na promoção do Concelho/ Projetos/Programas com intervenção local. 9 – Maior abertura e sensibilidade por parte das famílias para o problema. 10 – Infraestruturas/ equipamentos e programas de interesse. 11 – Aposta na divulgação das medidas por parte do centro de saúde. 12 – Existência de um equipamento móvel. 13 – Programas desportivos generalizados à população.	1 – Perspetiva negativa acerca do envelhecimento 2 – Desvalorização dos recursos existentes. 3 – Rede de transportes públicos pouco abrangentes. 4 – Elevados gastos com a saúde (transportes). 5 – Falta de iniciativa privada a nível económico e emprego. 6 – Visão negativa do Concelho. 7 – Défice de competências sociais e pessoais. 8 – Falta de sentimento de pertença e identidade face ao Concelho. 9 – Problemas ao nível do parque habitacional. 10 – Falta de objetivos/expetativas a nível educativo. 11 – Desvalorização da higiene oral. 12 – Desvalorização dos cuidados de saúde preventivos. 13 – Preponderância de doenças crónicas influenciadas pelo estilo de vida.
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Programas comunitários de apoio Perceção da boa situação financeira do Município. Tendência de Valorização do interior/ Comunidades Rurais. Regresso ao Concelho de população. Programas Nacionais e Comunitários de Apoio.	1 - Envelhecimento generalizado da população. 3 – Inexistência de políticas de discriminação positiva. 4 – Corte dos apoios económicos pela ARS/Ministério da Saúde. 5 – Forte emigração da população jovem a nível regional e nacional. 6 – Vias de acesso ao Concelho. 7 – Legislação a nível educativo e formativo. 8 – Atratividade dos centros urbanos e litoral. 9 – Política habitacional nacional. 10 – Conjuntura socioeconómica do País. 11 – Políticas de saúde dentária ineficazes. 12 – SNS focado no tratamento. 13 – Alcoolismo socialmente aceite como fator de integração.

*CAPÍTULO IV***Resultados Grupos de Trabalho**

Quadro n.º 58 - Calendário de Sessões de Trabalho

Data	Dinâmica
5-12-2013	Reflexão em grupo sobre os problemas concelhios com base em dados estatísticos e na perceção dos participantes, levando-os a realizar um <i>Briefing de problemas e potencialidades Concelhios</i> .
12-12-2013	Construção de uma análise SWOT partindo de uma reflexão conjunta.
17-12-2013	Identificação de grandes áreas a intervir e problemas a colmatar.
6-3-2014	Trabalho de grupo para construção da Matriz de Enquadramento Lógico.
20-03-2014	Trabalho de grupo para definição das principais ações para 2014.

Fonte: Núcleo Executivo

Grupo de Trabalho A:

Graça Pinto
Elisabete Teodósio
Paulo Teles
Célia Nunes

Problemas identificados
População envelhecida/Isolada/acessibilidades difíceis
Distância a unidades de saúde
Perspetiva de vida inexistente para estas faixas etárias
Natalidade baixa com favorecimento a agravar-se porque se estuda até mais tarde
Procura de oportunidades no exterior, possibilidade de outras ofertas
Falta de pessoas
Emigração de pessoas com qualificações
Não há mão de obra disponível para indústria
Necessidade de desconstruir a ideia de um concelho isolado, sem movimento, sem divertimento, sem atividade cultural que vá de encontro às necessidades das pessoas
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Concelho disperso, necessidade de se deslocarem
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Não há sentimento de pertença ao grupo
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Falta de motivação para participar em atividades
Fomentar a aproximação das pessoas de outras povoações à vila/ao concelho
Questão das mentalidades, da pertença ao grupo e desenvolver e lutar pelo meio onde está inserido é fundamental para dar suporte ao desenvolvimento do concelho
Área Social – nível remuneratório baixo
Compensação pelos trabalhos a realizar
Pessoas que tiveram formação e estão identificadas, mas não são contratadas para os serviços onde são necessárias
Forma como se aborda a questão da população envelhecida, onde as instituições não consideram essa questão no âmbito da verdadeira dimensão da pessoa idosa

Grupo de Trabalho B:

Isabel Cristina Duarte
Carmen Antunes
Raquel Pereira
Cláudia Almeida

Problemas identificados
Rede de transportes pouco abrangente:
Para no tempo escolar
Não contempla toda a população
Constrangimentos ao nível de acesso ao emprego
Saúde:
Elevados custos no acesso aos serviços de saúde (dificuldade em dispor de meios financeiros para ir a várias consultas nos hospitais centrais)
Falta de meios de diagnóstico ao nível da saúde
Habitação:
Falta de habitação social (habitação a preços controlados e alojamentos temporários)
Falta de programas de apoio à habitação a nível das políticas do poder central e local
Educação:
Falta de objetivos/expetativas escolares a nível educativo
Potencialidades
Rede de recursos atenta e disponível

Grupo de Trabalho C:

António Queimadela Batista
Elisabete Rodrigues
Joana Patricia Bento
Marília Falcão
Luis Estevão

Problemas identificados
Vias de comunicação – acesso difícil aos principais centros urbanos
Aglomerados urbanos dispersos
Envelhecimento populacional
Isolamento da população
Envelhecimento populacional – saúde da população
Baixa taxa de natalidade
Regresso à terra natal (reformados, desempregados)
Conjuntura socioeconómica que leva ao encerramento de serviços básicos
Aumento da emigração da população jovem
Não valorização dos recursos/apoios oferecidos
Falta de iniciativa privada a nível económico e de emprego
Falta de investimento
Falta de motivação para o estudo – leva ao insucesso escolar
Falta de perspetiva de futuro
Nível de escolaridade dos encarregados de educação
Falta de envolvimento nas tarefas dos filhos
Resistência à mudança
Desinformação e iliteracia/desmotivação ou resistência à mudança
Preponderância de doenças crónicas, influenciadas pelos estilos de vida
Conjuntura socioeconómica

*CAPITULO V***Plano de Desenvolvimento Social**

1 - Plano de Desenvolvimento Social

O Plano de Desenvolvimento Social³³ define-se com base nos problemas identificados no Diagnóstico Social, que não só identifica as necessidades de um determinado território como também os recursos e as potencialidades locais, e perspetiva estratégias viabilizadas através de ações que vão de encontro aos problemas identificados e prioridades definidas.

Pressupõe, portanto um planeamento que:

- Considere todas as dimensões dos problemas;
- Parta de uma visão conjunta e participada;
- Permita prever obstáculos e ameaças que possam surgir durante o processo e que potencie os recursos e oportunidades internas e externas;
- Identifique dimensões prioritárias e mais suscetíveis de produzir mudança.

O PDS do Conselho Local de Ação Social de Pampilhosa da Serra³⁴ foi definido considerando seis Eixos Estratégicos para uma Intervenção Integrada partindo dos dados do diagnóstico social e da síntese das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças (Análise SWOT) apresentadas no ponto 8 do Capítulo III.

Deste modo, foram definidos os seguintes áreas de Intervenção:

- AREA DA INTERVENÇÃO I: Família (Habitação e Educação)
- AREA DE INTERVENÇÃO II: Envelhecimento Ativo
- AREA DE INTERVENÇÃO III: Saúde e Qualidade de Vida
- AREA DE INTERVENÇÃO IV: Emprego (Formação e Educação)
- AREA DE INTERVENÇÃO V: Associativo
- AREA DE INTERVENÇÃO VI: Gestão do Plano de Desenvolvimento Social

A definição de Áreas de Intervenção pressupõe a definição de ESTRATÉGIAS de atuação específicas numa lógica de operacionalidade dos mesmos.

³³ A partir deste ponto designar-se-á a sigla PDS

³⁴ A partir deste ponto designar-se-á de CLASPPS

O CLASPPS define como estratégias para o PD:

ESTRATÉGIA 1- Articular com Plano Estratégico Municipal - 2020

ESTRATÉGIA 2 – Gerir o Plano de Desenvolvimento Social em articulação entre as diferentes áreas de intervenção;

ESTRATÉGIA 3 - Potenciar as Associações do Concelho implicando o Movimento Regionalista.

Estratégia 1 – Articular com Plano Estratégico Municipal - 2020

Considerando, a estratégia Europa 2020 criada numa perspetiva de os países da União Europeia transformando-a numa economia inteligente, sustentável e inclusiva, o Município de Pampilhosa da Serra definiu também a sua atuação a partir deste enquadramento.

Atendendo que os objetivos do Programa Estratégico de Pampilhosa da Serra 2020 se interligam com os objetivos do Programa da Rede Social de Pampilhosa da Serra que através do seu Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social pretende dar a conhecer a realidade local numa perspetiva territorial e global, reforçando o crescimento e coesão social.

Estratégia 2 – Gerir o Plano de Desenvolvimento Social em articulação entre as diferentes áreas de intervenção

Plano de Desenvolvimento Social assume-se como um instrumento de planeamento a três anos que parte da realidade (Diagnóstico) para a prática (Plano de Ação).

Considerando as diferentes áreas de intervenção do mesmo, entende-se que a execução do mesmo deva ser realizada de forma articulada potenciando os resultados globais.

Estratégia 3- Potenciar as Associações do Concelho implicando o Movimento Regionalista.

O Associativismo no concelho tem uma particularidade muito própria. Caracteriza-se pelo grande número de Comissões e Ligas de Melhoramentos tendo sido a intervenção dos associados, desde sempre, pautada pelo princípio da solidariedade para com a sua terra natal que, no caso do concelho de Pampilhosa da Serra, define-se enquanto Movimento Regionalista. De facto, trata-se de um movimento que surgiu num contexto social e político muito específico, marcado pela reduzida intervenção do Estado no que diz respeito à criação de infra estruturas básicas, substituindo-o durante décadas na criação de condições mínimas nas diversas aldeias do Interior. Regionalismo que está também relacionado com os fortes movimentos migratórios por parte da população Pampilhosense para a Capital do País.

No entanto, trata-se de um modelo de Associativismo que foi sendo ultrapassado ao longo dos tempos com a progressiva intervenção do estado e do Poder Local.

Atualmente, este tipo de Associativismo encontra-se numa fase de transição preparando-se para dar um salto qualitativo no que diz respeito ao modelo de atuação sendo que a mudança tem de passar necessariamente pela união das diversas ligas e comissões existentes (existem freguesias que contam com mais de 10 comissões ou ligas) e pela constituição de parcerias com as Juntas de Freguesia, assumindo-se a Rede Social enquanto espaço de discussão e de decisão conjunta em prol do desenvolvimento social e local. Implicar o Associativismo é implicar a sociedade civil.

*CAPÍTULO V***Matriz de Enquadramento Lógico
Plano de Desenvolvimento Social 2014 - 2016**

<p>Área Intervenção I</p> <p>FAMÍLIA (HABITAÇÃO/EDUCAÇÃO)</p>	Lógica de Intervenção (descrição)	Indicadores objetivamente verificáveis	Fontes de verificação	Parceiros Existentes/Mobilizar	Pressupostos (fatores externos)
<p>Problemas/ Necessidades Identificadas</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Problemas ao nível do parque habitacional; - Falta de expectativas/ objetivos ao nível educativo; - Défice de competências sociais e pessoais; 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de famílias/ indivíduos identificados. 	<ul style="list-style-type: none"> - Diagnóstico Social; - Análise Swot. 	<ul style="list-style-type: none"> - Agrupamento de Escolas de Pampilhosa da Serra; - Projeto Trilhos Rur@lidades; - Associação de Pais 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de financiamento; - Reduzida motivação dos destinatários.
<p>Objetivo Geral Objetivos Específicos</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de uma política de apoio à habitação. - Promover na comunidade educativa um programa de valorização do processo educativo; - Aumentar as competências sociais e pessoais; - Realizar sessões práticas de capacitação; - Ter em 2017 criado e implementado um programa prático-formativo, 	<ul style="list-style-type: none"> - criação de regulamento municipal de apoio á habitação. - Número de famílias/ indivíduos identificados. - Taxa de sucesso escolar até 3. Ciclo ensino básico - N.º de alunos a prosseguirem os estudos. - N.º de ações realizadas no âmbito das competências pessoas e sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Registos de avaliação/ dados recolhidos no âmbito da execução das ações 	<ul style="list-style-type: none"> - Agrupamento de Escolas de Pampilhosa da Serra; - Projeto Trilhos Rur@lidades; - Associação de Pais 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de financiamento; - Reduzida motivação dos destinatários.
<p>Resultados</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Melhoria das condições de habitabilidade; - Melhoria dos resultados escolares e aumento de número de alunos a prosseguirem estudos, além da escolaridade obrigatória; - Aumento de competências sociais e pessoais. - Desenvolver ações de gestão doméstica para a aquisição de competências sociais e pessoais junto das famílias e indivíduos, capacitando-os para a sua autonomia social, profissional e económica; 	<ul style="list-style-type: none"> - N.º de intervenções em habitações realizadas. - Taxa de sucesso escolar até 3. Ciclo ensino básico - N.º de alunos a prosseguirem os estudos. - N.º de ações realizadas no âmbito das competências pessoas e sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Observação direta; - Aplicação de questionários de avaliação da satisfação 	<ul style="list-style-type: none"> - Agrupamento de Escolas de Pampilhosa da Serra; - Projeto Trilhos Rur@lidades; - Associação de Pais - Projeto EPIS 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de financiamento; - Reduzida motivação dos destinatários
<p>Estratégias de Intervenção Propostas de Ação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Regulamento de apoio à habitação; - Programas de intervenção comunitária e educativa; - Analisar os projetos com vista ao sucesso escolar, identificando necessidades e estratégias para otimizar recursos; - Ações de formação especializada em diversas áreas de atuação (parental, gestão, económica, etc.); - Sessões práticas de capacitação “Eu e os Outros”. 				

<p>Área Intervenção II</p> <p>ENVELHECIMENTO ATIVO</p>	Lógica de Intervenção (descrição)	Indicadores objetivamente verificáveis	Fontes de verificação	Parceiros Existentes/Mobilizar	Pressupostos (fatores externos)
<p>Problemas/ Necessidades Identificadas</p>	<p>- Perspetiva negativa do Envelhecimento.</p>	<p>- Elevado número de população com 65 ou mais anos de idade.</p>	<p>- Diagnóstico Social; - Análise Swot.</p>	<p>Juntas de Freguesia -Município de Pampilhosa da Serra - GNR; - IPSS.</p>	<p>- Falta de financiamento.</p>
<p>Objetivo Geral Objetivos Específicos</p>	<p>- Ter em 2017 uma redução de um número significativo de idosos isolados Reduzir o isolamento social da população idosa através de programas de intervenção específicos.</p>	<p>- Levantamento do número de idosos em situação de isolamento; - Número de idosos a participar no Programa Conversas de Avós</p>	<p>- Registos de avaliação/ dados recolhidos no âmbito da execução das ações.</p>	<p>-Juntas de Freguesia -Município de Pampilhosa da Serra - GNR; - IPSS.</p>	<p>- Reduzida motivação dos destinatários.</p>
<p>Resultados</p>	<p>- Melhoria da qualidade de vida da população idosa; Promover o sentimento de segurança e autoestima dos idosos das freguesias/ aldeias mais isoladas do concelho; - Levantamento/ atualização dos Idosos Isolados.</p>	<p>- Grau de participação dos destinatários; - Grau de Satisfação dos destinatários; - Número de situação de burlas</p>	<p>- Relatórios de avaliação anuais.</p>	<p>Juntas de Freguesia -Município de Pampilhosa da Serra - GNR; - IPSS.</p>	<p>- Reduzida motivação dos destinatários.</p>
<p>Estratégias de Intervenção Propostas de Ação</p>	<p>- Programa Conversas de Avós; - Criar Observatório da terceira idade; - Criar uma figura Provedor (embaixador/ representante) da terceira idade. - criar um Parque Geriátrico.</p>	<p>-</p>			

Área Intervenção III SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	Lógica de Intervenção (descrição)	Indicadores objetivamente verificáveis	Fontes de verificação	Parceiros Existentes/Mobilizar	Pressupostos (fatores externos)
Problemas/ Necessidades Identificadas	<ul style="list-style-type: none"> - Elevados gastos com a saúde (transporte); - Desvalorização da higiene oral; - Desvalorização dos cuidados de saúde preventivos; - Preponderância de doenças crónicas influenciadas pelos estilos de vida. 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de cheques dentista; - Elevado número de mortalidade associado aos estilos de vida 	<ul style="list-style-type: none"> - Diagnóstico elaborado pelo Centro de Saúde; - Diagnóstico Social. 	<ul style="list-style-type: none"> - Centro de Saúde. 	<ul style="list-style-type: none"> - Políticas de saúde dentária ineficaz; - Serviço Nacional de Saúde focado para o tratamento.- Cortes dos apoios pela ARS/ Ministério da Saúde
Objetivo Geral Objetivos Específicos	<ul style="list-style-type: none"> - Rentabilizar o serviço que existe de forma integrada dinamizando ações de promoção da saúde - Ter em 2014, 20% dos alunos abrangidos pelo projeto bochechos; -Ter em 2017, 90% de utilização dos cheques dentista; - Rentabilizar o serviço móvel existente. 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de utentes apoiados; 	<ul style="list-style-type: none"> - Diagnóstico elaborado pelo Centro de Saúde; - Diagnóstico Social. 	<ul style="list-style-type: none"> - Centro de Saúde. - Município 	<ul style="list-style-type: none"> - Políticas de saúde dentária ineficaz; - Serviço Nacional de Saúde focado para o tratamento; - Cortes dos apoios pela ARS/ Ministério da Saúde
Resultados	<ul style="list-style-type: none"> - Aumentar o Apoio económico e/ ou comparticipação em despesas de saúde e transporte; - Contribuir para o estado de saúde da população; -Contribuir para a prevenção dos problemas relacionados com a saúde oral; 	<ul style="list-style-type: none"> - Inquérito de avaliação; - Grau de satisfação dos destinatários; - Estatística relativamente ao número de cheques utilizados; - Número de ações de prevenção realizadas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Diagnóstico elaborado pelo Centro de Saúde; - Diagnóstico Social 	<ul style="list-style-type: none"> - Centro de Saúde. - Ministério da Saúde; - IPSS 	<ul style="list-style-type: none"> - Políticas de saúde dentária ineficaz; - Serviço Nacional de Saúde focado para o tratamento; - Cortes dos apoios pela ARS/ Ministério da Saúde; - Profissionais de saúde que integrem uma unidade de cuidados na comunidade
Estratégias de Intervenção Propostas de Ação	<ul style="list-style-type: none"> - Ações de intervenção na área da saúde oral (bochechos 15/ 15 dias; Projeto SOBE (Kits saúde oral, escovagem de dentes) – bibliotecas escolares); - Ações de promoção da redução do sal no pão e na sopa junta dos estabelecimentos comerciais. - Ações de prevenção do excesso de peso na idade escolar; - Rastreio de liga do cancro; - Implementar uma Unidade Cuidados de saúde na Comunidade. 				

Área Intervenção IV EMPREGO (FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO)	Lógica de Intervenção (descrição)	Indicadores objetivamente verificáveis	Fontes de verificação	Parceiros Existentes/Mobilizar	Pressupostos (fatores externos)
Problemas/ Necessidades Identificadas	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de iniciativa privada ao nível do emprego e empreendedores; - Escassa oferta de emprego (falta de empresas empregadoras); - Salários baixos; 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de desempregados inscritos no IEFP; - Número de empresas no concelho; - Número de CEI, CEI+ e estágios profissionais a decorrer no concelho; 	<ul style="list-style-type: none"> - Dados estatísticos do IEFP - Dados estatísticos do INE - Ação Social – Município Pampilhosa da Serra 	- IEFP	<ul style="list-style-type: none"> - Programas comunitários de apoio/ percepção da situação financeira do Município; - Conjuntura económica do país e do mundo.
Objetivo Geral Objetivos Específicos	<ul style="list-style-type: none"> - Quebrar o ciclo de emprego precário até 2017; - Reduzir em 15% o número de população em trabalho precário; - Ter em 2017 30% da população inscrita no IEFP com contrato de trabalho efetivo; - Aumentar em 30% a oferta formativa geral no concelho; - Aumentar em 80% a oferta formativa dos empresários da restauração no concelho; - Aumentar em 50% o número de pessoas em formação; 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de pessoas em formação; - Número de desempregados inscritos no IEFP; 	- Dados do IEFP	<ul style="list-style-type: none"> - IEFP; - Associações Concelhias - Associação de Empresários 	<ul style="list-style-type: none"> - Baixas competências pessoais e profissionais da população em trabalho precário
Resultados	<ul style="list-style-type: none"> - Aumentar a taxa de integração profissional da população jovem; - Aumentar oferta para o trabalho efetivo no concelho; - Aumentar oferta qualificada de mão de obra; - Aumentar a empregabilidade dos inscritos no IEFP 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de indivíduos que integrem uma resposta profissional a médio/ longo prazo; - Número de indivíduos que se encontram em trabalho precário; 	- Dados do IEFP	- IEFP	
Estratégias de Intervenção Propostas de Ação	<ul style="list-style-type: none"> - Políticas municipais de apoio empresarial; - Ação de qualificação e requalificação de competências pessoais e profissionais da população vulnerável; - Promover o empreendedorismo e a criação do próprio emprego; 				

Área Intervenção V ASSOCIATIVISMO	Lógica de Intervenção (descrição)	Indicadores objetivamente verificáveis	Fontes de verificação	Parceiros Existentes/Mobilizar	Pressupostos (fatores externos)
Problemas/ Necessidades Identificadas	<ul style="list-style-type: none"> - Visão negativa do concelho; - Falta de sentimentos de pertença e identidade face ao concelho; 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de Associações/ Ligas 	<ul style="list-style-type: none"> - Observação direta; - Registo de participantes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Associações/ Ligas 	<ul style="list-style-type: none"> - Valorização do interior/ cuidados rurais; - Regresso ao concelho da população; - Afastamento geográfico dos dirigentes associativos
Objetivo Geral Objetivos Específicos	<ul style="list-style-type: none"> - Envolver Associações/ Ligas e a população em atividades socioculturais; - Aumentar a participação cívica da população concelhia; - Ter em 2017 um número significativo de Associações/ Ligas a participar em atividades socioculturais; - aumentar em 10% o número de publicações relativas ao Concelho 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de Associações/ Ligas inscritas por tipologia; - Grau de participação da população; - Número de participantes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Observação direta; - Registo de participantes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Associações/ Ligas 	<ul style="list-style-type: none"> - Valorização do interior/ cuidados rurais; - Regresso ao concelho da população; - Afastamento geográfico dos dirigentes associativos
Resultados	<ul style="list-style-type: none"> - Maior coesão entre as diversas Associações locais; - Aumentar o dinamismo das Associações (reforçar o empowerment). - Valorização do património material e imaterial 	<ul style="list-style-type: none"> - Grau de participação da população; - número de Associações/ Ligas participantes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Observação direta; - Registo de participantes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Associações/ Ligas - Casa do Concelho de Pampilhosa da Serra 	<ul style="list-style-type: none"> - Valorização do interior/ cuidados rurais; - Regresso ao concelho da população; - Afastamento geográfico dos dirigentes associativos
Estratégias de Intervenção Propostas de Ação	<p>Projeto Associa +:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Intercâmbio Associativo; <p>Dinamização de atividades na área cultural e recreativa, nomeadamente na música e na dança com a criação de grupos de cantares, danças populares e gastronomia;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Workshops sobre cidadania e participação cívica e território local, junto dos dirigentes associativos. - Levantamento do património religioso e etnográfico. 	<ul style="list-style-type: none"> - Programa Anual do Associativismo Concelhio; - Aumentar em 20% o envolvimento das Associações nos intercâmbios anuais; - Número de dirigentes associativos envolvidos nos workshops; - Publicações 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de listagens de registos 	<ul style="list-style-type: none"> - Diocese - Juntas de Freguesia - Fábricas da Igreja - Associações 	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de cultura de parceria; - Entraves relativamente à divulgação do património religioso; - Perda de memória de algum património etnográfico;

Área Intervenção VI GESTÃO DO PLANO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	Lógica de Intervenção (descrição)	Indicadores objetivamente verificáveis	Fontes de verificação	Parceiros Existentes/Mobilizar	Pressupostos (fatores externos)
Problemas/ Necessidades Identificadas					
Objetivo Geral Objetivos Específicos	<ul style="list-style-type: none"> - Gerir o PDS através do envolvimento dos parceiros do CLASPPS. - Atualizar anualmente dados do Diagnóstico. - Formar os parceiros do CLASPPS em áreas específicas. - Criar mecanismos de informação local periódica. 	<ul style="list-style-type: none"> - Nível de execução do PDS e Planos de ação anuais. - N.º de dados atualizados. - N.º e âmbito da formação dinamizada. - N.º de ferramentas de divulgação criadas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Diagnóstico Social. - Plano Desenvolvimento Social - Relatórios de avaliação dos Planos de ação anuais. 	CLASPPS	<ul style="list-style-type: none"> - Disponibilidade das entidades parceiras.
Resultados	<ul style="list-style-type: none"> - Ter um bom nível de execução do Plano de desenvolvimento Social. - Ter os parceiros com bom nível de envolvimento na atividade da Rede Social. - Ter bom nível de participação dos parceiros na construção de instrumentos de planeamento. 	<ul style="list-style-type: none"> - Grau de participação nas reuniões de CLASPPS. 	<ul style="list-style-type: none"> Diagnóstico Social. - Plano Desenvolvimento Social - Relatórios de avaliação dos Planos de ação anuais. 	CLASPPS	<ul style="list-style-type: none"> - Disponibilidade das entidades parceiras.
Estratégias de Intervenção Propostas de Ação	<ul style="list-style-type: none"> - Criar uma agenda social - Realizar ações de formação 				

BIBLIOGRAFIA

Documentos:

“Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental”, Área de Investigação e Conhecimento e da Rede Social, ISS.IP (2005)

Carta Educativa do Concelho de Pampilhosa da Serra, dezembro 2007.

Plano Educativo Municipal, Divisão Sociocultural e Educativa do Município de Pampilhosa da Serra, dezembro de 2012.

Plano estratégico de Desenvolvimento da Região de Coimbra 2014-2020, CIM Coimbra, abril 2014.

Diagnóstico de Situação da Saúde, Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra, ACES Pinhal Interior Norte, dezembro 2013.

Rede Social – Desafios e Experiências de um Programa Estruturante, ISS.IP.

PORTUGAL 2020 - Programa Nacional de Reformas, março 2011.

Internet:

Fundação Manuel Francisco: [http:// www.pordata.pt](http://www.pordata.pt)

IEFP: www.iefp.pt

Instituto Nacional de Estatística: <http://www.ine.pt>

Município Pampilhosa da Serra: <http://www.pampilhosadaserra.pt>

Segurança Social : www.seg-social.pt

